ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS
SÃO PAULO

Boletim Paulista de Geografia

ISSN: 0006-6079 - e-ISSN: 2447-0945

n°: 115 I 2026

n°: 115
I 2026

BOLETIM PAULISTA DE GEOGRAFIA

nº 115 – Ano 2026

Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Local São Paulo

ISSN: 0006-6079 - e-ISSN: 2447-0945

Editores responsáveis
Igor Carlos Feitosa Alencar
Thell Rodrigues
Anselmo Alfredo

Equipe Editorial
João Ryoki
Karen Rezende
Maria Cordeiro
Thiago Prata

Capa
Igor Carlos Feitosa Alencar

Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção São Paulo (AGB-SP). Mezanino do Edifício Eurípedes Simões de Paula - Av. Prof. Lineu Prestes, 338 - Butantã, São Paulo - SP, 05508-000

FICHA CATALOGRÁFICA

Boletim Paulista de Geografia, n.1, São Paulo, 1949 – v. ils. Histórico

1949: n. 1 - impressa	1959: n. 31 – impressa	1984: n. 61 – impressa	2011: n. 91 – impressa
1949: n. 2 - impressa	1959: n. 32 - impressa	1985: n. 62 - impressa	2012: n. 92 - online
1949: n. 3 - impressa	1959: n. 33 - impressa	1986: n. 63 - impressa	2013: n. 93 - online
1950: n. 4 - impressa	1960: n. 34 - impressa	1986: n. 64 - impressa	2016: n. 94 - online
1950: n. 5 - impressa	1960: n. 35 - impressa	1987: n. 65 - impressa	2016: n. 95 - online
1950: n. 6 - impressa	1960: n. 36 - impressa	1988: n. 66 - impressa	2017: n. 96 - online
1950: n. 7 - impressa	1961: n. 37 - impressa	1989: n. 67 - impressa	2017: n. 97 - online
1951: n. 8 - impressa	1961: n. 38 - impressa	1989: n. 68 - impressa	2018: n. 98 - online
1951: n. 9 - impressa	1961: n. 39 - impressa	1992: n. 69 - impressa	2018: n. 99 - online
1951: n. 10 - impressa	1964: n. 40 - impressa	1992: n. 70 - impressa	2018: n. 100 - online
1952: n. 11 – impressa	1964: n. 41 – impressa	1993: n. 71 – impressa	2019: n. 101 – online
1952: n. 12 - impressa	1965: n. 42 - impressa	1994: n. 72 - impressa	2019: n. 102 - online
1953: n. 13 - impressa	1966: n. 43 - impressa	1994: n. 73 - impressa	2020: n. 103 - online
1953: n. 14 - impressa	1967: n. 44 - impressa	1996: n. 74 - impressa	2020: n. 104 - online
1953: n. 15 - impressa	1968: n. 45 - impressa	1998: n. 75 - impressa	2021: n. 105 - online
1954: n. 16 - impressa	1971: n. 46 - impressa	1999: n. 76 - impressa	2021: n. 106 - online
1954: n. 17 - impressa	1972: n. 47 - impressa	2001: n. 77 - impressa	2022: n. 107 - online
1954: n. 18 - impressa	1973: n. 48 - impressa	2001: n. 78 - impressa	2022: n. 108 - online
1955: n. 19 - impressa	1974: n. 49 - impressa	2003: n. 79 - impressa	2023: n. 109 - online
1955: n. 20 - impressa	1976: n. 50 - impressa	2003: n. 80 - impressa	2023: n. 110 - online
1955: n. 21 - impressa	1976: n. 51 - impressa	2005: n. 81 - impressa	2024: n. 111 - online
1956: n. 22 - impressa	1976: n. 52 - impressa	2005: n. 82 - impressa	2024: n. 112 - online
1956: n. 23 - impressa	1977: n. 53 - impressa	2005: n. 83 - impressa	2025: n. 113 - online
1956: n. 24 - impressa	1977: n. 54 - impressa	2006: n. 84 - impressa	2025: n. 114 - online
1957: n. 25 - impressa	1978: n. 55 - impressa	2006: n. 85 - impressa	2026: n. 115 - online
1957: n. 26 – impressa	1979: n. 56 – impressa	2007: n. 86 – impressa	
1957: n. 27 – impressa	1980: n. 57 – impressa	2007: n. 87 – impressa	
1958: n. 28 – impressa	1981: n. 58 – impressa	2008: n. 88 – impressa	
1958: n. 29 – impressa	1982: n. 59 – impressa	2009: n. 88, v.2 - Impressa	
1958: n. 30 – impressa	1984: n. 60 – impressa	2010: n. 89 – impressa	
		2010: n. 90 – impressa	

Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Local São Paulo
Diretoria Executiva Local - Gestão 2024-2026

DIRETORIA

Carlos de Almeida, professor do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo

Karen Rezende, graduanda em geografia pela Universidade de São Paulo

COLETIVO DE SECRETARIA

Igor Carlos Feitosa Alencar, doutorando em geografia humana pela Universidade de São Paulo

Thell Rodrigues, doutorando em geografia humana pela Universidade de São Paulo

COLETIVO DE TESOURARIA

Ladislau Sanders, doutorando em geografia humana pela Universidade de São Paulo

Thiago Prata, graduando em geografia pela Universidade de São Paulo

Roberth Becker, graduando em geografia pela Universidade de São Paulo

COLETIVO DE PUBLICAÇÕES

Thell Rodrigues, doutorando em geografia humana pela Universidade de São Paulo

Igor Carlos Feitosa Alencar, doutorando em geografia humana pela Universidade de São Paulo

Anselmo Alfredo, professor do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo

COLETIVO DE BIBLIOTECA

Renato Ribeiro, professor da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo

Geovanna Ribeiro, graduanda em geografia pela Universidade de São Paulo

Pedro Paz, graduando em geografia pela Universidade de São Paulo

COLETIVO DE INTERCÂMBIO

Camilla Reis, mestranda em geografia pela Universidade de São Paulo

Geovanna Ribeiro, graduanda em geografia pela Universidade de São Paulo

Igor Carlos Feitosa Alencar, doutorando em geografia humana pela Universidade de São Paulo

COLETIVO DE DIVULGAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Geovanna Ribeiro, graduanda em geografia pela Universidade de São Paulo

Karen Rezende, graduanda em geografia pela Universidade de São Paulo

Thiago Prata, graduando em geografia pela Universidade de São Paulo

COLETIVO DE ATIVIDADES DE CAMPO

Manoel Dimitri, graduando em geografia pela Universidade de São Paulo

Renato Ribeiro, professor da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo

Thell Rodrigues, doutorando em geografia humana pela Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

Editorial do BPG nº 115 (2026)

Editorial: Ética e crítica **5-6**
Thell Rodrigues e Igor Alencar

Artigos

Desenho Universal para a Aprendizagem e o Trabalho Colaborativo para o ensino de Geografia na perspectiva inclusiva na Educação de Jovens e Adultos. **7-33**
Renato de Sousa Ribeiro

A financeirização da educação superior e o uso do território para a educação a distância no Brasil **34-59**
Henrique Caetano Vian

A mobilidade do trabalho no Haiti entre os séculos XIX e XXI **60-84**
Luciana Soares

A trajetória da política industrial brasileira de 2003 a 2024: novo-desenvolvimentismo, ultraneoliberalismo e neoindustrialização **85-114**
José Renato Ribeiro & Ana Claudia Giannini Borges

Mulheres pretas e periféricas na linha de frente: o Hip-Hop como ação contrarracional no espaço banal de São Luís-MA **115-136**
Mauricio Moysés

Entre Estados e Estádios: as caravanas de Torcidas Organizadas como experiências de deriva urbana **137-154**
João Vitor Cardoso Sudário

ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS
SÃO PAULO

Boletim Paulista de Geografia

ISSN: 0006-6079 - e-ISSN: 2447-0945

Editorial

Ética e crítica

Thell Rodrigues
Igor Alencar

É que Narciso acha feio o que não é espelho
Sampa, Caetano Veloso (1978)

No dia 6 de março de 2026, o CNPq publicou a Portaria 2664/2026 que institui a Política de Integridade na Atividade Científica, estabelecendo diretrizes para a conduta ética na pesquisa. Não por acaso, o documento converge com o que a AGB vinha defendendo e enfrentando desde a publicação, exatamente um ano antes, do *Manifesto da Geografia pela Ética na Publicação Científica*.

Os dois textos compartilham um conjunto de preocupações que, embora pareçam mirar questões óbvias, refletem problemas que persistem na produção acadêmica como o reconhecimento adequado das contribuições de discentes ou a crítica às revistas predatórias. Ambos os documentos também procuram preencher lacunas sobre o debate em torno do uso da inteligência artificial na ciência, sem recuar para posições reacionárias que negam a presença e a potencialidade da IA na produção do conhecimento, ao tempo que defende a exigência de transparência quanto ao modo e à finalidade, além da responsabilidade de quem o emprega.

Nos chama atenção, porém, como os dois documentos se lançam a abordar questões que geram desconforto em vários colegas que adotam e normalizam práticas que facilitam inflar suas produções. Tanto o Manifesto da AGB quanto a Portaria do CNPq tratam destemidamente das polêmicas sobre autoplágio e da publicação redundante.

É evidente que nenhuma dessas definições é novidade. O que é novo, e necessário, é que elas ganhem força normativa para combater tais práticas, como sinalizado por esses documentos. Pois, por muito tempo, a ausência desses termos em regulações serviu de cobertura para práticas que todos reconheciam, mas poucos combatiam.

Um dos pontos que mais gerou reações negativas ao *Manifesto* da AGB foi a defesa de que teses e dissertações devem ser originais e não coleções de artigos já publicados. Como já discutido, a prática de incorporar artigos como capítulos esvazia o sentido da tese e da dissertação enquanto produções intelectuais autônomas, além de criar um conjunto de conflitos como o comprometimento do ineditismo do texto ou pressões sobre a banca diante de textos já avaliados por pares. No nosso entendimento, essa prática, já bastante difundida na geografia, expressa simultaneamente o autoplágio e a publicação redundante que precisam ser urgentemente rebatidos pela conscientização da comunidade e normatização.

O mesmo vale para os que reproduzem trechos de dissertações, teses ou artigos já publicados sem qualquer referência, incorporando-os a novos manuscritos como se fossem produções originais e inéditas. É claro que reconhecemos a importância da publicação de artigos derivados de dissertações, teses ou outros trabalhos acadêmicos anteriores, pois tais publicações contribuem para a ampliação da circulação do conhecimento produzido. Ainda assim, é imprescindível que essas contribuições estejam devidamente referenciadas, com identificação clara da origem do texto. Nos últimos meses não foram raros os momentos em que a recusa de um manuscrito por identificar, por exemplo, que seu conteúdo aparece *ipsis litteris* em outro texto, sem qualquer referência ao original, gere reações hostis aos editores, tanto em mensagens privadas quanto em debates públicos, como ocorreu em alguns casos recentes.

Por isso, as discussões em torno da integridade científica ganham sua expressão mais concreta nas políticas editoriais dos periódicos, que constituem o principal campo em que se amarram pesquisadores, avaliadores, leitores, universidades e agências de fomento, visto que as publicações seguem sendo um dos critérios centrais nas distribuições dos recursos para pesquisa e em processos seletivos de discentes e docentes para ingressarem nas instâncias da universidade. Como destacou o editorial da *Revista NERA* de 2025 (v. 28, n. 2), "debater, construir e defender políticas editoriais é uma urgência" e é preciso ter coragem de assegurar esses princípios na condução das revistas, algo que a Revista *Nera*, a *Terra Livre* e o *BPG*, entre outras revistas da geografia, têm sustentado às custas de muitos ataques aos seus editores.

Por fim, cabe registrar que não é por acaso que esses documentos emergem no mesmo momento. A ciência tem se aprofundado, cada vez mais, na lógica concorrencial, principalmente pela disputa por recursos cada vez mais escassos. Essa dinâmica promove a selvageria científica, egos inflados, práticas sorrateiras e tentativas de levar vantagem sobre colegas - não raro protegidos pelo discurso das melhores intenções possíveis. Diante disso, discutir ética, seja na AGB, no CNPq ou em qualquer outra instância que atravesse a produção científica, é um passo necessário, mas ainda assim apenas um passo.

Mais do que nunca, é hora de uma crítica teórica, prática e política da sociedade capitalista e da própria ciência que nela se inscreve. Por isso, é necessário buscar uma ciência capaz de criticar a si mesma, na medida em que expõe as contradições estruturais da sociedade produtora de mercadorias que a própria ciência, inclusive a geografia crítica, parece por vezes aceitar, naturalizar e reproduzir. A integridade científica só poderá ser assegurada quando superadas as barreiras da concorrência e da escassez de recursos, inerentes ao capitalismo.

A crítica precisa ser ética. Mas, sobretudo, a ética também precisa ser crítica.

ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS
SÃO PAULO

Boletim Paulista de Geografia

ISSN: 0006-6079 - e-ISSN: 2447-0945

Artigo

Ensino de Geografia, Desenho Universal para a Aprendizagem e o Trabalho Colaborativo para a perspectiva inclusiva na Educação de Jovens e Adultos

RENATO DE SOUSA RIBEIRO
Universidade de São Paulo (USP) – São Paulo, São Paulo, Brasil.
renato_dnb@hotmail.com

N°: 115
Ano: 2026

RIBEIRO, Renato de Sousa. Ensino de Geografia, Desenho Universal para a Aprendizagem e o Trabalho Colaborativo para a perspectiva inclusiva na Educação de Jovens e Adultos. **Boletim Paulista de Geografia**, v. 1, n. 115, p. 7–33, 2026. https://doi.org/10.61636/bpg.v1i115.3660

Recebido em: 22 de outubro de 2024
Aceito para publicação em: 29 de outubro de 2025
Editor responsável: Igor Alencar

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.

Ensino de Geografia, Desenho Universal para a Aprendizagem e o Trabalho Colaborativo para a perspectiva inclusiva na Educação de Jovens e Adultos

Resumo

O uso de mapas na sala de aula é um recurso importante para o ensino de Geografia, permitindo a síntese visual de informações. No entanto, é crucial que as pessoas compreendam como interpretá-los, considerando as perspectivas que os mapas carregam. A Geografia desempenha um papel crucial no ensino dessas habilidades básicas de cartografia. Almeida (2019), Castellar (2011) e Katuta (1997) destacam a importância da alfabetização e do letramento cartográfico para uma formação crítica e cidadã na educação básica. Porém, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a inclusão de pessoas com deficiência são frequentemente negligenciadas nas reflexões sobre o ensino de Geografia. O objetivo deste estudo é explorar o ensino de Geografia e cartografia na EJA, investigando o uso do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) e do Trabalho Colaborativo (TC) para promover a inclusão escolar de pessoas com e sem deficiência por meio da elaboração de mapas táteis como uma abordagem na perspectiva inclusiva e acessível para os estudantes. Para tanto, utilizam-se duas abordagens metodológicas: a pesquisa qualitativa e o relato de experiência. Complementar a elas, usam-se duas abordagens para o ensino inclusivo: DUA e o Trabalho Colaborativo no âmbito do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Os resultados obtidos a partir da confecção dos mapas táteis, elaborados na concepção de Tecnologia Assistiva (TA), enquanto processo de ensino-aprendizagem, se mostraram satisfatórios e inclusivos, possibilitando que os estudantes realizassem as atividades, assim como o produto pedagógico ser útil para o uso por outros docentes e estudantes, sendo Pessoas com Deficiência ou não.
Palavras-chave: Ensino de Geografia; Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA); Educação de Jovens e Adultos (EJA); Alfabetização e Letramento Cartográfico; Educação inclusiva.

Universal Design for Learning and Collaborative Work in Geography Teaching from an Inclusive Perspective in Youth and Adult Education

Abstract

The use of maps in the classroom is an important resource for teaching Geography, allowing for the visual synthesis of information. However, it is crucial for individuals to understand how to interpret them, considering the perspectives that maps carry. Geography plays a crucial role in teaching these basic cartographic skills. Almeida (2019), Castellar (2011), and Katuta (1997) highlight the importance of cartographic literacy and literacy for critical and citizenship formation in basic education. However, Adult and Youth Education (AYE) and the inclusion of people with disabilities (PWDs) are often overlooked in reflections on the teaching of Geography. The aim of this study is to explore the teaching of Geography and cartography in AYE, investigating the use of Universal Design for Learning (UDL) and collaborative work to promote the school inclusion of people with and without disabilities through the development of tactile maps as more inclusive and accessible approach for all students. To this end, two methodological approaches are used: qualitative research and experience reports. In addition to these, two approaches to inclusive teaching are used: Universal Design for Learning (UDL) and collaborative work within the scope of Specialized Educational Assistance (SEA). The results obtained from the creation of tactile maps, as Assertive Technology (AT) by students, while a teaching-learning process proved to be satisfactory and inclusive, enabling all students to carry out the activities, as well as the pedagogical product being useful for use by other teachers and students, whether PWDs or not.
Keywords: Geography Teaching; Universal Design for Learning (UDL); Adult and Youth Education (EJA); Cartographic Literacy; Inclusive Education.

Diseño Universal para el Aprendizaje y Trabajo Colaborativo en la enseñanza de Geografía desde una perspectiva inclusiva en la Educación de Personas Jóvenes y Adultas

Resumen

El uso de mapas en el aula es un recurso fundamental para la enseñanza de la Geografía, ya que permite sintetizar información de manera visual. Sin embargo, es crucial que las personas comprendan cómo interpretarlos, considerando las perspectivas que estos contienen. La Geografía desempeña un papel clave en el desarrollo de estas competencias cartográficas básicas. Almeida (2019), Castellar (2011) y Katuta (1997) destacan la importancia de la alfabetización y el aprendizaje cartográfico para una formación crítica y ciudadana en la educación básica. No obstante, la Educación de Personas Jóvenes y Adultas (EPJA) y la inclusión de personas con discapacidad suelen quedar relegadas en las reflexiones sobre la didáctica de la Geografía. Este estudio tiene como objetivo explorar la enseñanza de la Geografía y la cartografía en la EPJA, analizando el uso del Diseño Universal para el Aprendizaje (DUA) y el trabajo colaborativo para fomentar la inclusión educativa de estudiantes con y sin discapacidad, mediante la elaboración de mapas táctiles como enfoque accesible. Metodológicamente, se combinan la investigación cualitativa y el relato de experiencia, complementadas con dos marcos inclusivos: el DUA y el trabajo colaborativo en el contexto del Apoyo Educativo Especializado (AEE). Los resultados obtenidos en la creación de mapas táctiles —como Tecnología de Apoyo (TA)— demostraron ser satisfactorios e inclusivos, facilitando la participación activa del alumnado en el proceso de aprendizaje. Además, este recurso pedagógico resultó útil para otros docentes y estudiantes, tanto con discapacidad como sin ella.
Palabras-clave: Enseñanza de Geografía; Diseño Universal para el Aprendizaje (DUA); Educación de Jóvenes y Adultos (EJA); Alfabetización y Letramento Cartográfico; Educación inclusiva.

Introdução

O uso de mapas em sala de aula é um recurso importante e muitas das vezes crucial para o ensino de Geografia e de outras disciplinas, ao permitir a síntese de informações de forma visual. No entanto, é essencial que as pessoas compreendam como interpretar mapas para aproveitar ao máximo esse recurso. Nesse âmbito, a Geografia desempenha um papel substancial no ensino dessas habilidades básicas de cartografia, principalmente no que concerne ao ensino básico – mas não restrito a esta etapa. Ademais, é importante reconhecer que os mapas carregam perspectivas históricas, ideológicas e políticas, como destacado por Yves Lacoste em seu estudo “A Geografia — isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra”, evidenciando que tanto a Geografia quanto a linguagem cartográfica não são neutras, e por esta razão a importância de seu uso e interpretação.

Almeida (2019), Castellar (2011) e Katuta (1997) nos chamam a atenção para a alfabetização cartográfica e o letramento cartográfico como instrumentos conceituais e pedagógicos para o ensino de Geografia para uma formação crítica na educação básica, sobretudo ao pensar estudantes em idades consideradas corretas de escolarização.

Todavia, percebe-se que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é menos abordada nas reflexões de especialistas do ensino de Geografia, em geral, e do ensino da linguagem cartográfica, em particular. Desta perspectiva, é necessário reconhecer e compreender que o público da EJA apresenta uma ampla diversidade nas salas de aula, quer seja de gênero, racial e de classe, mas sobretudo em relação à faixa

etária, encontrando estudante desde os 15 anos e outro com mais de 70 anos, isto é, uma faixa etária ampla, algo em grande medida distinto das salas de aula refletidas a partir da "idade certa" para escolarização.

Outra dimensão importante na educação básica e muitas vezes subestimada e/ou negligenciada é a diversidade representada pelos estudantes Pessoas com Deficiência, presente também no âmbito da EJA. Além de ser um direito humano e independentemente da etapa ou faixa etária, é imperativo incluir as Pessoas com Deficiência no processo de escolarização, posto que têm direito ao acesso à educação, conforme estabelece o capítulo VI da Lei 13.146/2015, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência — o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015). Desta forma, e para além da obrigação legal, é essencial integrar as propostas didáticas e estratégias de ensino (Zerbato, 2018 e 2021), tanto quanto nas reflexões teórico-metodológicas, ao ensino em geral e ao ensino de Geografia em particular.

No âmbito de estudantes Pessoas com Deficiências, integrantes do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE), depara-se com diversas formas de exclusão no cenário educacional. Essas exclusões, manifestas em atitudes discriminatórias, são reflexos de preconceitos arraigados nas representações sociais, conforme destacado por Lefebvre (2005).

Tais preconceitos, permeando as esferas econômicas, sociais e culturais, encontram expressão também no ambiente escolar, negando, muitas vezes, o direito à educação para Pessoas com Deficiência. Esta negação, pode-se afirmar, se estende tanto aos contextos educacionais formais quanto informais, como museus e bibliotecas, assim como em atividades essenciais para o ensino de Geografia – a exemplo de estudos do meio e aulas de campo, que são organizados a partir de certos padrões sociais, corporais, comportamentais, entre outros.

Mais notadamente em situações práticas, a questão da acessibilidade, como o acesso a salas de museus em edifícios sem elevadores, ressalta-se esse ponto a ser refletido, em geral, no âmbito social, tanto quanto no educacional, em específico. Muitas Pessoas com Deficiência enfrentam dificuldades consideráveis ao buscar iniciar, percorrer ou concluir sua trajetória educacional básica, refletindo no âmbito do acesso e permanência no mundo do trabalho (Ribeiro, 2023a). Assim, além de serem excluídas do acesso pleno à educação, quando participam, são frequentemente sujeitas a menosprezo, subjugação ou mesmo ignoradas nos processos de ensino-aprendizagem.

Em estudo sobre a conjunção entre EJA e PAEE, na região metropolitana do Rio de Janeiro-RJ, Souza e Pereira (2015) denominam de dupla exclusão o processo de negação do direito à educação no período compreendido como certo e da condição de ser Pessoas com Deficiência este/a estudante da EJA, complementando ainda a necessidade da reflexão sobre os currículos e as práticas docentes a esse público, tendo em vista a diversidade e a pluralidade inerente às turmas de EJA.

Neste contexto diverso, amplo e complexo, observamos que a literatura especializada traz, em muitos casos, o pensamento sobre o ensino da Geografia e da cartografia escolar centrado nas crianças e que estas não sejam Pessoas com Deficiência – tais como aqueles de Almeida (2019), Castellar (2011) e Katuta (1997) – refletindo a partir de turmas homogêneas em relação às idades tanto quanto nas condições mais ou menos iguais de acesso ao aprendizado. Tal fato não é a realidade encontrada no ambiente escolar, principalmente no ensino público e na EJA em particular, tampouco na sociedade em geral, onde corresponde também à relação baixa escolaridade e empregabilidade com ser Pessoa Com Deficiência, conforme apontou Ribeiro (2023).

Com base nessas considerações, esse artigo apresenta reflexões gerais de outro trabalho desenvolvido para obtenção do título de especialista em Educação com ênfase em Gestão Escolar, na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (ESALQ — USP), no ano de 2024[1]. Sobre essas questões do ensino de Geografia, especialmente o ensino de cartografia escolar, incluindo a alfabetização cartográfica e o letramento cartográfico como procedimentos pedagógicos conceituais, relatando a experiência do trabalho realizado em conjunto com professoras do Atendimento Educacional Especial (AEE) e uma professora de Geografia. A abordagem se baseou na proposta pedagógica do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), aplicada no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), especificamente em um dos Centros Integrados de Educação de Jovens e Adultos (CIEJAs) da Rede Municipal de Educação (RME) da cidade de São Paulo.

Neste sentido, explorar as discussões acerca do ensino de Geografia, com foco na cartografia escolar, no contexto da EJA, e investigar a implementação do DUA e do trabalho colaborativo como estratégias no processo de ensino-aprendizagem para promover a inclusão escolar de pessoas com ou sem deficiência. Além disso, busca-se incorporar a experiência prática por meio da elaboração de mapas táteis, enriquecendo o processo de aprendizagem e proporcionando uma abordagem mais inclusiva e acessível para todos os estudantes.

Metodologia

Para a realização deste trabalho, utilizaram-se duas abordagens metodológicas, a saber: a pesquisa qualitativa e o relato de experiência. Complementar a elas, usam-se duas abordagens para o ensino inclusivo: o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) e o Trabalho Colaborativo no âmbito do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

[1] O título do trabalho apresentado é Desenho universal para a aprendizagem e o trabalho colaborativo no ensino de Geografia.

A abordagem qualitativa é uma das escolhidas por se tratar de uma metodologia que visa minimizar os efeitos de distorções analíticas que as abordagens de pesquisa quantitativa podem trazer, por um lado, nos estudos, principalmente, de ciências humanas e educacionais (Zanette, 2017). Por outro lado, ela permite que a investigação seja conduzida no intuito de auferir dimensões da análise que dados estatísticos podem camuflar ou mesmo não capturar, devido, entre outras coisas, às ferramentas utilizadas serem insuficientes. Nessa direção, as abordagens qualitativas incorrem, em muitas das vezes, no acesso a dados primários, como observação e descrição, para que se optem por informações relevantes que compreendam o contexto do fenômeno social, histórico, cultural, político e espacial pesquisado (Lefebvre, 2013).

Metodologicamente, o relato de experiência complementa a pesquisa qualitativa ao oferecer uma abordagem detalhada da vivência profissional em uma área específica do conhecimento. Ao descrever as práticas vivenciadas, essa metodologia proporciona uma compreensão do contexto, identificando fatores de sucesso e insucesso. Essa abordagem, conforme aponta Oliveira et al (2022) não somente enriquece a compreensão da prática educativa, mas também contribui significativamente para a formação docente, promovendo uma aprendizagem baseada na experiência e possibilitando a melhoria contínua dos saberes e práticas na área específica.

No contexto desse trabalho, que visa analisar como o DUA e o trabalho colaborativo pode impactar a inclusão de estudantes Pessoas com Deficiência na EJA por meio do ensino de Geografia e do letramento cartográfico, as abordagens qualitativa e de relatos de experiência tornam-se instrumentos potentes, posto que a metodologia qualitativa permite uma investigação aprofundada, explorando percepções, atitudes e vivências dos educadores/as e dos/as estudantes envolvidos para além da quantificação dos resultados alcançados. Simultaneamente, o relato de experiência ofereceu uma perspectiva prática enriquecedora, revelando o fazer concretamente do DUA no contexto educacional, evidenciando assim os desafios e impactos específicos na promoção da educação inclusiva e da inclusão escolar.

Ao combinar essas duas metodologias, buscou-se não somente compreender teoricamente a eficácia da abordagem do DUA, mas também contextualizá-la em situações reais de ensino de Geografia e letramento cartográfico por meio do trabalho colaborativo, enriquecendo assim a compreensão sobre a intersecção entre práticas inclusivas e pedagógicas.

No mais, valemo-nos de conceitualizar o que são as abordagens do DUA e o Trabalho Colaborativo na Educação Especial. Em primeiro lugar, o DUA, conforme explorado por Zerbato (2018) em seu doutoramento intitulado “Desenho Universal para a aprendizagem na perspectiva da inclusão escolar: potencialidades e limites de uma formação colaborativa”, refere-se a uma abordagem pedagógica que tem em vista criar ambientes educacionais inclusivos e acessíveis.

Nesse sentido, a proposta visa oferecer múltiplos meios de representação, ação e expressão, buscando assim atender à diversidade de necessidades dos/as estudantes. A formação colaborativa é explorada como uma ferramenta essencial para potencializar a implementação do DUA, ao mesmo tempo em que se consideram suas potencialidades e limites na promoção da inclusão escolar a partir do contexto e características das turmas e pessoas envolvidas e atingidas pelo processo educacional.

Nesse intento, e em segundo lugar, o trabalho colaborativo (ou Coensino) junto ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), refere-se a uma abordagem na qual profissionais de diferentes áreas, como professoras/es especialistas, professoras/es da sala regular, profissionais da psicologia e fonoaudiologia, entre outros, unem-se esforços para oferecer suporte integral aos estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), incluindo também e não exclusivamente aqueles/as que sejam Pessoas com Deficiência. Por mais que não seja nosso foco, é importante salientar que tal ponto demanda uma dinâmica de trabalho intersetorial, a qual sabemos que, na perspectiva da educação pública e dos serviços públicos, por vezes, é insuficiente e falho.

Na direção do que está acima e em consonância com o direito à educação do público-alvo do Atendimento Especial Especializado (PAEE), Vilaronga (2014) aponta ser necessário o trabalho conjunto para além das práticas ultrapassadas e desviantes das legislações da educação inclusiva, como são classes e escolas especiais.

Dessa forma, o trabalho colaborativo ou Coensino visa promover a inclusão e o desenvolvimento pleno desses estudantes, reconhecendo e atendendo suas necessidades de maneira abrangente. No contexto do AEE, o trabalho colaborativo envolve a troca de conhecimentos, habilidades e estratégias entre os profissionais, visando adaptar o currículo, os métodos de ensino e as práticas pedagógicas para garantir o acesso e o progresso acadêmico dos estudantes com necessidades especiais — sempre enfatizando que esse estudante pode ou não ser Pessoas com Deficiência.

Essa abordagem, portanto, visa compreender os desafios e as barreiras educacionais impostas no intuito de promover um ambiente educacional mais inclusivo e atendendo às demandas específicas de cada estudante. Sem dúvidas, isto inclui os próprios profissionais para, em conjunto, refletirem sobre suas ações e práticas pedagógicas (Zerbato, 2018).

O trabalho colaborativo no AEE, desta maneira, ocorre em diferentes níveis, desde a discussão e planejamento conjunto até a execução de atividades e avaliação contínua (Vilaronga, 2014). A parceria entre profissionais, aliada à participação efetiva dos estudantes — que pese também no limite das possibilidades as próprias famílias —, é importante para o sucesso dessa abordagem educacional.

Breve caracterização dos Centros Integrados de Jovens e Adultos (CIEJA)

Os CIEJAs são projetos educacionais do município de São Paulo e fazem parte da Rede Municipal de Educação (RME-SP) e estão sob administração da Secretaria Municipal de Educação (SME-SP). O intuito dos CIEJAs é oferecer um atendimento exclusivo aos jovens, adultos e idosos nos três turnos — matutino, vespertino e noturno – e com duração de 2 horas e 15 minutos cada, onde, do ponto de vista da RME-SP, tal fato oportuniza o acesso ao ambiente escolar para pessoas que não dispõem de tempo para o EJA — Regular nas Unidades Escolares que as ofertam somente em período noturno, das 19h00 às 23h00. Desta forma, do ponto de vista curricular, os CIEJAs são estruturados em quatro módulos sequenciais, a saber: alfabetização, básica, complementar e final (SME/COPED, 2020).

Em contraste com outros modelos de EJA ofertados pela RME-SP, como a EJA regular e a EJA modular, os CIEJAs proporcionam, nesse sentido, uma abordagem pedagógica diferente, pois os estudantes têm a oportunidade de frequentar as aulas em horários específicos, mas também de participar de atividades e projetos adicionais, como informática.

Do ponto de vista da abordagem do trabalho pedagógico nos CIEJAs, é organizado em três grandes áreas do conhecimento, sendo elas a de Linguagens e Códigos (Língua Portuguesa e Inglesa, Artes e Educação Física), a de Ciências Humanas (História e Geografia) e Ciências da Natureza e Matemática. Essa estrutura curricular visa garantir uma formação integral e abrangente para os estudantes.

Quanto à infraestrutura, os CIEJAs são encontrados, geralmente, em prédios alugados ou anexos de algumas Escolas Municipais de Educação Fundamental (EMEFs), o que, por vezes, não compreende as especificidades do seu público-alvo, especialmente Pessoas com Deficiência, devido à não adaptação e/ou adequação dos espaços para acesso e permanência desses estudantes.

No município, até o momento, há 16 CIEJAs espalhados pelas regiões Norte, Oeste, Leste, Sul e Central. Apesar das Unidades Escolares existentes, há uma demanda expressiva e uma lista de espera considerável para efetuar a matrícula – ao mesmo tempo que há fechamentos de turmas nas outras formas de atendimento da EJA no município, como naquelas ofertadas nas EMEFs ou mesmo CIEJAs[2].

Resultados e Discussão

Etapas do trabalho colaborativo: contextualização, planejamento e execução

Como professor especialista da área de Geografia e a partir do planejamento e da sequência didática elaborados, procuramos orientações junto às professoras do AEE para identificar as possíveis

[2]https://educacaointegral.org.br/reportagens/sao-paulo-deve-reduzir-oferta-de-vagas-para-eja-em-2025/. Acessada em: 17/04/2025 às 15h03.

metodologias, abordagens e estratégias de ensino-aprendizagem mais adequadas para contemplar a heterogeneidade das nossas turmas da EJA. Tal consequência dos fatos ocorreu em razão de uma formação pedagógica dada, em meados do ano 2022, por essas professoras em horário coletivo de formação, que a Rede Municipal de Ensino de São Paulo (RME-SP) denomina de Programa Especial de Ação (PEA). Entre outras características do PEA, ele tem em vista orientar as diretrizes das Unidades Educacionais (UEs) a partir da legislação vigente às especificidades locais e educacionais das etapas e modalidades de ensino, conforme apresentado na Instrução Normativa (IN) da Secretaria Municipal de Educação, Número 14 de março de 2022, principalmente em seus artigos 1 e 2 (SME, 2022).

Especificadamente sobre a EJA as prerrogativas legais da IN, ao qual direciona para as etapas e modalidades de ensino ofertada na RME, ficam evidentes nas diretrizes a conjugação entre o reconhecimento da pluralidade e heterogeneidade das turmas, o trabalho em constante reflexão, a implementação e execução de documentos e diretrizes das aprendizagens por meio dos documentos curriculares oficiais, dos procedimentos metodológicos que busquem a educação inclusiva e integral através desses documentos curriculares entre outras. Tais considerações também estão evidenciadas na IN mencionada.

O ano de 2022 foi o nosso segundo ano de exercício funcional no CIEJA, sendo que no nosso primeiro ano de exercício na unidade tanto quanto na modalidade, devido à pandemia de Covid-19, havia sido de maneira on-line, ao qual o contato com os estudantes ocorreu por entrega de materiais e atividade por meio de plataformas digitais (o que impediu muitos de acessarem, pois, devido tanto a falta de equipamento técnico e a dados quanto ao conhecimento do uso das próprias plataformas) e/ou por entrega de material impresso que o estudante retirava junto à coordenação pedagógica. Ademais, nossas reuniões pedagógicas eram realizadas virtualmente por meio de encontros síncronos.

Neste sentido, retornar ao formato totalmente presencial acarretou o conhecimento da realidade tanto da modalidade da EJA quanto do contexto do CIEJA, principalmente da característica das nossas turmas.

Caracterizado por atender exclusivamente o público da EJA, os CIEJAs da RME oferecem as etapas do Ensino Fundamental Anos Iniciais (EFAI) e Anos Finais (EFAF), com aulas de 45 minutos em uma carga horária diária de 02h15, em cinco dias da semana. Por ser o CIEJA um centro integrado, há oferta de turmas nos turnos matutino, vespertino e noturno, sendo os CIEJAs autônomos para organizar esta distribuição a partir da sua demanda.

Segundo o livro “Passageiros da Noite”, de Arroyo (2017), os alunos da EJA apresentam uma grande variedade etária e social, incluindo, de forma relevante e central, a diversidade racial e de gênero. São tanto jovens, adultos e idosos quanto homens, mulheres, LGBTQIA+, Pessoas com Deficiência, negros

e não-negros. Essas pessoas que iniciam ou retomam o ambiente escolar e os estudos compartilham experiências de vida marcantes, variando desde trajetórias profissionais até responsabilidades familiares centrais e essenciais para a reprodução social desses núcleos. Enfrentam desafios distintos, majoritariamente com dificuldades financeiras e falta de tempo devido, entre outras coisas, às obrigações profissionais ou familiares de uma vida cotidiana imposta (Lefebvre, 2003).

Mesmo com esse quadro, no entanto, demonstram uma notável determinação e resiliência em buscar seus objetivos educacionais e pessoais, superando barreiras para alcançar sucesso acadêmico e pessoal. Em nosso crivo, essa diversidade enriquece não somente o ambiente educacional, por proporcionar trocas de experiências vividas e vivenciadas que podem ser valorosas ao contexto da sala de aula, mas a reflexão ampla do fazer pedagógico e das políticas públicas educacionais no âmbito da EJA no município de São Paulo.

Neste contexto, cabe mencionar que muitas das pessoas que buscam os CIEJAs da RME-SP abandonaram os estudos devido à ausência de equipamentos educacionais que ofertam a EJA nos turnos matutinos e vespertinos com horários condensados, como são às 2h15 diárias, e desta forma, nem todo o público-alvo da EJA consegue tornar-se “Passageiros da Noite”.

Após essa breve contextualização, o nosso esforço em buscar o trabalho colaborativo junto às professoras do AEE ocorreu em virtude da presença de estudantes PAEEs nas turmas que atendíamos e, concomitantemente, buscando evitar a dupla exclusão, conforme destacado por Souza e Pereira (2015) para esse segmento de estudantes da EJA, visando a inclusão escolar.

Planejamento, replanejamento e considerações conceituais dos objetos do conhecimento e desenvolvimento

Nossa proposta de ensino-aprendizagem foi baseada no currículo específico da cidade de São Paulo para a modalidade da EJA e focou nos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento voltados para a integração da alfabetização e letramento cartográfico (Almeida, 2019; Castellar, 2011 e Katuta, 1999) com temas relacionados a diferenciação entre os conceitos de biomas e domínios morfoclimáticos brasileiros, como descrito por Albuquerque et al. (2022), assim como no reconhecimento da necessidade de preservação ambiental das paisagens e recursos naturais do Brasil.

Com base no Currículo da Cidade (SME/COPED, 2019), sendo estruturado a partir de Eixos, de Objetos de Conhecimento e de Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento, fornecendo orientação para a ação pedagógica dos profissionais da educação, especialmente dos professores regentes, elaboramos o planejamento e a sequência didática, considerando o conhecimento sobre a EJA e

consultando a estrutura curricular[3].

Apresentamos abaixo os detalhes desse planejamento na Tabela 1.

Tabela 1. Quadro de objetivos de aprendizagem e desenvolvimento selecionados.

Eixos	Objetos De conhecimento	Objetivos de aprendizagem e desenvolvimento
Formas de Representação e Pensamento Espacial	• Elementos gerais da cartografia; • Mapas temáticos do Brasil; • Cartografia: anamorfose, croquis e mapas temáticos em escala local, global e regional (América, África, Europa, Ásia e Oceania)	EFEJAECG12: identificar nos mapas os elementos cartográficos: título, fontes, escala, legenda, orientação, localização e projeções cartográficas. EFEJAECG14: interpretar e elaborar mapas, gráficos e histogramas de dados demográficos, socioeconômicos e físicos do Brasil e suas regiões. EFEJAEFG33: identificar e analisar a dinâmica natural nos domínios morfoclimáticos brasileiros, estabelecendo relações entre a expansão agropecuária com a degradação dos domínios morfoclimáticos brasileiros.
Natureza, Ambientes e Qualidade de vida	• Sustentabilidade Ambiental; • Domínios morfoclimáticos; • Diversidade ambiental e as transformações globais e regionais • Acordos internacionais do meio ambiente.	EFEJAEFG22: interpretar mapas temáticos com os componentes físicos e naturais no território nacional e global.

Fonte: Resultados originais da pesquisa

Como posto acima, nossa elaboração considerou a estrutura curricular para garantir que nossas atividades e abordagens estejam alinhadas com as diretrizes educacionais estabelecidas. Nesse sentido, tanto o planejamento inicial quanto a sequência didática elaborada buscaram proporcionar que as experiências de aprendizagem fossem significativas e atendessem aos anseios das nossas turmas, sendo estas compostas por quatro terceiros módulos e dois de quarto módulo do EFAF-EJA, respectivamente algo correspondente aos sextos e sétimos anos e aos oitavos e nonos anos do EFAF regular. Abaixo apresentamos a Tabela 2, que corresponde ao planejamento inicial, e a Tabela 3, correspondente à sequência didática.

[3] O Currículo da Cidade (SME/COPED, 2019) pode ser consultado nos canais oficiais da Secretaria Municipal de Educação (SME), onde se encontra dividido por etapas e modalidade de ensino, seguindo, qual cabe, pelas diferentes áreas do conhecimento. No caso específico da área de Geografia, no âmbito da EFAF-EJA, se pode consultar por meio do link a seguir: https://acervodigital.sme.prefeitura.sp.gov.br/acervo/curriculo-da-cidade-eja-geografia/. Acesso em: 24 jan. 2024.

Tabela 2: Planejamento inicial

Plano de Ensino	Disciplina: Geografia. Etapa: EFAF. Tema: Biomas e Domínios morfoclimáticos brasileiros. Público-alvo: módulos 3 e 4.
Objetivos de aprendizagem	— Compreender os conceitos de biomas e domínios morfoclimáticos brasileiros; — Desenvolver habilidades de leitura e interpretação de mapas; — Integrar a alfabetização e o letramento cartográfico no estudo da geografia; — Reconhecer a importância da preservação dos biomas brasileiros.
Metodologia	— Aulas expositivas utilizando recursos visuais, como mapas e imagens, para introduzir os conceitos. — Atividades práticas de leitura e interpretação de mapas, incluindo a identificação de biomas e domínios morfoclimáticos. — Discussões em grupo sobre a importância da preservação dos biomas brasileiros e as ameaças que enfrentam. — Trabalhos individuais ou em grupo envolvendo pesquisa e apresentação de um bioma específico.
Recursos	— Mapas do político-administrativo do Brasil, dos biomas brasileiros e domínios morfoclimáticos. — Textos didáticos sobre biomas e domínios morfoclimáticos, geografia e meio ambiente. — Computador e acesso à internet para pesquisa. — Material para atividades práticas, como lápis de cor e papel sulfite.
Avaliação	— Participação em sala de aula. — Realização das atividades propostas. — Trabalhos individuais ou em grupo. — Avaliações escritas ou avaliações orais sobre os conteúdos abordados.

Fonte: Resultados originais da pesquisa

Tabela 3: Sequência didática

Aula 1: Introdução aos Biomas e Domínios Morfoclimáticos	— Apresentação dos conceitos de biomas e domínios morfoclimáticos. — Discussão sobre a diversidade ambiental do Brasil. — Leitura e interpretação de mapas evidenciando a distribuição dos biomas e domínios morfoclimáticos.
Aula 2: Biomas Brasileiros	— Estudo detalhado de cada bioma brasileiro: Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampas, Pantanal — Identificação das características de cada bioma, incluindo clima, vegetação e fauna. — Atividade prática: elaboração de um mapa mental ou cartaz sobre um bioma específico.
Aula 3: Domínios Morfoclimáticos	— Exploração dos domínios morfoclimáticos brasileiros, como o Amazônico, Araucárias, Caatinga, Cerrado, Mares de Morro, Pradarias e Zonas de transição. — Análise das características geográficas e climáticas de cada domínio. — Comparação entre os diferentes domínios e suas influências na paisagem e no clima.
Aula 4: Preservação e Conservação	— Debate sobre a importância da preservação dos biomas brasileiros. — Discussão sobre as principais ameaças aos biomas. — Reflexão sobre o papel de cada indivíduo na conservação do meio ambiente.
Aula 5: Apresentações e Conclusões	— Apresentação dos trabalhos realizados. — Discussão final sobre os temas abordados ao longo da sequência didática. — Conclusões sobre a importância do conhecimento geográfico na compreensão e preservação do meio ambiente.

Fonte: Resultados originais da pesquisa

Conjuntamente com as professoras do AEE, debruçamo-nos sobre os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento trazidos pelo nosso planejamento inicial, e no qual o intuito era refletir sobre quais seriam as melhores estratégias didáticas para as turmas atingidas a partir da sequência didática.

Em primeiro momento, refletiu-se sobre as características das turmas a partir da heterogeneidade

das turmas envolvendo idade, gênero, Pessoas com Deficiência tanto quanto ao nível de desempenho escolar, isto é, no grau de desenvolvimento do aprendizado, principalmente no que tangenciava a leitura e escrita dos estudantes. Sem maiores alongamentos na discussão sobre as razões e motivos, no qual o período da pandemia de Covid-19 teve e tem ainda impacto, foi percebido que, mesmo que seja esperado para a etapa EFAF de leitores e escritores com autonomia, os ~~nossos~~ estudantes, majoritariamente, estavam em fase de alfabetização, independentemente de ser ou não estudante PAEE. Esse reconhecimento ocorreu por meio de uma avaliação diagnóstica que utilizou a aplicação de uma atividade como instrumento de sondagem de níveis de leitura e escrita.

Em segundo momento, com as constatações acima postas, partimos para a elaboração de estratégias que pudessem ser usadas para além das questões em torno da escrita e leitura do estudante, posto que o fato de não conhecer a cultura letrada não impede de ser sujeito participante do processo de aprendizagem a partir das temáticas e conteúdos trazidos pelo planejamento.

No entanto, ainda era preciso refletir sobre o acesso dos estudantes Pessoas com Deficiências, onde, além de poucos serem alfabetizados, outras características e questões estavam postas. Tínhamos estudantes com diferentes deficiências, que iam desde as físicas, intelectuais, psicossociais, visuais até as múltiplas — quando a pessoa apresenta associativamente mais de uma deficiência. Com características que conjugavam as questões envolvendo as capacidades motoras e cognitivas desse segmento de estudante, atrelava-se o conhecimento de que nos próximos anos receberíamos estudantes com deficiência visual em grau moderado e cegueira total, pois no CIEJA havia pessoas com essas características no EFAI.

Durante nossas reuniões e a partir das premissas do trabalho colaborativo e do DUA, debruçamo-nos sobre o planejamento inicial, pois era necessário pensar nas metodologias, abordagens e estratégias de ensino-aprendizagem cabíveis para as características de nossas turmas. Reconhecemos — nós e as professoras AEEs — que seria pouco produtivo do ponto de vista do ensino e da aprendizagem recursos como textos longos, digitais ou físicos, posto que poucos estudantes acessariam essa linguagem, assim como a avaliação das aprendizagens baseadas em provas escritas.

Nesse processo colaborativo de trabalho conjunto, acarretou discussões, trocas de experiências e conhecimento e das nossas percepções a partir do público atendido no CIEJA, especialmente as Pessoas com Deficiência, às quais as professoras AEEs conheciam as principais possibilidades, capacidades e limitações, pois os atendiam em grupos ou individualmente no contra turno, na Sala de Recursos

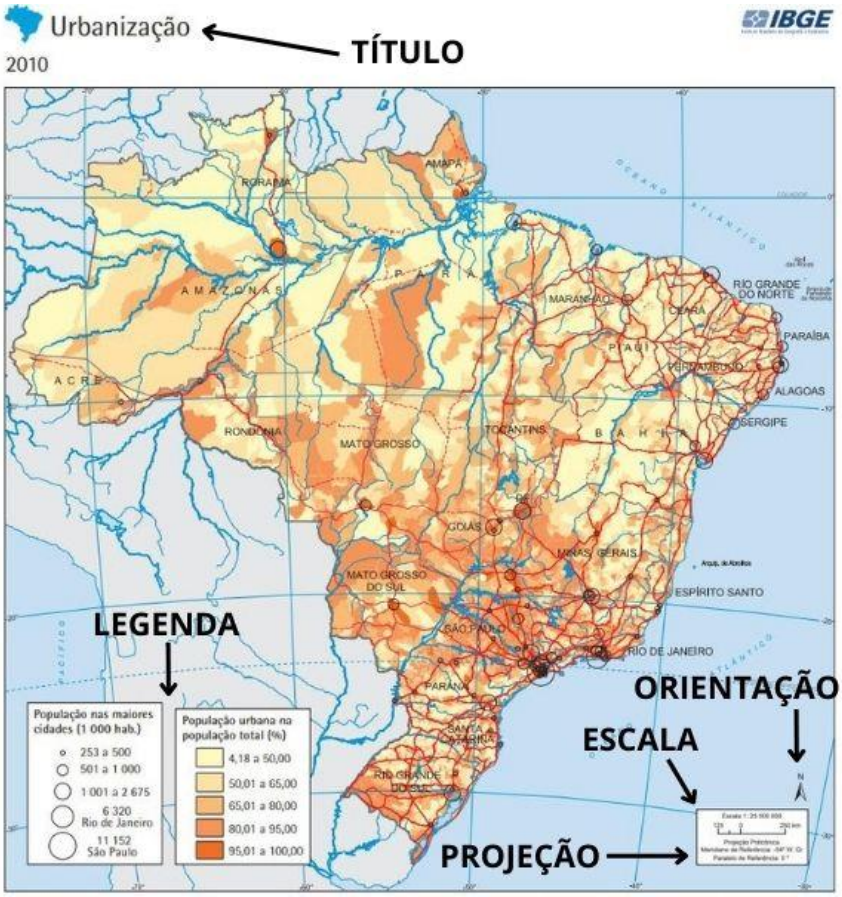
Multifuncionais (SRM)[4] (São Paulo, 2016). Dessa forma, foi realizada uma reflexão a respeito da elaboração e produção de materiais pedagógicos utilizando Tecnologias Assistivas (TA) como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem, por um lado, e da disponibilidade de mais um recurso pedagógico para ser utilizado por toda a equipe pedagógica e unidade escolar com TA, por outro.

Por conseguinte, planejamos produzir mapas táteis feitos com miçangas de formas, formatos e cores distintas, onde nos assumiríamos o papel de mediadores da construção desses mapas temáticos para, por um lado, auxiliar os estudantes no processo de confecção dos próprios mapas táteis e, por outro lado, na intervenção pedagógica para a aquisição do conhecimento sobre os biomas e os domínios morfoclimáticos brasileiros e sua relação com a preservação ambiental. Essa escolha se fundamentou também no conhecimento da equipe de que no Ensino Fundamental Anos Iniciais (EFAI) havia um estudante com deficiência visual, tornando os mapas táteis uma opção acessível e inclusiva para este, assim como para os outros estudantes, como é princípio do DUA.

Nossos objetivos iniciais com a alfabetização cartográfica e o letramento cartográfico, que perpassa pela apropriação do conhecimento sobre o uso dos mapas a partir dos seus elementos básicos, isto é, o título, legenda, orientação geográfica, fonte e escala cartográfica, tal como apresenta a Figura 1 a seguir.

[4] As Salas de Recursos Multifuncionais são destinadas à oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), no contraturno escolar, em caráter complementar ou suplementar para os estudantes público-alvo da educação especial, desde que identificada a necessidade deste serviço, após avaliação pedagógica/estudo de caso.

Figura 1. Mapa da Urbanização do Brasil — IBGE adaptado para fins educativos

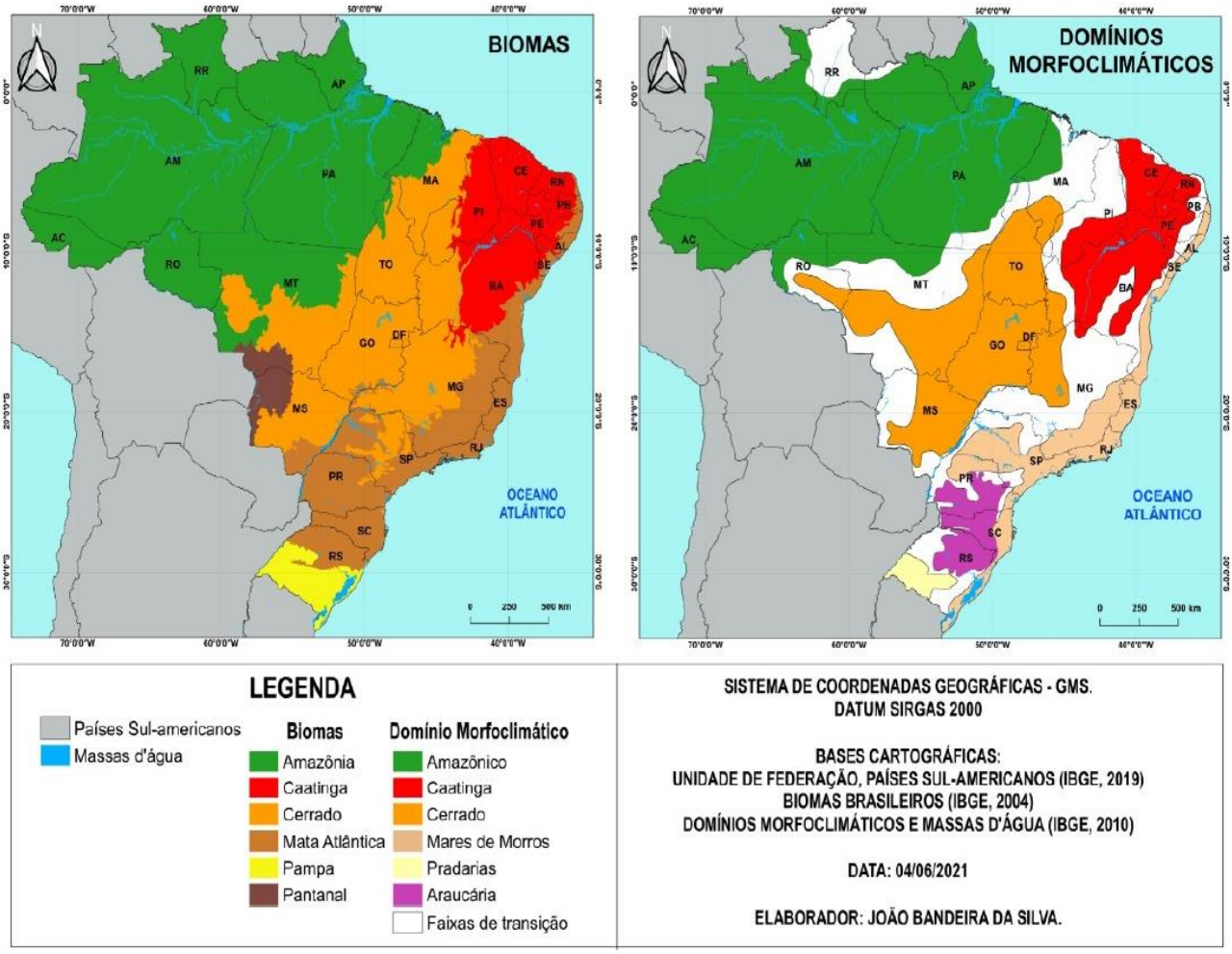


Fonte: Albuquerque et al., 2022.

Correlato às intenções pedagógicas iniciais, os objetivos de conhecimento e desenvolvimento por meio dos conceitos de bioma e domínios morfoclimáticos, assim como da confecção de mapas táteis, se mostraram pertinentes tanto quanto o trabalho colaborativo e a abordagem do DUA.

Cabe frisar, conforme apontam Albuquerque et al. (2022), que os conceitos são elementos da linguagem com função de organização do pensamento e objeto de ação prática no cotidiano das pessoas, assim como um dos pilares do desenvolvimento do conhecimento e do fazer científico. No caso particular dos conceitos de bioma e domínios morfoclimáticos brasileiros, que orientam tanto os currículos escolares (Castellar, 2012) quanto as ações governamentais no desenvolvimento de políticas públicas na gestão do território nacional (Ross, 2022), é também de suma importância apontar que não se trata de sinônimos conceituais (Albuquerque et. al, 2022), onde tal fato se apresenta em linguagem cartográfica com diferenças notáveis, conforme a Figura 2, a seguir, assim como na paisagem (Ab'Saber, 2012).

Figura 2. Comparação dos mapas de biomas e domínios morfoclimáticos brasileiros



Fonte: Albuquerque, 2022

A partir da comparação dos mapas acima, é notório haver diferenciação conceitual, tanto que fica evidente na representação cartográfica da distinção distributiva de que são Biomas e de Domínios morfoclimáticos.

Albuquerque (2022), por meio de revisão bibliográfica sobre os conceitos de biomas e domínios morfoclimáticos para compreender como esses são abordados nos currículos e nas salas de aula, definiu bioma como sendo uma ampla região geográfica caracterizada por uma composição específica de vegetação e fauna, com climas distintos e fisionomia paisagística reconhecível, isto é, que apresenta uma configuração biótica distintiva.

Desse aspecto conceitual de bioma, o território brasileiro apresenta seis biomas distintos terrestres e um sistema costeiro[5], sendo eles o Pantanal, Pampa, Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga e Amazônia. Tal classificação é a que é oficialmente utilizada pelo planejamento e gestão territorial do Brasil

[5] O IBGE, a partir de estudos da década de 2010-2020, passou a incluir um sistema costeiro em suas publicações sobre os biomas brasileiros, no sentido da preservação ambiental e da biodiversidade, no que é denominado de Amazônia Azul do território marítimo nacional. Tal fato pode ser consultado no Mapa – Bioma e Sistema Costeiro-Marinho do Brasil – 1:250.000, disponível em: https://geoftp.ibge.gov.br/informacoes_ambientais/estudos_ambientais/biomas/mapas/biomas_e_sistema_costeiro_marinho_250mil.pdf . Acesso em: 16 abr. 2025.

e organizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), onde, consequentemente, está presente nos currículos escolares, como no do município de São Paulo.

Em divergência do conceito de bioma, Ab'Saber (2012), ainda na segunda metade do século XX, desenvolveu o conceito de domínios morfoclimáticos, sendo uma compreensão mais ampla e a partir do arcabouço teórico-metodológico da Geografia. Nesse sentido, compreender as unidades paisagísticas formadas no território brasileiro envolvia não somente pensá-lo pelas formações biológicas e características bióticas, mas relacioná-las com outros fatores e elementos da natureza que perfazem a paisagem, isto é, as condições climáticas, hidrográficas, geológicas, de relevo e de solo, assim como as das formações vegetais.

Dessa forma, pode-se relacionar os conceitos a áreas específicas do conhecimento, como aponta Albuquerque et al. (2022). No caso de bioma, o conceito será associado às áreas de ecologia e biologia, com caracterização biótica, isto é, em ligação direta à biodiversidade. No que envolve o conceito de domínios morfoclimáticos, o conceito será correlacionado à Geografia e suas derivadas, como biogeografia, climatologia e geomorfologia, por exemplo, e associado a uma caracterização abiótica, ou seja, à geodiversidade, no sentido ampliado de biodiversidade.

Confecção dos mapas e elaboração de materiais com tecnologia assistiva como processo de aprendizagem significativa

Como as prerrogativas descritas ao longo desse trabalho, partimos para a execução da proposta de aprendizagem e das premissas da educação inclusiva a partir do DUA.

Como mediação que realizaríamos do processo de confecção dos mapas táteis, posto que é parte da aprendizagem significativa, o primeiro momento foi o de elaborarmos a lista de materiais necessários, conforme a Tabela 4 abaixo.

Tabela 4: Materiais para confecção dos mapas táteis

Quantidade	Material
12 placas	Tipo MDF 90 × 90 cm
12 folhas	Papel paraná
7 quilogramas	Miçanga com cores, tamanhos e formas diferentes.
2 litros	Cola de contato
1 litro	Cola de silicone líquida
4 latas	Cola spray permanente de 500ml

Fonte: Arquivo do autor

Com a quantidade de material, foi possível a produção de oito mapas, sendo quatro de biomas e quatro de domínios morfoclimáticos. Essa composição ocorreu devido ao custo e à disponibilidade de

materiais, especialmente de tipos distintos de miçangas, seja nas cores, formas ou tamanhos, algo de suma importância, pois refletiria a legenda do mapa.

Como etapa anterior ao processo de produção dos mapas pelos estudantes, fizemos nas folhas de papel no paraná as disposições territoriais dos biomas e dos domínios morfoclimáticos e a sua colagem nas placas de MDF. Após esse processo, realizamos também experimentos para reconhecermos as possíveis disposições que poderiam ocorrer com as miçangas disponíveis, tal como mostram as Figuras 3 e 4 a seguir, de onde concluímos que poderiam ser confeccionados a quantidade supracitada de mapas táteis, ou seja, quatro de cada da proposta inicial.

Figura 3. Preparação das placas para confecção dos mapas táteis



Fonte: Arquivo do autor.

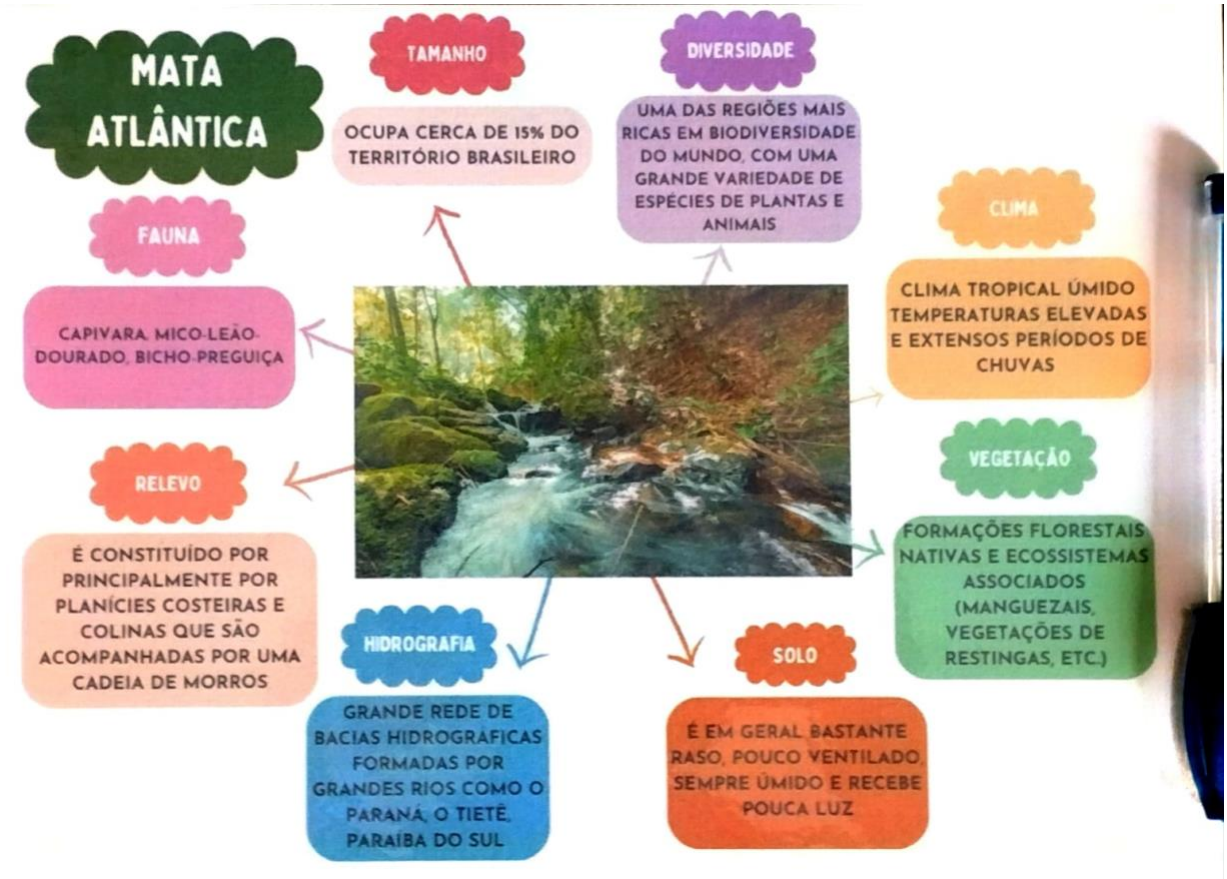
Figura 4. Exemplo das possíveis disposições dos mapas táteis



Fonte: Arquivo do autor.

A partir desse processo preparatório em uma das nossas reuniões do trabalho colaborativo, foi proposta por uma das professoras a organização de cartões com explicações dos conceitos de biomas e de domínios morfoclimáticos, assim como das características das respectivas classificações de cada um deles, isto é, da configuração espacial, fotografia da paisagem formada a partir dos seus atributos e informações gerais do bioma e do domínio morfoclimático. Abaixo, na Figura 5 e na Figura 6, demonstramos dois desses cartões, sendo um do bioma Mata Atlântica e outro do domínio morfoclimático dos Mares de Morro, feitos em papel cartão e plastificados para que estudantes com condições motoras reduzidas possam utilizá-los.

Figura 5. Cartão do bioma Mata atlântica



Fonte: Arquivo do autor.

Figura 6. Cartão do Domínio Morfoclimático Marres de Morros



Fonte: Arquivo do autor.

Esse material elaborado na premissa das Tecnologias Assistivas (TA) teve o intuito também de estimular os estudantes à leitura através das informações contidas nos cartões para apropriação do conhecimento, reconhecendo os diferentes estágios de leitura de cada estudante, e para além das exposições oralizadas da equipe docente do trabalho colaborativo.

Ainda como etapa da alfabetização cartográfica (Katuta, 1999) e do letramento cartográfico (Almeida, 2019 e Castellar, 2011) e do processo de confecção dos mapas táteis, retomamos uma proposta de atividade realizada anteriormente, no ano de 2022, onde também foram feitos mapas com sementes — esta atividade é o disparador de nossas reflexões para elaborar o mapa tátil com miçangas, devido à durabilidade do material.

A atividade consistiu em elaborar um mapa individual com sementes a partir do reconhecimento dos elementos do mapa, ou seja, título, legenda, orientação geográfica, fonte e escala cartográfica. No caso desta atividade, foi entre um mapa base da Divisão política-administrativa regional do Brasil, no qual, a partir de uma exposição explicativa do professor e contato com o mapa tátil da Distribuição populacional brasileira, cada estudante elaboraria o seu mapa, contendo os elementos do mapa, conforme Figura 7, a seguir.

Figura 7: Estudantes realizando atividade de reconhecimento dos elementos do mapa



Fonte: Arquivo do autor.

Passadas as etapas e os processos inerentes à produção dos mapas táteis dos biomas e dos domínios morfoclimáticos, realizamos o que estava planejado nessa proposta do trabalho colaborativo, isto é, a confecção de mapas táteis que sejam úteis e usados pela equipe educacional.

Em conjunto com estudantes, como mediadores da confecção dos mapas, os estudantes foram instruídos a se reunir em grupos a partir da mistura das turmas — não seguimos a ordem serial escolar. Em breve exposição explicativa da atividade, instruímos quais eram os conceitos representados no mapa, ou seja, de bioma e de domínios morfoclimáticos, apresentando suas características gerais para estimulá-los a pensar sobre a tarefa que realizavam. Após esta iniciação das atividades, instruímos como deveriam proceder para confeccionar os mapas, nos quais os grupos escolheriam uma placa de MDF com o rascunho de um dos mapas, assim como do recipiente que continha os materiais necessários previamente arranjados, como as miçangas, as colas e os cartões correspondentes.

Na sequência, coube aos estudantes reconhecerem, a partir das áreas de cada bioma ou dos domínios morfoclimáticos, quais formas, tamanhos, cores e quantidades poderiam distribuir no mapa, tanto para formar a representação do mapa quanto para relacioná-la à legenda que construiriam. Abaixo, na Figura 8, é possível observar esse procedimento dos estudantes.

Figura 8: Estudantes na atividade de confecção dos mapas táteis



Fonte: Arquivo do autor

Na Figura 9 a seguir, apresentamos alguns dos trabalhos feitos pelos estudantes junto ao seu agrupamento e professores, onde alguns não foram completamente terminados devido ao ritmo da turma e ao tempo da aula, cabendo à equipe docente a finalização.

Figura 9: Estudantes e equipe docente na finalização da confecção dos mapas táteis



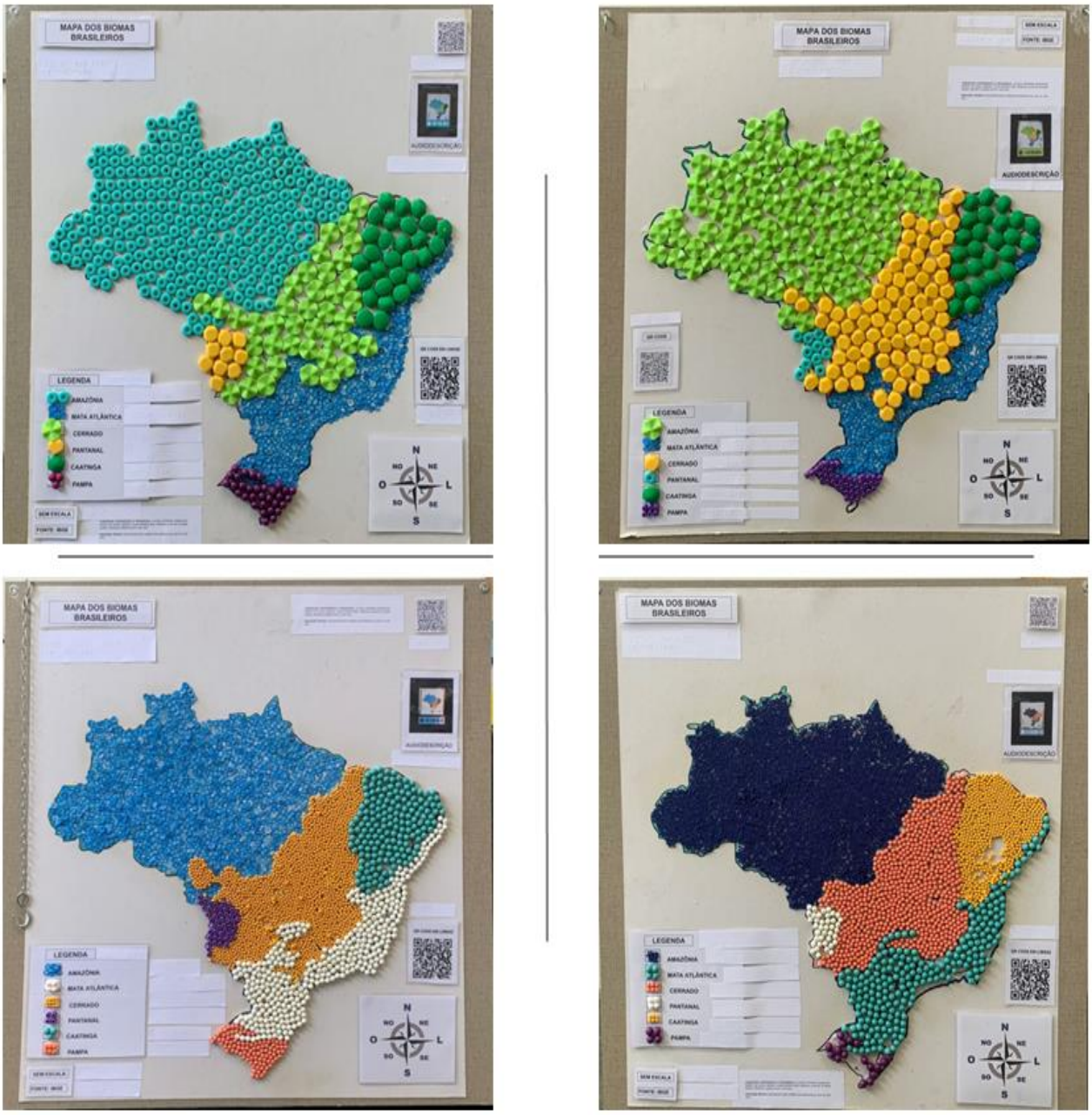
Fonte: Arquivo do autor.

Após a etapa central, que foi a confecção pelos estudantes, a equipe, pensando na educação inclusiva e no uso do mapa por todos, enquanto TA, elaborou legendas em braile e audiodescrição dos mapas[6]. A seguir, são apresentados dois mosaicos de fotografia dos mapas táteis dos biomas e dos

[6]As audiodescrições foram elaboradas pelas professoras de Atendimento Educacional Especializado (AEE) para descrever os mapas e os temas abordados. Incluem informações sobre as representações geográficas e os materiais utilizados, como textura, cor, forma das miçangas

domínios morfoclimáticos finalizados e prontos para uso em sala de aula, nas Figuras 10 e 11, respectivamente.

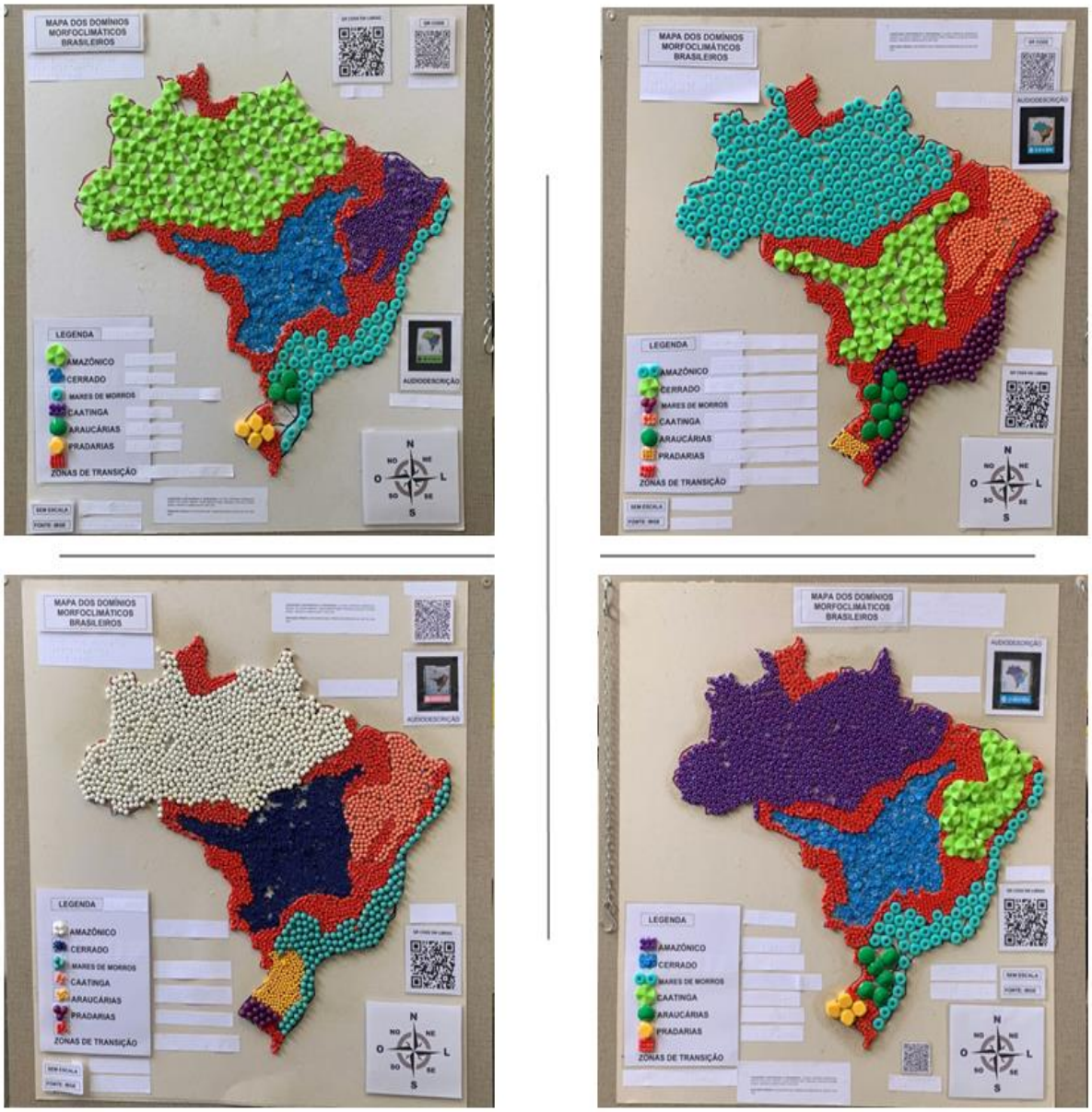
Figura 10. Mosaico dos mapas dos biomas finalizados



Fonte: Arquivo do autor.

e disposição dos elementos. Esse recurso permite que estudantes com deficiência visual compreendam e explorem os mapas táteis de forma autônoma. A importância das audiodescrições também se estende aos estudantes com TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade). As descrições detalhadas e organizadas dos mapas ajudam esses estudantes a se concentrar melhor nas informações relevantes, facilitando a compreensão e a retenção dos conceitos geográficos. Desse modo, o uso de audiodescrições promove uma aprendizagem mais estruturada, ajudando-os a seguir as instruções de maneira clara e a manter o foco nas tarefas educativas.

Figura 11. Mosaico dos mapas dos domínios morfoclimáticos finalizados



Fonte: Arquivo do autor

Nesse processo de aprendizagem, é que os estudantes, independentemente de serem estudantes com Deficiência ou não e em diferentes níveis de alfabetização e por meio de materiais adequados, reconhecem a relação existente entre as informações dos mapas e dos elementos por fazerem a correspondência dos termos com os conceitos estudados, assim como sua distribuição espacial. De mesmo modo, fazem correspondência entre as informações orais passadas pela equipe docente e aquelas contidas nos cartões, os quais, quando no grupo se tinha uma pessoa leitora, fazia a explicação para os demais e os localizava no mapa que está a ser produzido. Por fim, é importante destacar que o uso dos mapas foi limitado em nossas propostas pedagógicas ao processo de produção junto aos estudantes naquele ano letivo de 2023. Devido à saída deste autor-professor e das professoras AEEs do CIEJAs por razões político-institucionais e individuais, não acompanhamos de forma sistemática os usos dos mapas

por outros estudantes, mas pelas relações com uma professora de Geografia que atua ainda no CIEJA, sabemos que é de utilização frequente por esta e demais professoras, principalmente do ciclo de alfabetização e como auxílio para estudantes Pessoas com Deficiência ao longo do ano letivo de 2024.

Considerações Finais

Ao longo do processo de aprendizado, os estudantes, independentemente de sua condição de Pessoas com Deficiência ou não, e em diferentes estágios de alfabetização, se envolvem em uma exploração significativa dos recursos didáticos adaptados e elaborados em Tecnologia Assistiva, quando pensados a partir das suas capacidades e não das suas limitações. Nessa situação, eles desenvolvem habilidades para reconhecer a conexão, às vezes complexa, entre as informações contidas nos mapas e os fenômenos geográficos, sejam eles naturais, como os biomas e os domínios morfoclimáticos, sejam culturais e históricos que representam, estabelecendo de forma satisfatória, do ponto de vista avaliativo docente, a correlação entre os termos empregados e os conceitos trabalhados subjacentes. Além disso, demonstram uma notável capacidade para integrar as informações oralizadas transmitidas pela equipe docente com aquelas apresentadas nos materiais didáticos com TA, como nos cartões e noutros recursos de aprendizagem utilizados.

O processo do trabalho colaborativo a partir do DUA é particularmente enriquecedor e atua como facilitador, sendo explicitado e contextualizado diante tanto das prerrogativas do planejamento dos objetivos da aprendizagem e do desenvolvimento quanto das trocas de experiências de olhares multidisciplinares. Ademais, as trocas também entre os estudantes por meio da proposta de aprendizagem possibilitam uma maior interatividade entre equipe docente e discentes, pois enquanto ~~todos~~ juntos trabalhavam para localizar os elementos pertinentes no mapa em construção. Essa abordagem global e interativa aumenta a compreensão dos conceitos geográficos, como também promove uma aprendizagem inclusiva e colaborativa, na qual cada estudante contribui com suas habilidades únicas e conhecimentos prévios para o progresso coletivo.

Referências

AB'SABER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. 7. Ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

ALBUQUERQUE, F. N. B. de; SILVA, J. B.; MELO, E. V. de; SILVA, G. M. Os conceitos de bioma e domínio morfoclimático nas videoaulas de geografia: abordagens e desafios. **Revista Tamoios**, São Gonçalo, v. 18, n. 2, p. 170–184, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.12957/tamoios.2022.61114. Acesso em: 9 out. 2023.

ALMEIDA, R. D. **Do desenho ao mapa:** iniciação cartográfica na escola. 5. Ed. São Paulo: Contexto, 2019.

ARROYO, M. **Passageiros da noite:** do trabalho para a EJA. Itinerários pelo direito a uma vida justa. Petrópolis: Vozes, 2017.

CASTELLAR, S. V. A cartografia e a construção do conhecimento em contexto escolar. In: ALMEIDA, R. D. (org.). **Novos rumos da cartografia escolar: currículo, linguagem e tecnologia**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 121-136.

KATUTA, Â. M. Uso de mapas: alfabetização cartográfica e/ou letramento cartográfico? **Nuances: Estudos sobre Educação**, v. 3, n. 3, 2009. DOI: 10.14572/nuances.v3i3.55. Disponível em: https://doi.org/10.14572/nuances.v3i3.55. Acesso em: 16 abr. 2024.

LEFEBVRE, H. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2003.

LEFEBVRE, H. Psicologia das classes sociais. **GEOUSP: Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 17, p. 21-41, 2005.

OLIVEIRA, M. J. S.; BRITO, I. P. L.; PADILHA, M. A. S. Aprendizagem ativa na educação básica: um relato de experiência no ensino remoto. **Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia**, ed. especial, p. 155-172, 2022. Disponível em: https://periodicos.utfpr.edu.br/rbect/article/view/14875. Acesso em: 12 mar. 2023.

RIBEIRO, R. S. **Gestão das partes interessadas a partir da metodologia para emprego apoiado de pessoas com deficiência**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Economia). ESALQ-USP, Piracicaba, 2023.

RIBEIRO, R. S. O uso do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) na aprendizagem cartográfica e noções espaciais: um relato de experiência a partir da Educação de Jovens e Adultos (EJA). **Metodologias e Aprendizado**, *[S. l.]*, v. 6, p. 278–292, 2023. DOI: 10.21166/metapre.v6i.3119. Disponível em: https://publicacoes.ifc.edu.br/index.php/metapre/article/view/3119. Acesso em: 16 jun. 2025.

ROSA, V. I. **Design inclusivo: processo de desenvolvimento de prancha de Comunicação Alternativa e Aumentativa para crianças com Transtorno do Espectro do Autismo utilizando Realidade Aumentada**. 2018. Tese (Doutorado em Design) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

ROSS, J. L. S. **Geomorfologia: ambiente e planejamento**. 9. Ed. São Paulo: Contexto, 2012.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. **Retratos da EJA em São Paulo: história e relatos de práticas**. São Paulo: SME/COPED, 2020. Disponível em: https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/10/WEB_Retratos_EJA_2020.pdf. Acesso em: 22 mar. 2023.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. **Currículo da cidade: Educação de Jovens e Adultos**. São Paulo: SME, 2019. Disponível em: https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/curriculo/. Acesso em: 14 abr. 2024.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. **Instrução Normativa SME n. 14, de 4 de março de 2022**. Diário Oficial da Cidade de São Paulo, São Paulo, p. 19-20, 5 mar. 2022.

SOUZA, M. M. M.; PEREIRA, B. S. S. Adequações pedagógicas pautadas no Desenho Universal da Aprendizagem como alternativa à dupla exclusão. In: CONGRESSO DE EDUCAÇÃO, 4., 2015, [S. l.]. **Anais** [...] [S. l.]: Realize Editora, 2015. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/10995. Acesso em: 22 mar. 2023.

VILARONGA, C. A. R. **Colaboração da Educação Especial em sala de aula: formação nas práticas pedagógicas do Coensino**. 2014. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

ZANETTE, M. S. Pesquisa qualitativa no contexto da Educação no Brasil. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 65, p. 149-166, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0104-4060.47454. Acesso em: 25 mai. 2023.

ZERBATO, A. P. **Desenho universal para a aprendizagem na perspectiva da inclusão escolar: potencialidades e limites de uma formação colaborativa**. 2018. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.

ZERBATO, A. P.; MENDES, E. G. O desenho universal para a aprendizagem na formação de professores: da investigação às práticas inclusivas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 47, e233730, 2021. DOI: 10.1590/S1678-4634202147233730. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/193215. Acesso em: 25 mar. 2023.

ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS
SÃO PAULO

Boletim Paulista de Geografia

ISSN: 0006-6079 - e-ISSN: 2447-0945

Artigo

A financeirização da educação superior e o uso do território para a educação a distância no Brasil

HENRIQUE CAETANO VIAN
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) – Campinas, São Paulo, Brasil.
h165500@dac.unicamp.br

N°: 115
Ano: 2026

VIAN, Henrique Caetano. A financeirização da educação superior e o uso do território para a educação a distância no Brasil. **Boletim Paulista de Geografia**, v. 1, n. 115, p. 34–59, 2026. https://doi.org/10.61636/bpg.v1i115.3873.

Recebido em: 13 de maio de 2025
Aceito para publicação em: 29 de outubro de 2025
Editor responsável: Thell Rodrigues

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.

A financeirização da educação superior e o uso do território para a educação a distância no Brasil

Resumo

O texto analisa os usos corporativos do território desempenhados pelo mercado educacional brasileiro para a educação a distância (EAD), ressaltando suas interfaces com os processos de financeirização e de digitalização da educação superior ao longo das últimas três décadas. Atualmente, mais da metade dos graduandos em cursos EAD no país estão matriculados em instituições privadas controladas por seis grupos listados na Bolsa de Valores brasileira: Cogna Educação, YDUQS, Vitru Educação, Cruzeiro do Sul Educacional, Ânima Educação e Ser Educacional. O estudo aborda, primeiro, a consolidação do setor educacional privado sob uma lógica mercantil e financeirizada. Em seguida, analisa a transformação digital da educação superior no país. Por fim, examina os usos corporativos do território brasileiro para a oferta da EAD e os desafios estruturais dessa modalidade, cuja expansão no país ocorreu de forma acelerada e desigual. Por fim, sustenta-se que a expansão da EAD no Brasil, orientada pela lógica mercantil e pelo uso corporativo do território, inflou indicadores quantitativos, mas aprofundou desigualdades qualitativas ao reduzir o direito à educação a um serviço precarizado.

Palavras-chave: Geografia da Educação; Educação Superior; EAD; Transformação Digital; Setor Privado.

The financialization of higher education and the use of territory for distance education in Brazil

Abstract

The text analyzes the corporate uses of territory carried out by the Brazilian educational market for distance education (DE), highlighting its intersections with the processes of financialization and digitalization of higher education over the past three decades. Currently, more than half of undergraduate students enrolled in DE programs in the country attend private institutions controlled by six groups listed on the Brazilian Stock Exchange: Cogna Educação, YDUQS, Vitru Educação, Cruzeiro do Sul Educacional, Ânima Educação, and Ser Educacional. The study first addresses the consolidation of the private education sector under a market-driven and financialized logic. It then examines the digital transformation of higher education in the country. Finally, it explores the corporate uses of Brazilian territory for the provision of DE and the structural challenges of this modality, whose expansion in the country has been both rapid and uneven. Finally, it is argued that the expansion of distance education in Brazil, driven by a market-oriented logic and the corporate use of territory, inflated quantitative indicators but deepened qualitative inequalities by reducing the right to education to a precarious service.

Keywords: Geography of Education; Higher Education; Distance Education; Digital Transformation; Private Sector.

Introdução

> Precisamos entrar de cabeça no processo de transformação digital. A nossa indústria está mudando e estamos andando no mesmo ritmo dos nossos concorrentes [...]. Se queremos ser o líder, para essa nova era, temos que nos antecipar e fazer o movimento mais rápido que todos [...]. A transformação digital rompe as barreiras regionais. Não precisamos ser mais rápidos que nossos concorrentes brasileiros, nós precisamos ser mais rápidos que todos os concorrentes de educação do mundo (Galindo, 2020).

No ano de 2020, Rodrigo Galindo, então CEO da *holding* Cogna Educação, realizou uma comunicação intitulada “Transformação digital: o desafio das grandes organizações”. A epígrafe acima, transcrita a partir de sua fala, ressalta dois aspectos seminais à compreensão do estado atual da educação superior no Brasil. O primeiro refere-se à caracterização do setor educacional brasileiro como parte de uma "indústria global da educação”, como outrora definiu Tooley (1999). O segundo, por sua vez, diz respeito à “transformação digital” tomada como estratégia competitiva indispensável por essa indústria no contexto daquilo que Tapscott (2015) denominou “economia digital”.

A Cogna Educação destaca-se como uma das maiores organizações educacionais brasileiras do mundo, situando-se ao lado de grupos como YDUQS, Vitru Educação, Cruzeiro do Sul Educacional, Ânima Educação e Ser Educacional. Essas corporações reúnem, em seus portfólios, um conjunto de Instituições de Ensino Superior (IES) privadas com fins lucrativos conhecidas por considerável parte da população brasileira, como Anhanguera, Unopar, Estácio, Uniasselvi, UniCesumar, Cruzeiro do Sul, Anhembi Morumbi e Uninassau. Essas e numerosas outras IES integram aquilo que Sguissardi (2008) chamou de setor educacional “privado-mercantil”.

Além de figurarem como empresas que lucram com a comercialização de cursos de nível superior, essas IES, sob o comando de *holdings* com capital aberto na Bolsa de Valores brasileira (B3), também integram o circuito mundial das finanças. Desempenham, assim, o papel de instrumentos de rentabilidade para acionistas, atraindo investimentos de grandes fundos financeiros interessados em retornos dentro de um setor considerado estratégico e promissor. Mais do que uma “indústria” lucrativa ou um setor “privado-mercantil”, trata-se de um amplo setor educacional “privado-mercantil-financeirizado” (Vian, 2022, 2024).

Como sintetizado em Vian (2024), o patamar alcançado pelo setor educacional privado-mercantil-financeirizado brasileiro pode ser explicado por, pelo menos, quatro bases estruturantes: 1) a relação estreita entre os agentes do setor educacional empresarial e o Estado; 2) a entrada de fundos de investimentos, nacionais e estrangeiros, no controle das empresas do setor educacional privado; 3) a apropriação de fundos públicos por corporações educacionais e; 4) a abertura de capital de organizações educacionais em Bolsas de Valores seguida pelo crescente movimento de fusões e aquisições no setor.

Em meio à crise sanitária mundial de 2020, organizações educacionais identificaram na adversidade uma oportunidade estratégica para expandir seus negócios. Essa expansão ocorreu, sobretudo, por meio da incorporação de soluções tecnológicas, tanto na sofisticação de processos operacionais quanto na diversificação e ampliação dos produtos ofertados. Assim, corporações de ensino revitalizaram e intensificaram um projeto de transformação digital que, embora catalisado pela pandemia, vinha sendo gestado anos antes, de forma intrínseca à financeirização do setor.

O projeto de transformação digital conduzido por corporações educacionais financeirizadas tem como uma de suas principais frentes a expansão da modalidade de educação a distância (EAD). Essa, por sua vez, é frequentemente associada ao pretexto da necessidade de ampliação do acesso ao sistema nacional de educação superior no território brasileiro (Santos, 2008), o qual é marcado por uma histórica e geográfica desigualdade educacional. No entanto, a despeito de sua face filantrópica, a EAD tem se configurado como um novo desafio para o país. Embora tenha se expandido para lugares anteriormente sem acesso à educação superior, essa modalidade resultou mais em uma ampliação quantitativa e mercantil do acesso à formação universitária do que na garantia do direito à educação de qualidade para a população brasileira. O tema da qualidade, é importante sublinhar, não se reduz a indicadores de eficiência, produtividade e competitividade aferidos por "avaliações eficientistas" (Dias Sobrinho, 2002) – nas quais, aliás, estudantes da EAD frequentemente apresentam desempenho inferior ao de cursos presenciais (Bertolin, 2021) –, mas diz respeito, essencialmente, à capacidade de formar cidadãos críticos "para que se aperfeiçoe a sociedade humana como um todo" (Santos, 2007, p. 154).

A atividade educacional pressupõe, simultaneamente, uma relação social e uma configuração territorial. Nesse sentido, há sempre uma manifestação material, derivada dos diferentes "usos do território" (Santos, 2002) desempenhados por agentes envolvidos nessa atividade. Com base nessa premissa, o objetivo central deste artigo é analisar os usos corporativos do território desempenhados pelo mercado educacional brasileiro para a educação superior a distância, ressaltando suas interfaces com os processos de financeirização e de digitalização da educação superior ao longo das últimas três décadas.

Como parte dos procedimentos metodológicos, foi realizado um levantamento bibliográfico e documental sobre as temáticas "educação superior", "educação a distância", "uso do território", "globalização", "financeirização" e "transformação digital". Além disso, foram coletados dados secundários de fontes como os Censos da Educação Superior, a plataforma e-MEC, *sites* institucionais de organizações educacionais, suas respectivas plataformas de Relações com Investidores e relatórios de consultorias.

Como recorte empírico da discussão, foram selecionadas organizações educacionais brasileiras com enfoque na educação superior e que possuem ações negociadas na B3, sendo elas: Cogna Educação,

YDUQS, Ânima Educação, Ser Educacional, Vitru Educação e Cruzeiro do Sul Educacional. Para as quatro primeiras, foram apresentados resultados derivados da pesquisa de mestrado do autor deste trabalho (Vian, 2024), enquanto para as duas últimas, foram apresentados resultados obtidos no âmbito deste artigo e de pesquisa de doutorado em curso.

A fim de apresentar a configuração territorial da modalidade EAD em escala nacional, foram utilizadas cartografias previamente produzidas (Vian, 2024), com algumas adaptações, assim como foram produzidas duas novas para abranger as *holdings* Vitru Educação e Cruzeiro do Sul Educacional. Os mapas, confeccionados por meio do *software* QGIS, contaram com o levantamento de polos de educação a distância (polos EAD) por município no Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (plataforma e-MEC). O levantamento foi sistematizado com o auxílio do *software* Microsoft Excel. Também, para fomentar a discussão, foram realizados mapeamentos com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O texto está estruturado em três seções, para além desta introdução e das considerações finais. O uso do território promovido pelo setor educacional privado-mercantil-financeirizado para a educação superior a distância no Brasil é abordado tanto com base em sua formação quanto em sua forma geográfica. Nesse sentido, em um primeiro momento, discute-se o processo de conformação do setor educacional privado-mercantil-financeirizado brasileiro a partir de quatro pilares estruturantes, já mencionados nesta introdução. Em seguida, destaca-se o processo de transformação digital da educação superior no Brasil, realizando interfaces entre o estado da política e o estado das técnicas no período de globalização. Por fim, enfatiza-se a expansão e a configuração territorial da EAD, bem como os usos do território promovidos pelos grupos Cogna, YDUQS, Vitru, Cruzeiro do Sul, Ânima e Ser em prol da consolidação dessa modalidade na educação superior brasileira.

A conformação do setor educacional privado-mercantil-financeirizado brasileiro

A década de 1990 foi marcada pelo ajuste político e econômico de países periféricos a um "sistema disciplinar mundial" (Dardot; Laval, 2016). Tal arcabouço disciplinar, equivalente a um conjunto neoliberal de normas favoráveis à austeridade fiscal, à liberalização econômica e às privatizações, foi configurado e disseminado por organismos supranacionais como o Banco Mundial (BM) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), bem como por agentes estratégicos do mercado, como fundos financeiros (Contel, 2020) e empresas globais de consultoria (Silva, 2009). Nesse contexto, aprofundou-se o processo de globalização no território brasileiro, enfim planejado e instrumentalizado como um espaço nacional da economia internacional (Santos, 2002).

A neoliberalização pode ser reconhecida, entre outras condutas, pela mercantilização dos

domínios da vida social e pela mobilização de instrumentos especulativos em torno da abertura de novos campos para a realização capitalista de lucros (Brenner; Peck; Theodore, 2010). Muitas dessas condutas foram assumidas no Brasil a partir da implementação da Reforma do Aparelho Estatal, em 1995, que se desdobrou em uma série de marcos normativos que promoveram a privatização, mercantilização e liberalização comercial de diversos setores, incluindo o da educação (Sguissardi, 2015).

Nesse contexto, destaca-se a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996). Tal marco legal estimulou a participação do setor privado na execução da política de educação superior no Brasil, delineando um horizonte permeável a iniciativas com fins lucrativos. Como assinala Sguissardi (2015, p. 873), esse movimento ocorreu à sombra das recomendações do BM que, por meio de seus documentos, disseminou mundialmente teses "que respaldariam as ações de governos dispostos a dar consequência ao ajuste neoliberal no campo educacional". Em relatório publicado em 1994, o Banco abordou diferentes estratégias para a reforma de sistemas educacionais nos países em desenvolvimento, sendo a primeira delas o fomento à "maior diferenciação das instituições, incluindo o estabelecimento de instituições privadas" (World Bank, 1994, p. 4).

Em estudo produzido com o apoio do BM para a ocasião da Conferência Mundial da UNESCO sobre Educação Superior em 1998, sustentou-se a tese de que a educação superior não deveria ser concebida exclusivamente como um bem público, mas, também, como um bem privado, subordinado às dinâmicas do mercado (Johnstone; Arora; Experton, 1998, p. 3). Argumentações desse teor, recrudescidas com a criação da OMC em 1995 e a inclusão da educação no Acordo Geral de Serviços Negociáveis, serviram de alicerce para a consolidação e expansão de uma "indústria global da educação" (Tooley, 1999). Por conseguinte, proliferou-se um modelo de educação superior sob predomínio "privado-mercantil" (Sguissardi, 2008) no território brasileiro.

É ainda pertinente salientar que, desde os anos 1970, a economia internacional passou a valer-se, progressivamente, da preponderância da valorização financeira em escala mundial (Paulani, 2009). Como destaca Contel (2020), o processo de globalização apoiou-se, substancialmente, na financeirização dos territórios. Nesse sentido, o sistema disciplinar mundial abordado por Dardot e Laval (2016) significou, também, a proliferação de impulsos à financeirização que acabaram por incidir em praticamente todos os âmbitos da política, da economia e da vida social.

Como argumentou Chesnais (1996, p. 186), no movimento de transferência de diferentes atividades para a esfera mercantil, "o movimento de mundialização do capital encontra suas maiores oportunidades de investir". Dessa forma, sustenta-se que o movimento de transformação da educação em mercadoria na década de 1990 no Brasil refletiu, de forma mais profunda, a avidez pela financeirização do campo educacional (Oliveira, 2009; Seki, 2020). Atualmente, empresas do setor educacional "se

movimentam, mais do que por sua atividade-fim – a educação –, pela sua capacidade financeira de conquistar espaço no mercado" (Mancebo; Vale, 2013, p. 95).

Consolidado nos anos 2000 e intensificado nas décadas subsequentes, o processo de financeirização da educação superior no Brasil pode ser sintetizado à luz de, pelo menos, quatro bases estruturantes, cuja articulação não ocorre de forma necessariamente linear (Vian, 2024).

(1) O primeiro pilar funda-se na simbiose entre o Estado e o mercado educacional no Brasil. Por meio da formulação e implementação de políticas públicas, da constituição de um arcabouço jurídico-normativo de caráter permissivo e da concessão de incentivos financeiros, o Estado engendrou as condições propícias para a consolidação e a proliferação de um setor educacional mercantilizado no país (Seki, 2020). Tal dinâmica configurou um cenário de "capitalismo acadêmico sem riscos" (Azevedo, 2015), tornando o setor atrativo a investimentos nacionais e estrangeiros.

Conforme expõe Seki (2020, p. 97), "em vários casos, as IES privadas obtinham vantagens adicionais em virtude de suas conexões no Estado, algumas das quais, inclusive, tinham proprietários ou sócios que eram, eles próprios, agentes políticos". Exemplos incluem Walfrido Neto, fundador do grupo Pitágoras (posteriormente integrado no portfólio de marcas da Cogna Educação), que ocupou cargos políticos relevantes, e os irmãos Paulo (ex-Ministro da Economia de Jair Bolsonaro) e Elizabeth Guedes, ligados à fundação e expansão do Ibmec (adquirido pela YDUQS em 2020). Elizabeth, além de cargos na Rede Internacional de Universidades Laureate – à época, controladora de instituições como a Universidade Anhembi Morumbi (atualmente, subsidiária da Ânima Educação) e a Uninorte (atualmente, subsidiária da Ser Educacional) –, é presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares (ANUP) e ocupou posições estratégicas para o setor educacional, como a Associação Brasileira para o Desenvolvimento do Ensino Superior (ABRAES).

(2) A segunda base, intrinsecamente articulada à anterior, diz respeito à crescente participação de fundos de investimento, especialmente de origem estrangeira, no setor educacional privado, configurando um processo de transnacionalização viabilizado pela permissividade jurídico-normativa do Estado (Azevedo, 2015). Diante de um mercado educacional em plena expansão e dotado de alta rentabilidade, tais fundos, isentos de restrições legais significativas no país, direcionaram suas estratégias à maximização de retornos financeiros por meio de reestruturações corporativas nas IES, pautadas em processos de racionalização administrativa e otimização de custos.

Alguns casos emblemáticos ilustram o alinhamento do setor educacional brasileiro a fundos de investimento: as parcerias entre o Grupo Pitágoras e o fundo Apollo International, firmada em 2001; a aquisição da Universidade Anhembi Morumbi pelo grupo estadunidense Laureate International em 2005; e a compra de 50% do grupo Pitágoras/Kroton pelo fundo Advent International, em 2009 (Seki, 2020;

Vian, 2024).

(3) Outro pilar essencial do processo de financeirização da educação superior no Brasil residiu na conversão de fundos públicos em mecanismos de acumulação de capital privado. Políticas estatais como o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) e o Programa Universidade para Todos (Prouni), originalmente concebidas para ampliar o acesso ao ensino superior no país via setor privado, transformaram-se em dispositivos estratégicos para subsidiar a expansão e a consolidação de conglomerados educacionais de grande porte, fomentando a lógica de mercantilização do setor (Seki, 2020).

O FIES, reformulado em 2010, e o Prouni, instituído em 2005, canalizaram recursos públicos para o setor educacional privado, garantindo sua sustentabilidade financeira e tornando-o ainda mais atraente para investidores. Conforme expuseram Chaves, Santos e Kato (2020), os recursos destinados particularmente ao FIES tiveram impactos significativos no rendimento líquido das empresas Kroton Educacional, Estácio Participações, Ser Educacional e Ânima Educação. Segundo as autoras, em 2014, o FIES significou 73% da receita líquida da Kroton, 47% da Estácio, 50% da Ser Educacional e 46% da Ânima Educação. No entendimento de Seki (2020), a instrumentalização de fundos públicos para a educação transformou direitos sociais em espaços de acumulação capitalista, ao mesmo tempo em que sobrecarregou a União com inadimplências expressivas e favoreceu investidores por meio de isenções fiscais e lucros crescentes.

A crise política intensificada no país a partir de 2015, combinada à retração de recursos destinados ao FIES no contexto do regime de austeridade fiscal imposto pela política do Teto de Gastos, entretanto, forçou o setor da educação a adotar novas estratégias de crescimento, com destaque para a expansão da oferta de cursos na modalidade a distância (Scudeler; Tassoni, 2023; Vian, 2022). O cenário pandêmico de 2020, por sua vez, desempenhou um papel catalisador nesse processo, acelerando a adoção de soluções tecnológicas e reorganizando o espaço educacional ao ampliar significativamente a oferta de cursos na modalidade EAD, com a consequente penetração de organizações educacionais em novas regiões do país (Mesquita, 2023; Vian, 2024).

(4) Finalmente, outra base do processo da financeirização da educação superior no Brasil, seminal para a consolidação do setor educacional privado-mercantil-financeirizado, residiu nos sucessivos movimentos de abertura de capital de organizações educacionais em bolsas de valores. Em 2007, a Anhanguera realizou sua oferta pública inicial (IPO[1]) na BM&FBOVESPA, marcando o pioneirismo das IES brasileiras no mercado financeiro, iniciativa rapidamente seguida por outras empresas educacionais,

1 Sigla da expressão *Initial Public Offering*.

como a Kroton e a Estácio. Posteriormente, em 2013, as organizações Ânima Educação e Ser Educacional também ingressaram no mercado de capitais, reforçando a presença do setor educacional no circuito financeiro (Seki, 2020). Em 2020, a Vitru Educação abriu capital na bolsa americana Nasdaq, onde negociou ações até junho de 2024, quando migrou para a B3. Em 2021, a Cruzeiro do Sul Educacional também realizou sua IPO na B3. Esse cenário permitiu com que fundos de investimentos nacionais e estrangeiros adquirissem ações ordinárias de organizações educacionais brasileiras, ocupando fatias significativas de suas estruturas acionárias (Vian, 2024).

A abertura de capital de grupos educacionais privados foi acompanhada de estratégias de crescimento inorgânico, como as fusões e aquisições (F&A), que acabaram por consolidar o oligopólio da educação privada no Brasil. Em 2014, Anhanguera e Kroton realizaram uma operação de fusão, dando origem ao grupo Kroton Educacional – à época, a maior empresa educacional do mundo em termos de receita e matrículas (Seki, 2020; Sousa Neto, 2017). Em 2019, esse grupo realizou um processo de reestruturação organizacional, adotando o nome-fantasia Cogna Educação. O mesmo ocorreu com a Estácio Participações, que passou a atuar sob o nome YDUQS naquele ano.

A trajetória de aquisições empreendidas pelos grupos Cogna Educação, YDUQS, Vitru Educação, Cruzeiro do Sul Educacional, Ânima Educação e Ser Educacional é extensa, resultando em uma ampla lista de IES incorporadas. A Tabela 1 sistematiza tal trajetória por meio do quadro atual de IES controladas por cada grupo. Além disso, ela apresenta os números concernentes à base de alunos de graduação e à receita líquida dessas corporações ao longo do ano de 2024.

Os dados do INEP (2024) revelam que, em 2023, o Brasil possuía um total de 9.976.782 matrículas em cursos de graduação. Nesse sentido, verifica-se que cerca de 3,75 milhões (37,6% do total) das matrículas em cursos de graduação no Brasil estão concentradas em apenas seis grandes corporações (Tabela 1).

Tabela 1: Cogna, YDUQS, Vitru, Cruzeiro do Sul, Ânima e Ser – IES controladas, base de alunos de graduação e receita líquida

Grupo	IES controladas	Base de alunos (mil)	Alunos na modalidade EAD (mil)	Receita líquida (R$) (jan. 24–jan. 25)
Cogna	Anhanguera, Unopar, Pitágoras*, FAMA*, Unic*, Uniderp*, Unime*	1.052,5	673,6	6,1 bi
YDUQS	Estácio, Wyden, Ibmec, Damásio	813,5	500,8	5,3 bi
Vitru	Uniasselvi, UniCesumar	824,4	803,7	2,1 bi
Cruzeiro do Sul	Cruzeiro do Sul, Braz Cubas, FSG, Módulo, Positivo, UNICID, UNIFRAN, UNIPÊ, UDF, Cesuca, CEUNSP	437	296	2,5 bi
Ânima	Ages, Anhembi Morumbi, Fadergs, Faseh, FPB, IBMR, São Judas, Una, UniBH, UniCuritiba, Unifacs, UniFG, UniSociesc, Unisul, UnP, UniRitter, Inspirali	343,2	126,4	3,8 bi
Ser	Unama, UNG, UniFAEL, Uninabuco, Uninassau, Uninorte	279,1	129,3	1,9 bi
	Total	**3.750**	**2.530**	**21,7 bi**

*Em reestruturação recente do grupo Cogna Educação, essas IES foram unificadas à rede Anhanguera.

Fonte: Vian (2024); Cogna (2024); YDUQS (2024); Vitru (2024); Cruzeiro do Sul (2024); Ânima (2024); Ser (2024); Fundamentus (2025).

As informações reunidas na Tabela 1 revelam, para além do caráter oligopólico assumido por essas empresas, uma possível interface entre a financeirização da educação superior e o crescimento vertiginoso da modalidade EAD no território brasileiro. Algumas das aquisições realizadas visavam incorporar IES que possuíam experiência no ramo da EAD, como nos casos da compra da Unopar pela Kroton em 2011, da aquisição da UniCesumar pela Vitru Educação em 2022 e da aquisição da UniFAEL pela Ser Educacional em 2022.

Além dos processos de expansão inorgânica efetivados por meio de aquisições, corporações educacionais aprofundaram, em sua dinâmica interna, a implementação de estratégias alinhadas à transformação digital de suas estruturas organizacionais, nas quais a modalidade EAD emergiu como um dos eixos centrais desse movimento (Vian, 2024).

Impulsos à transformação digital da educação

Como sintetizou Santos (2015), a globalização resulta da indissociável produção de um estado das técnicas e de um estado da política. Para o autor, aos novos sistemas técnicos impulsionados pelo desenvolvimento científico – desde as grandes guerras até a "revolução informacional" (Lojkine, 2002) do final do século XX – somaram-se novos sistemas de ações, promovendo a emergência e a consolidação de um mercado global.

A conformação de um estado da política próprio à globalização refletiu-se, entre outros efeitos, na consolidação daquilo que Tooley (1999) entusiasticamente chamou de “indústria global da educação”. Sob a influência de agentes hegemônicos e sua agenda neoliberal para a educação, reformas profundas nos sistemas educacionais nacionais abriram o caminho para a privatização, mercantilização e financeirização da educação em escala mundial. Contudo, há um estado das técnicas que não pode ser desconsiderado na compreensão desse mesmo período.

No contexto da revolução informacional da segunda metade do século XX, o conceito de "sociedade da informação" emergiu sob os auspícios da globalização neoliberal e de uma perspectiva tecnocêntrica da organização social. Conforme argumenta Burch (2005), tal conceito foi instrumentalizado para impulsionar a consolidação de um mercado mundial pautado pela aceleração dos fluxos informacionais e econômicos. Especialmente após a Conferência Ministerial do G7 em 1995, realizada em Bruxelas, a noção de uma “sociedade global da informação” passou a ser incorporada no cerne de políticas estatais. Nesse mesmo contexto, conforme observou Castells (2011, p. 450), o recém-eleito presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso “decidiu, como uma das principais medidas de sua nova administração, melhorar o sistema brasileiro de comunicação para ligar-se à supervia global emergente”.

Como argumenta Lima (2006), a narrativa da “sociedade da informação” serviu como uma estratégia política e econômica para consolidar a hegemonia tecnológica dos países centrais da economia capitalista, garantindo a produção de novas tecnologias da informação e comunicação (TIC) nesses países e sua posterior venda e adaptação nos países periféricos, ampliando as frentes de exploração do capital em diferentes setores. Referindo-se ao setor educacional, a autora assinala que “a utilização das TIC, por meio da educação a distância, é apresentada como o passaporte da educação para a ‘sociedade da informação’” (Lima, 2006, p. 148).

Em um dos textos que subsidiaram a Conferência Mundial da UNESCO sobre Educação Superior em 1998, intitulado “Do tradicional ao virtual: as novas tecnologias da informação” (Oilo, 1998), entrelaçam-se as noções de “industrialização da educação” e “soluções digitais”, resultando na identificação da educação a distância como uma potencial “indústria global”.

No contexto das reformas educacionais estimuladas por organismos como o BM e a UNESCO, a implementação de soluções digitais na educação enfatizava, sobretudo, a proliferação de programas de ensino a distância que, na perspectiva dominante, poderia ser “eficaz para aumentar, a um custo moderado, o acesso dos grupos desfavorecidos da população, que geralmente estão sub-representados entre os estudantes universitários” (World Bank, 1994, p. 33).

Impulsos globais em favor da EAD refletiram-se na promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da

Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996). Em seu Artigo 80, ficou estabelecido que o Poder Público deveria incentivar "o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada" (Brasil, 1996). À época, a expansão da modalidade de educação a distância (EAD) no país requeria um maior grau de informatização do território (Silva, 2022), condição técnica alcançada nas décadas seguintes por meio da disseminação da internet (Curioso, 2019), da banalização de dispositivos eletrônicos, como os computadores e os *smartphones* (Bertollo, 2019) e, de modo mais profundo, da plataformização da vida social (Van Dijck; Poell; De Waal, 2018). Além disso, a EAD ainda carecia de regulamentações para se consolidar como uma modalidade oficial de ensino no país, *status* obtido apenas em 2005.

O desenvolvimento normativo da educação a distância no Brasil caracterizou-se por uma trajetória marcada por sucessivas flexibilizações regulatórias, fruto de uma complexa interação entre decretos, portarias e atores institucionais entre as décadas de 1990 e 2010, resultando em um intricado "labirinto de atos oficiais" (Segenreich, 2018). Esse cenário, conforme aponta Segenreich, refletiu disputas político-ideológicas direcionadas à defesa de interesses específicos, em especial os da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior (ABMES), entidade representativa de grupos educacionais privados.

Entre 2004 e 2016, a presidência da ABMES esteve ocupada por Gabriel Rodrigues, fundador da Universidade Anhembi Morumbi e ex-acionista majoritário da Anhanguera. Nos anos subsequentes, de 2016 a 2019, o cargo foi ocupado por Janguiê Diniz, fundador do grupo Ser Educacional, que, desde 2019, divide a vice-presidência da associação com Daniel Castanho, um dos fundadores do grupo Ânima Educação. Assim como a própria financeirização da educação superior, a digitalização da educação no Brasil foi impulsionada por uma estreita relação entre o mercado educacional e os processos decisórios no âmbito estatal (Vian, 2024).

Como expõe Santos (2018, p. 184), o processo de expansão da educação superior a distância no Brasil reflete "prerrogativas expansionistas do mercado educacional". Nesse sentido, dissemina-se um modelo de ensino em larga escala, frequentemente desvinculado de garantias efetivas de qualidade, orientado primordialmente pelo lucro, pela ampliação da oferta de certificações e pela elevação de indicadores estatísticos. A elevação desses indicadores, por sua vez, tem sustentado a narrativa de uma democratização da educação superior via EAD, sugerindo que o setor privado estaria, em alguma medida, compensando a ausência do Estado com uma política educacional acessível e socialmente comprometida.

Quando Santos e Silveira (2000) publicaram o estudo "O ensino superior público e particular e o território brasileiro", 1.682 estudantes estavam matriculados em cursos a distância no Brasil, enquanto quase 2,7 milhões estavam matriculados em cursos presenciais (INEP, 2001). Desde 2015, o Brasil experiencia a queda anual no número de matrículas em cursos de graduação na modalidade presencial.

O contingente de 6,6 milhões de estudantes em 2015 regrediu para 5 milhões em 2023. No mesmo período, a modalidade EAD passou por um crescimento significativo, saltando de 1,4 milhão para 4,9 milhões de matrículas. Outros dados revelam que, em 2015, a EAD representou 24% dos novos ingressos em cursos de graduação, com cerca de 694 mil alunos. Em 2023, esse percentual evoluiu para 66%, com mais de 3,3 milhões de ingressantes. No mesmo período, o número de cursos EAD credenciados pelo MEC aumentou de 1.473 para 10.554, e o número de vagas em cursos de graduação EAD cresceu de 2,8 milhões para 19,2 milhões (INEP, 2024).

Em 2023, 4,71 milhões matrículas em cursos de graduação a distância (96% do total) derivavam de IES privadas (INEP, 2024). Dessas, 2,53 milhões (51,1% do total) estavam sob a égide de IES controladas por apenas seis grupos educacionais financeirizados: Cogna Educação, YDUQS, Vitru Educação, Cruzeiro do Sul Educacional e Ânima Educação e Ser Educacional.

A difusão da EAD no território brasileiro segue lógicas e comandos articulados por diferentes de agentes, tanto nacionais quanto internacionais. Os dados supracitados são, em grande medida, reflexo do processo de transformação digital assumido pelo mercado educacional brasileiro na última década. Esse processo, por sua vez, foi significativamente impulsionado por empresas globais de consultoria, que se estabeleceram como “arautos da transformação digital” de negócios mundialmente.

Como destacou Silveira (2024), a expressão "transformação digital" ganhou relevância internacional a partir de um relatório elaborado em 2011 pela consultoria Capgemini, em parceria com o MIT Center for Digital Business. No documento, a expressão foi definida como o processo de adoção de tecnologias voltadas para o aprimoramento do desempenho organizacional e para a expansão do alcance das empresas, visando torná-las mais competitivas no cenário mundial. Para se tornar mais competitiva no âmago da “economia digital” (Tapscott, 2015), a chamada “indústria global da educação” (Tooley, 1999) enfrentou a imperiosa necessidade de se transformar digitalmente.

No século XXI, a transformação digital tornou-se o veículo do projeto neoliberal para a “sociedade da informação”. Esse movimento, como alerta Evgeny Morozov, reflete uma perspectiva essencialmente tecnosolucionista, ancorada na promessa de que as novas tecnologias seriam capazes de resolver problemas em diversas esferas. Como o autor observa, um exemplo claro desse pensamento é a exaltação em torno do potencial transformador das tecnologias na educação (Morozov, 2016, p. 26). Não raro, em 2022, a consultoria KPMG, em parceria com o World Government Summit, publicou o estudo “O futuro da educação superior na economia do conhecimento” (KPMG; World Government Summit, 2022), destacando, em primeiro lugar, a importância do investimento em infraestruturas tecnológicas e na construção de bases de dados estruturadas por empresas de ensino.

Ainda segundo Morozov, o solucionismo tecnológico é um reflexo emblemático da chamada

"mentalidade do Silício" – expressão que descreve a influência das empresas do Vale do Silício (EUA) na formulação e propagação de modelos tecnológicos apresentados como soluções universais para diversos setores. De fato, grande parte dos impulsos para a transformação digital dos negócios tem sua origem nesta região, que se consolidou como um dos principais centros de inovação tecnológica, sendo o *locus* de origem das *Big Techs* – conglomerados que exercem domínio sobre a informação e a comunicação em escala mundial.

A chamada "indústria tecnológica" identificou, no desenvolvimento de uma "indústria global da educação", um mercado amplamente receptivo aos seus produtos e serviços. Não por acaso, observa-se um crescente número de parcerias entre instituições de ensino e *Big Techs*, como Google e Microsoft. Essa situação foi acentuada no contexto da pandemia de Covid-19, em 2020, que foi interpretada como "uma oportunidade para alavancar a presença das grandes corporações mundiais de tecnologias da informação e comunicação na educação, como Google, Microsoft, entre outras na educação mundial" (Leher, 2022, p. 82).

Anteriormente à pandemia, na década de 2010, grupos educacionais brasileiros como a Cogna, a Ser e a YDUQS já haviam inaugurado suas respectivas jornadas de transformação digital a partir da adoção de plataformas de computação em nuvem e comunicação da Microsoft, como o Azure e o Teams. Essa estratégia empresarial, no caso da Ser Educacional, contou com o apoio da consultoria educacional Big Brain, a maior parceira da Microsoft na América Latina (Vian, 2024). Mais recentemente, seguindo a mesma tendência, a Vitru firmou uma parceria com a Google Cloud "para desenvolver projetos voltados à transformação digital no ensino"[2]. No Brasil, a transformação digital do setor educacional privado-mercantil-financeirizado apoiou-se, em grande medida, na incorporação de soluções tecnológicas fornecidas por empresas do Vale do Silício.

No campo educacional, a transformação digital caracteriza-se pela convergência de elementos técnicos e político-normativos, que visam tanto a reestruturação organizacional das instituições quanto a redefinição de práticas sociais por meio do uso de tecnologias digitais. Produz-se, ao mesmo tempo, uma nova realidade educacional e uma nova configuração territorial.

Nesse contexto, as IES adotam tecnologias baseadas em inteligência artificial, computação em nuvem, análise de dados e na plataformização da vida acadêmica de forma mais ampla. Paralelamente, proliferam-se polos de apoio presencial voltados a estudantes da modalidade EAD, ao mesmo tempo em que se instauram novas relações de trabalho, frequentemente marcadas pela fragilização dos vínculos empregatícios, com a redução de quadros docentes fixos e a ampliação da contratação de professores-

2 Disponível em: https://www.vitru.com.br/pt_BR/noticias/educacao/vitru-e-google-cloud-firmam-parceria-estrategica-para-impulsionar-inovacao-em-projetos-educacionais. Acesso em: 14 fev. 2025.

autores e tutores. Além disso, os processos de aprendizagem passam por transformações significativas, tornando-se cada vez mais dependentes de recursos digitais, como materiais didáticos digitais, aulas gravadas e disponibilizadas de forma assíncrona, acervos bibliográficos digitalizados e Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA).

Os usos corporativos do território para a educação a distância

A transformação digital de empresas de ensino brasileiras impulsionou o crescimento de matrículas, vagas e polos de EAD na última década, redefinindo a "situação geográfica" (Silveira, 1999) da educação superior no país. Tal situação decorre de um conjunto de forças internas e externas, reconhecidas por meio de um conjunto de normas e de formas cristalizadas no território.

Sob o atual quadro normativo, a configuração territorial da educação superior brasileira é, em sua dimensão mais visível, caracterizada pela difusão de polos de educação a distância (polos EAD) (Vian, 2024). Alunos matriculados em uma IES por meio desses polos comparecem esporadicamente a esses locais para a realização de atividades como avaliações, sessões de tutoria e serviços de atendimento. Segundo o relatório do Instituto Semesp (2023), em 2015 havia 4.917 polos EAD no Brasil, dos quais 74% pertenciam a IES privadas. Em 2022, o número de polos EAD aumentou significativamente, atingindo 31.840, com 91% deles sendo de IES privadas.

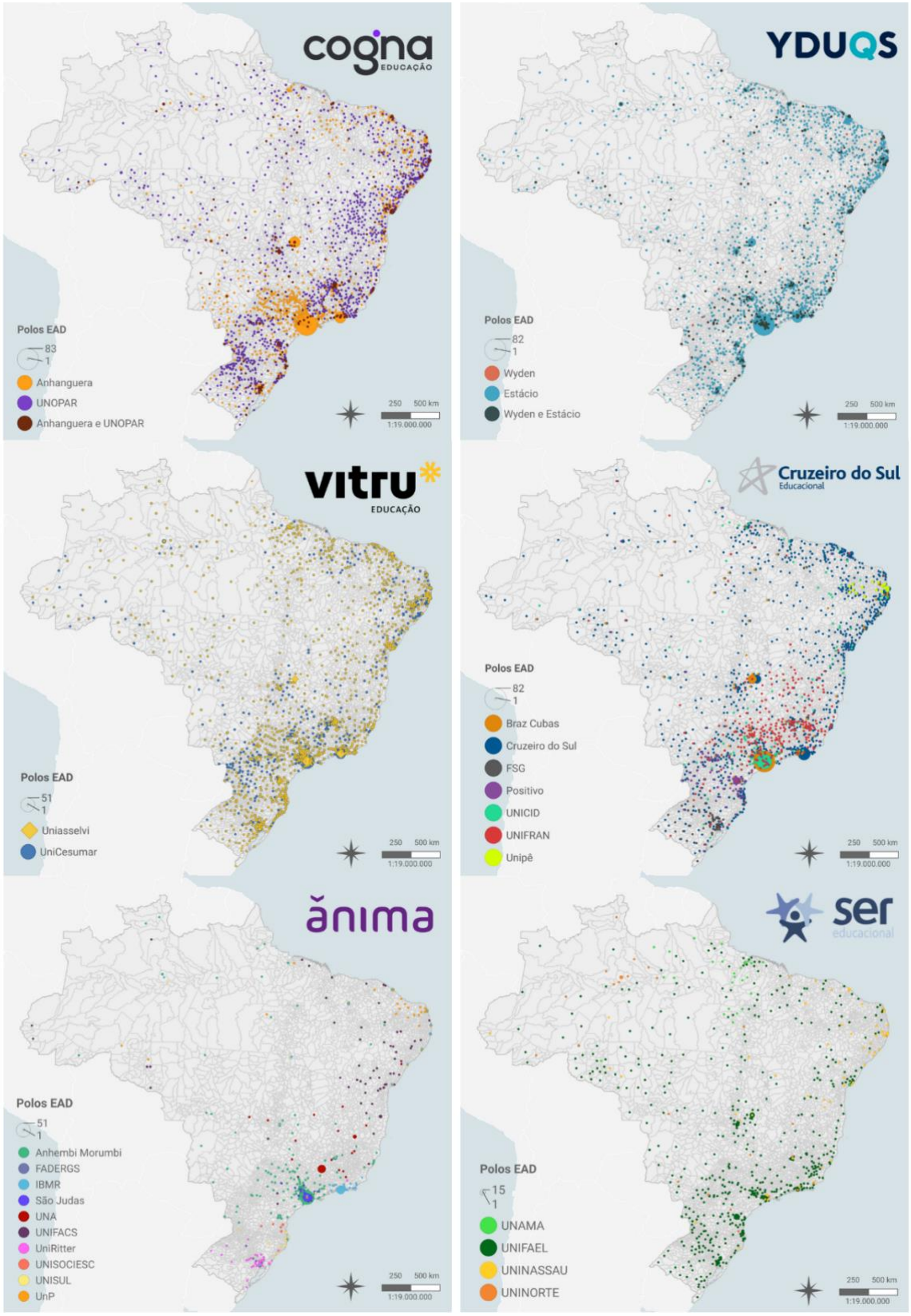
No entendimento de Scudeler e Tassoni (2023), em vez de expandir o acesso ao ensino superior por meio da criação de novas universidades ou novos *campi*, empresas de ensino têm apostado em um regime semelhante ao de franquias, criando, através dos polos EAD, novos "pontos de venda" dos seus cursos. Nesse sistema, parceiros locais investem na estruturação e abertura de polos associados a IES privadas, recebendo, em troca, uma parte dos valores das mensalidades por eles capturadas e arrecadadas. Assim, corporações educacionais expandem sua atuação territorial a um custo reduzido, extraindo uma porcentagem dos valores arrecadados pelas matrículas capturadas por seus polos geridos por terceiros.

Em virtude da modalidade EAD, *holdings* educacionais possuem hoje uma ampla capilaridade territorial. O Mapa 1 revela a existência, em praticamente toda a extensão do território nacional, de polos parceiros de IES controladas pelos grupos Cogna, YDUQS, Vitru, Cruzeiro do Sul, Ânima e Ser. Essa difusão de polos não é, todavia, homogênea – produzindo uma topologia corporativa que exprime usos seletivos do território.

A lógica territorial de IES privadas não se baseia apenas na decisão de um parceiro local para a abertura de um polo em determinada cidade, mas também em uma análise de mercado realizada pelas próprias IES (Vian, 2024). Essa análise busca avaliar a viabilidade econômica da instalação do polo,

considerando critérios como a concorrência com outras instituições no município, os níveis de demanda pelo serviço e o reconhecimento da marca no âmbito local e regional.

Mapa 1: Polos EAD dos grupos Cogna, YDUQS, Vitru, Cruzeiro do Sul, Ânima e Ser, por município



Fonte: Vian (2024); e-MEC (2024). Elaboração própria.

Ainda que a transformação digital de corporações educacionais tenha significado um maior alcance de IES em regiões historicamente marginalizadas do fenômeno da educação superior no Brasil – como a Amazônica (Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia, Pará e Amapá)[3] –, essa estratégia significou o aprofundamento de uma regionalização corporativa no que Santos e Silveira (2021) definem como Região Concentrada (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Nesse espaço contíguo de estados, encontram-se as maiores concentrações técnica, científica, informacional, demográfica e de riqueza do país.

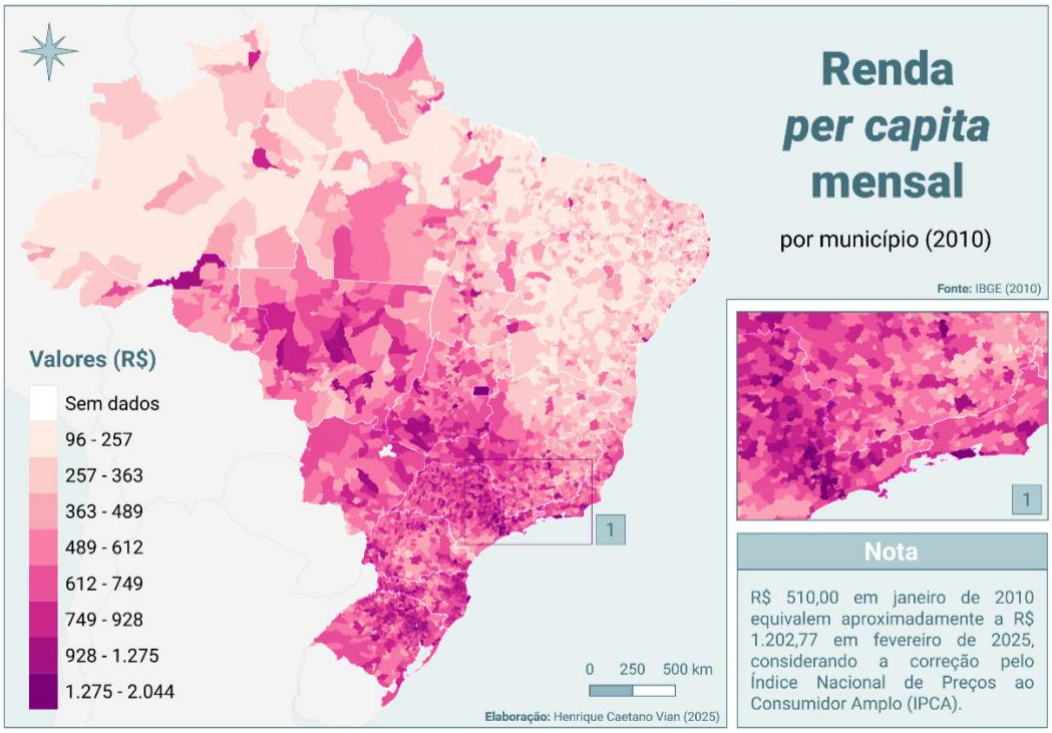
Na Região Concentrada, estão localizadas 59% de todas as IES do país. Da mesma forma, essa região abriga 61% dos polos de educação a distância em território nacional (INEP, 2024). Esse panorama revela que a expansão da modalidade EAD tem ocorrido, em grande parte, em regiões já amplamente integradas à rede nacional de educação superior, relativizando a ideia de sua disseminação como uma política voltada principalmente à democratização da educação superior em regiões menos atendidas.

Orientada pelo lucro, lógica territorial do mercado educacional ressalta a implantação de polos em municípios cujas populações apresentam maior potencial de consumo dos cursos de educação superior a distância. Surge, então, a seguinte questão: quem pode ser considerado um potencial consumidor desses cursos? Uma tentativa de resposta pode ser delineada, ao menos, a partir de três fatores: renda, conectividade e escolaridade.

Os cursos de graduação EAD são frequentemente direcionados às camadas socioeconômicas menos favorecidas da população, sendo ofertados a mensalidades substancialmente inferiores às dos cursos presenciais (Lima, 2006; Vian, 2024). No entanto, a capacidade individual de arcar com esses custos representa uma barreira inicial à matrícula em instituições privadas, sobretudo para os segmentos mais vulneráveis da população. A Síntese de Indicadores Sociais publicada pelo IBGE (2023) revelou que mais de 60% da população brasileira vive com até 1 salário mínimo e, de forma ainda mais alarmante, 63,8 milhões de pessoas vive com até meio salário mínimo4. Esse contexto sugere que, embora a EAD amplie as possibilidades de acesso à educação superior para determinadas camadas sociais, as restrições financeiras de uma parcela significativa da população ainda podem inviabilizar o pagamento das mensalidades, mesmo quando reduzidas. A forma-mercadoria assumida pela educação a distância constitui um limite estrutural à democratização do acesso à educação superior, sobretudo em algumas cidades interioranas das regiões Amazônica e Nordeste, onde a média de renda mensal per capita é inferior a um salário mínimo (Mapa 2).

[3] Toma-se como base, aqui, a proposta de regionalização de Santos e Silveira (2021).
[4] Em 2023, o salário mínimo no Brasil era de R$ 1.320,00.

Mapa 2: Brasil – renda *per capita* mensal, por município – 2010



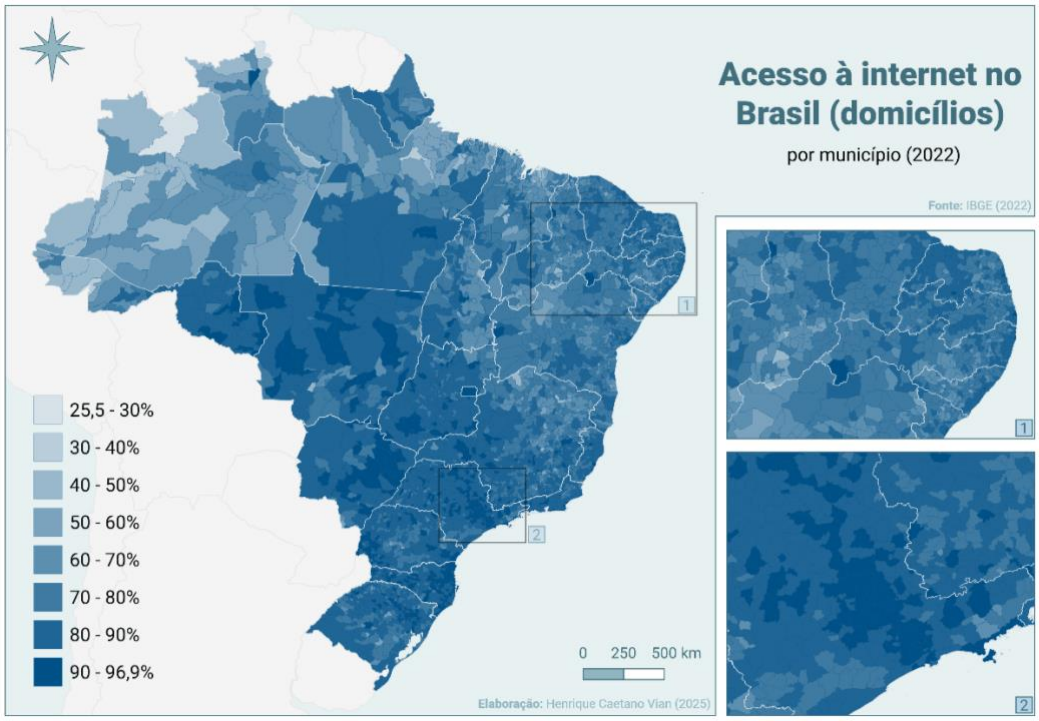
Fonte: IBGE (2010). Elaboração própria[5].

O recorte da atuação de organizações educacionais privadas no ramo da EAD reflete as fronteiras da inclusão digital no território brasileiro. Estudantes de cursos a distância devem estar assistidos por infraestruturas técnicas que a permitam a realização de suas atividades acadêmicas. O acesso à internet e a disponibilidade de dispositivos eletrônicos, como computadores, *tablets* e *smartphones* pela população, representam um segundo obstáculo à expansão da EAD no território. A Região Amazônica, por exemplo, apresenta alguns dos menores índices de conectividade do país, com municípios onde menos de 30% dos domicílios possuem acesso à internet (Mapa 3). A exclusão digital representa, para indivíduos igualmente marginalizados da rede nacional de educação superior presencial, a privação do acesso à formação universitária.

Ademais, para ser um potencial consumidor de cursos de graduação na modalidade EAD, é obrigatório possuir formação no ensino médio ou equivalente. No Brasil, 54,5% da população com 25 anos ou mais atinge esse nível de escolaridade[6]. A distribuição territorial das IES é diretamente influenciada pelos índices de escolarização dos municípios (Mapa 4). Esse cenário apresenta desafios significativos, especialmente para as IES privadas que competem por áreas cujo nível de escolaridade da população seja suficientemente elevado para embasar decisões estratégicas relacionadas à implantação de polos EAD.

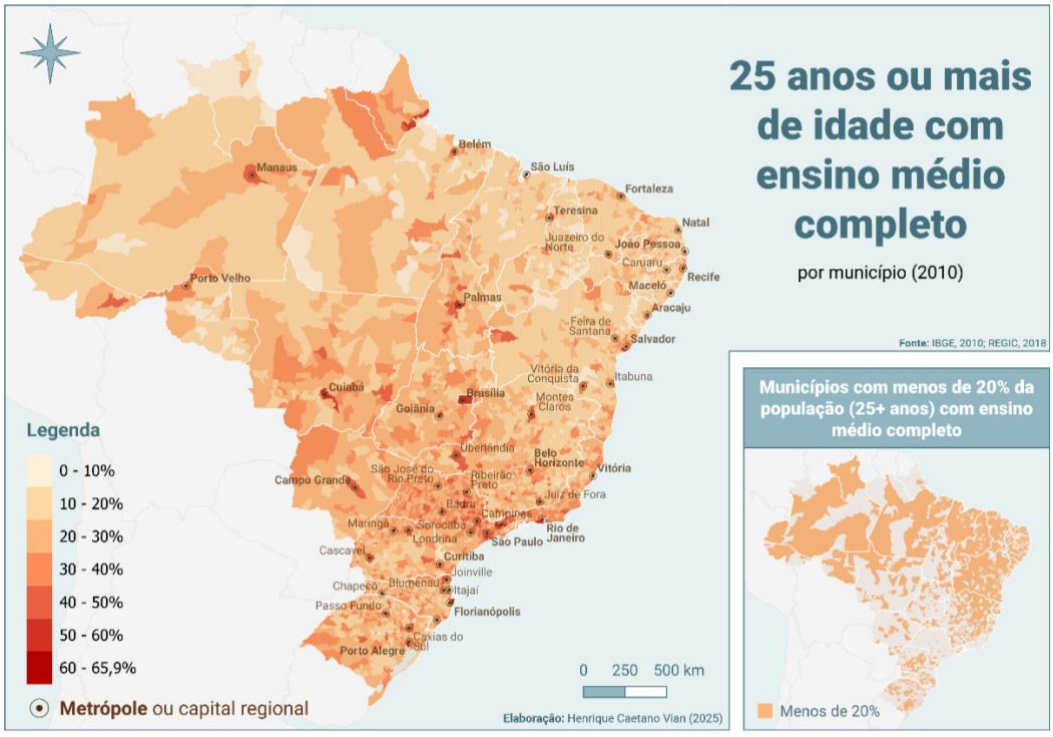
5 Até a conclusão deste estudo, o IBGE ainda não havia disponibilizado dados mais recentes sobre a média de renda *per capita* municipal.
6 Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=39295&t=resultados. Acesso em: 13 jan. 2024.

Mapa 3: Brasil – acesso à internet, por município - 2022



Fonte: IBGE (2022). Elaboração própria.

Mapa 4: Brasil – 25 ou mais de idade com ensino médio completo, por município - 2010



Fonte: IBGE (2010). Elaboração própria.

Para o setor educacional privado-mercantil-financeirizado, observa-se, ainda que em diferentes proporções, um padrão semelhante de uso do território, caracterizado pela concentração de polos EAD em áreas potencialmente mais lucrativas, como metrópoles e capitais regionais (Mapas 1 e 4).

Segundo o INEP (2024), a capital paulista reúne 338.172 matrículas em cursos de graduação a distância, bem como 1.357 polos EAD. Concentrando um conjunto variáveis significativas, a cidade de São Paulo destaca-se, com ampla vantagem sobre as demais, como o principal núcleo da EAD no Brasil. Nessa "metrópole corporativa fragmentada" (Santos, 2009), onde coexistem extremos de riqueza e de pobreza, há uma expressiva parcela da população de baixa renda do país que, sob determinado recorte, configura-se como o principal público-alvo das corporações educacionais voltadas para a modalidade EAD. Além disso, enquanto centro informacional do país (Silva, 2001), São Paulo dispõe das infraestruturas de conectividade mais robustas, assegurando maior eficiência na oferta e no consumo de serviços digitais. Ainda, a cidade apresenta um dos melhores índices de escolarização na Educação Básica do país, configurando-se como um amplo e qualificado mercado consumidor para as IES privadas que atuam na modalidade EAD.

Em estudo encomendado pelo BM sobre países em desenvolvimento, enfatizou-se que "novas tecnologias baseadas em satélite e internet prometem expandir os sistemas de ensino a distância para um grupo mais amplo de estudantes, desde aqueles em áreas remotas e pouco povoadas até os que vivem em aglomerações urbanas densas" (World Bank, 2000, p. 31). Passadas duas décadas desta afirmação, no contexto brasileiro, observa-se que a oferta e a adesão da EAD se concentraram justamente em aglomerações urbanas densas. A EAD configura-se, em sua maior parte, como uma modalidade educacional metropolitana. Aos rincões menos povoados do país, cuja situação geográfica é menos favorável para organizações educacionais privadas, restam nenhuma ou poucas alternativas para a formação superior.

Como estratégia para contornar a necessidade de implantação de polos EAD em municípios onde a logística e lucratividade poderiam ser desfavoráveis, o grupo Cruzeiro do Sul desenvolveu as Unidades Virtuais de Relacionamento (UVR). Esse modelo permite que alunos residentes em cidades sem polos EAD das instituições do grupo se matriculem em cursos a distância, vinculando-se remotamente a um polo situado em outra cidade. Um exemplo dessa estratégia ocorre em Porto Acre – AC, cujos habitantes podem se matricular por meio de uma UVR associada a um polo localizado na capital Rio Branco – AC[7]. Esse cenário, que reflete flexibilizações regulatórias e lacunas normativas, somadas à fragilidade dos mecanismos de fiscalização e supervisão da modalidade EAD no Brasil, põe em questão a própria necessidade dos polos EAD para a oferta de cursos a distância.

Evidentemente, os usos do território para a EAD transcendem a forma física dos polos EAD. Como reflexo do aprofundamento dos conteúdos do meio técnico-científico-informacional no contexto da

7 Disponível em: https://www.cruzeirodosulvirtual.com.br/polo/porto-acre-uvr-centro-ac/. Acesso em: 09 jan. 2025.

globalização (Santos, 2002), esses usos são, na maioria das vezes, mediados por plataformas digitais, muitas delas desenvolvidas em parceria com *Big Techs*. Cabe também mencionar o papel crescente de atores financeiros por trás do setor educacional – atores que, aliás, participam simultaneamente das estruturas acionárias de empresas educacionais e de tecnologia (Vian, 2024). Dessa dinâmica, emergem nexos escalares complexos, que conectam, direta e indiretamente, múltiplos lugares e milhões de estudantes a monopólios transnacionais de tecnologia e fundos financeiros, inserindo-os em redes globais de poder e de capital. A situação geográfica da educação superior a distância é, dessa forma, constituída por uma complexa rede que conecta o local ao global e vice-versa.

Sem dúvida, a EAD tem alcançado pontos anteriormente isolados da rede nacional de educação superior. Como evidenciado em Vian (2024), alguns municípios de pequeno porte, com menos de 20 mil habitantes, já dispõem de um ou mais polos EAD. Esse cenário, à primeira vista, poderia sugerir que a expansão dos cursos *on-line* tem contribuído para a democratização do acesso à educação superior no Brasil. No entanto, a nova situação geográfica da educação superior no país, derivada de um quadro de políticas neoliberais e de uma configuração territorial erigida sobre um manto tecnosolucionista, evidencia novos desafios que exigem análise e reflexão aprofundadas.

Embora tenha ampliado o acesso à educação superior em algumas regiões, a expansão da EAD no Brasil o fez principalmente por meio de cursos pagos, priorizando, na maior parte das vezes, a quantidade em detrimento da qualidade. Bertolin (2021) e Mesquita (2023) sublinham, por meio de resultados do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), que cursos a distância geralmente apresentam avaliações insatisfatórias, especialmente no setor privado, que tem liderado a oferta desses cursos.

Tais constatações levantam a reflexão sobre a real eficácia da EAD sob a hegemonia do setor privado, questionando sua capacidade de assegurar um padrão de qualidade que atenda de forma justa a todos os estudantes do país; sobretudo àqueles que, por circunstâncias diversas, têm a EAD como única alternativa de acesso à formação universitária. De que valem as parcerias com *Big Techs* e suas plataformas sofisticadas, se o serviço oferecido pelas instituições privadas permanece aquém das expectativas e das demandas de uma sociedade que reivindica uma educação de qualidade?

Um novo modelo de educação – que nos leva a refletir, aliás, se é de educação que realmente se trata – se impôs no país por um período significativo. Ciente da flexibilização deliberada em torno do crescimento da modalidade EAD no país, em junho de 2024, o Ministério da Educação publicou a Portaria nº 528/2024, estabelecendo um prazo para a criação de novos referenciais de qualidade e um marco regulatório para a oferta de cursos de graduação na modalidade a distância. Até o início de 2025, estavam suspensas a criação de novos cursos, vagas e polos EAD em todo o país, tanto por instituições públicas como privadas. Tal normativa representou, pela primeira vez, um freio ao crescimento desenfreado de

uma modalidade cuja expansão errática impõe, de modo urgente, a necessidade de investigações aprofundadas sobre seus impactos.

Considerações finais

O campo educacional tornou-se uma arena onde coexistem a extração de lucro, proveniente da comercialização de cursos – hoje, majoritariamente a distância –, e o aumento da rentabilidade, associado ao fetichismo das finanças que atualmente se imbricam no setor.

A atual configuração territorial da educação superior brasileira desnuda essa dinâmica, sendo reflexo de usos corporativos do território que reforçam a primazia da EAD sob um princípio inegociável: a competitividade. Assim, a lógica empresarial se impõe sobre a prática educativa, promovendo um uso seletivo do território nacional, onde a presença ou ausência da oferta educacional não obedece, necessariamente, à necessidade social, mas à viabilidade financeira.

A integração de um maior número de lugares e brasileiros à rede nacional de educação superior por meio da EAD significou, por outro lado, um novo tipo de fragmentação socioespacial. À população de alguns lugares historicamente marginalizados pelo sistema nacional de educação, tem-se como única possibilidade a realização de cursos a distância de baixa qualidade. Com isso, agrava-se a estrutura hierarquizada do sistema educacional, marcada por desigualdades que se manifestam tanto em termos de renda – com cursos de qualidade reconhecida permanecendo restritos a quem pode pagar ou disputar as vagas limitadas das instituições públicas – quanto por localização geográfica, já que as formações mais bem avaliadas seguem concentradas no formato presencial, sobretudo nos grandes centros urbanos, inacessíveis a uma parcela significativa da população. A desigualdade educacional é, intrinsecamente, uma desigualdade econômica e territorial.

Embora a EAD tenha alcançado novas regiões do país, sua expansão serviu menos à democratização da educação e mais à voracidade do mercado. Eis o paradoxo: enquanto indicadores quantitativos são inflacionados, a desigualdade educacional se aprofunda em sua dimensão qualitativa. O direito à educação, esvaziado de seu potencial emancipador, é convertido em um serviço precarizado, negociado *on*-line e, no limite, em bolsas de valores.

Este texto, vale ressaltar, não se trata de uma condenação irrefletida da EAD. O que se propõe é uma análise crítica das formas e dos objetivos que orientam sua expansão no contexto globalitário, com ênfase nas implicações da predominância privada e mercantil, bem como no uso corporativo do território associado a essa modalidade no Brasil. Torna-se imprescindível refletir e sugerir alternativas mais cívicas e verdadeiramente equitativas para a promoção da educação superior a distância no Brasil, concebendo-a, como deveria ser, como um bem público e de qualidade.

Agradecimentos

O presente trabalho resulta de pesquisas realizadas com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) – Processo nº. 2024/14775-9.

Referências

ÂNIMA. **Press Release Ânima Educação 3T24**. 2024. Disponível em: https://ri.animaeducacao.com.br/. Acesso em: 06 jan. 2025.

AZEVEDO, M. L. N. Transnacionalização e mercadorização da educação superior: examinando alguns efeitos colaterais do capitalismo acadêmico (sem riscos) no Brasil – A expansão privado-mercantil. **Revista Internacional de Educação Superior**, v. 1, n. 1, p. 86-102, 2015.

BERTOLLO, M. **A capilarização das redes de informação no território brasileiro pelo *smartphone***. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

BERTOLIN, J. C. G. Existe diferença de qualidade entre as modalidades presencial e a distância?. **Cadernos de Pesquisa**, v. 51, p. 1-16, 2021.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. 20 dez. 1996.

BRENNER, N.; PECK, J.; THEODORE, N. After neoliberalization?. **Globalizations**, v. 7, n. 3, p. 327-345, 2010.

BURCH, S. The information society/the knowledge society. In: AMBROSI, A.; PEUGEOT, V.; PIMIENTA, D. (org.). **Word matters:** multicultural perspectives on information societies. Caen, France: C&F Éditions, 2005. p. 49-71.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 6. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2011.

CHAVES, V. L. J.; SANTOS, M. R. S. D.; KATO, F. B. B. Financiamento público para o ensino superior privado-mercantil e a financeirização. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 14, n. 8, p. 1-20, 2020.

COGNA. **Release dos resultados 3T24**. 2024. Disponível em: https://ri.cogna.com.br/servico-aos-investidores/arquivos/. Acesso em: 06 jan. 2025.

CONTEL, F. B. **The financialization of the Brazilian territory:** from global forces to local dynamisms. Cham, Switzerland: Springer, 2020.

CRUZEIRO DO SUL. **Divulgação de resultados 3T24**. 2024. Disponível em: https://ri.cruzeirodosuleducacional.com.br/informacoes-aos-investidores/central-de-resultados/. Acesso em: 06 jan. 2025.

CURIOSO, R. **A disseminação da Internet e suas implicações para a dinâmica territorial brasileira**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo** – ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS SOBRINHO, J. Quase-mercado, quase-educação, quase-qualidade: tendências e tensões na

educação superior. Avaliação: **Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 7, n. 01, p. 09-33, 2002.

GALINDO, R. **Transformação digital**: o desafio das grandes organizações. Belo Horizonte, Brasil: Fumsoft, 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=huclFpuDCg4. Acesso em: 8 dez. 2024.

INEP. **Censo da Educação Superior 2023**. Brasília: INEP, 2024.

INEP. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2000**. Brasília: INEP, 2001.

JOHNSTONE, D. B.; ARORA, A.; EXPERTON, W. **The financing and management of higher education:** a status report on world reforms. Washington, D.C.: World Bank, 1998.

LEHER, R. Mercantilização da educação, precarização do trabalho docente e o sentido histórico da pandemia Covid 19. **Revista de Políticas Públicas**, v. 26, p. 78-102, 2022.

LIMA, K. R. S. Educação a distância na reformulação da educação superior brasileira. In: SIQUEIRA, Â. C. de; NEVES, L. M. W. (org.). **Educação superior:** uma reforma em processo. São Paulo: Xamã, 2006. p. 147–177.

LOJKINE, J. **A revolução informacional**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MANCEBO, D.; VALE, A. A. D. Expansão da educação superior no Brasil e a hegemonia privado-mercantil: o caso da UNESA. **Educação & Sociedade**, v. 34, n. 122, p. 81-98, 2013.

MESQUITA, F. A graduação em Geografia no Brasil de 2010 a 2021: implicações regionais da crise econômica, política e pandêmica. **Geosul**, v. 38, n. 87, p. 542-565, 2023.

MOROZOV, E. **La locura del solucionismo tecnológico**. Buenos Aires: Capital Intelectual; Katz, 2016.

OILO, D. **From Traditional to Virtual: the New Information Technologies**. Paris: AUPELF, 1998.

OLIVEIRA, R. P. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 30, n. 108, p. 739-760, 2009.

PAULANI, L. M. A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil. **Estudos Avançados**, v. 23, n. 66, p. 25-39, 2009.

SANTOS, C. A. **A expansão da educação superior rumo à expansão do capital:** interfaces com a educação a distância. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SANTOS, C. A. Educação Superior a Distância no Brasil: democratização da oferta ou expansão do mercado. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 34, n. 1, p. 167-188, 2018.

SANTOS, M. **A natureza do espaço:** Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2002.

SANTOS, M. **Metrópole corporativa fragmentada:** o caso de São Paulo. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2009.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. 7 ed. São Paulo: EDUSP, 2007.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 25. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. 22. ed. Rio de Janeiro: Record, 2021.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Ensino Superior Público e Particular e o Território Brasileiro.** Brasília: ABMES, 2000.

SCUDELER, M. A.; TASSONI, E. C. M. A educação a distância como estratégia de captação de alunos após a redução da oferta do Fies. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 28, p. 1-22, 2023.

SEGENREICH, S. C. D. Regulação/avaliação da Educação Superior a Distância: multiplicidade de atores institucionais, labirinto de atos oficiais e avaliação regulatória. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 34, n. 1, p. 99-119, 2018.

SEKI, A. K. **Determinações do capital financeiro no Ensino Superior:** fundo público, regulamentações e formação de oligopólios no Brasil (1990-2018). Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2020.

SEMESP. **Mapa do Ensino Superior no Brasil**. São Paulo: Instituto SEMESP, 2023.

SER. **Resultados 3T24**. 2024. Disponível em: https://ri.sereducacional.com/informacoes-financeiras/resultados/. Acesso em: 06 jan. 2024.

SGUISSARDI, V. Educação Superior no Brasil: democratização ou massificação mercantil?. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 133, p. 867-889, 2015.

SGUISSARDI, V. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. **Educação & Sociedade**, v. 29, n. 105, p. 991-1022, 2008.

SILVA, A. M. B. **A contemporaneidade de São Paulo:** produção de informações e novo uso do território brasileiro. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

SILVA, A. M. B. Círculos globais de informações e uso corporativo do território brasileiro: privatizações e planejamento territorial a partir dos anos 1990. **Cadernos IPPUR/UFRJ**, v. 23, n. 1, p. 9-32, 2009.

SILVA, A. M. B. Informatização planetária e usos do território brasileiro: disputas e tendências. In: ARROYO, M.; SILVA, A. M. B. (org.). **Instabilidade dos territórios:** por uma leitura crítica da conjuntura a partir de Milton Santos. São Paulo: FFLCH/USP, 2022. p. 226–241.

SILVEIRA, M. L. Uma situação geográfica: do método à metodologia. **Revista Território**, v. IV, n. 6, p. 21-28, 1999.

SILVEIRA, S. A. A ideologia da transformação digital. Automatismos, solucionismos e alienação técnica. **Revista Linguagem em Foco**, Fortaleza, v. 15, n. 3, p. 11-25, 2024.

SOUSA NETO, M. F. A expansão financeirizada do ensino superior e da pós-graduação no Brasil. **Revista da ANPEGE**, v. 13, n. 20, p. 18-29, 2017.

TAPSCOTT, D. **The digital economy:** rethinking promise and peril in the age of networked intelligence. 20th anniversary ed. New York: McGraw-Hill, 2015.

TOOLEY, J. **The global education industry:** lessons from private education in developing countries. London: The Institute of Economic Affairs, 1999.

VAN DIJCK, J.; POELL, T.; DE WAAL, M. **The Platform Society**. Oxford: Oxford University Press, 2018.

VIAN, H. C. A educação como mercadoria digital: antecedentes e a situação geográfica da educação superior a distância no Brasil. **Espaço e Economia: Revista Brasileira de Geografia Econômica**, n. 24, 2022.

VIAN, H. C. **Território e educação a distância:** financeirização e digitalização do ensino superior privado no Brasil. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, 2024.

VITRU. **Release de Resultados 3T24**. 2024. Disponível em: https://investors.vitru.com.br/informacoes-financeiras/central-de-resultados/. Acesso em: 06 jan. 2025.

WORLD BANK. **Higher education in developing countries:** peril and promise. Washington, D.C.: World Bank, 2000.

WORLD BANK. **Higher education:** the lessons of experience. Washington, D.C.: The International Bank for Reconstruction and Development/The World Bank, 1994.

YDUQS. **Divulgação de resultados 3T24 & 9M24**. 2024. Disponível em: https://www.yduqs.com.br/listresultados.aspx. Acesso em: 06 jan. 2025.

ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS
SÃO PAULO

Boletim Paulista de Geografia

ISSN: 0006-6079 - e-ISSN: 2447-0945

Artigo

A mobilidade do trabalho no Haiti entre os séculos XIX e XXI

LUCIANA DIAS GONTIJO SOARES
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.
lucianageo.gontijo@gmail.com

N°: 115
Ano: 2026

SOARES, Luciana Dias Gontijo. A mobilidade do trabalho no Haiti entre os séculos XIX e XXI. **Boletim Paulista de Geografia**, v. 1, n. 115, p. 60–84, 2026. https://doi.org/10.61636/bpg.v1i115.3877.

Recebido em: 20 de maio de 2025
Aceito para publicação em: 31 de outubro de 2025
Editor responsável: Thell Rodrigues

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.

A mobilidade do trabalho no Haiti entre os séculos XIX e XXI

Resumo

O Haiti, uma das colônias francesas mais ricas, se tornou o país mais pobre do continente americano e a migração internacional é uma de suas marcas. Partimos da questão migratória para pensar a mobilidade da força de trabalho haitiana para além de sua dimensão espacial, buscando em sua história passada e recente as diferentes formas desta mobilização e as estratégias para implementá-las. A análise se inicia após a Revolução de 1804 e é dividida em três partes: a primeira, situada no século XIX, abarca o processo de formação do Estado, a dupla dívida com a França e a tentativa de implementação do Código Rural; a segunda apresenta as relações entre a intervenção militar estadunidense durante o início do século XX e a modificação da Constituição haitiana sobre a aquisição de terras; e a terceira discorre sobre a entrada em cena de organismos de ajuda humanitária e instituições financeiras internacionais, como o FMI e o Banco Mundial. As reflexões apresentadas foram desenvolvidas a partir da participação em projeto de extensão constituído por formação teórica, realizada ao longo de 2024, e atividades de campo realizadas na República Dominicana e no Haiti entre o final de janeiro e o início de fevereiro de 2025. Como referências teóricas, além da análise marxiana de Jean Paul-de Gaudemar sobre a mobilidade do trabalho, foram utilizados intelectuais haitianos e de outros países, obras clássicas, pesquisas contemporâneas que tratam do tema, e reportagens jornalísticas.

Palavras-chave: Migrações; Caribe; territorialização do capital.

Labor mobility in Haiti between the 19th and 21th centuries

Abstract

Haiti, once one of the richest French colonies, has become the poorest country in the Americas, and international migration has become one of its defining features. We began with the issue of migration to reflect on the Haiti's labor mobility beyond its spatial dimension, exploring both its past and recent history to identify the various forms of this mobility and the strategies used to implement them. The analysis begins after the 1804 Revolution and is divided into three parts: the first, situated in the 19th century, covers the process of state formation, the double debt with France, and the attempted implementation of the Rural Code; the second relates the the U.S. military intervention in the early 20th century and the changes to the Haitian Constitution regarding land acquisition; and the third discusses the emergence of humanitarian aid organizations and international financial institutions, such as the IMF and the World Bank.The reflections presented were developed as part of an extension project composed of theoretical training conducted throughout 2024 and field activities carried out in the Dominican Republic and Haiti between late January and early February 2025. As theoretical references, in addition to Jean Paul-de Gaudemar's Marxist analysis of labor mobility, the work draws on Haitian and international intellectuals, classical works, contemporary research on the topic, and journalistic reports.

Keywords: Migrations; Caribbean; capital territorialization.

Introdução

De Norte a Sul, diversos Estados nacionais fazem parte do destino de milhares de emigrantes haitianos. Instabilidade política, violência, pobreza e catástrofes naturais estão entre os principais motivos que levam estas pessoas a saírem em busca de um emprego e de uma vida melhor, o que torna o Haiti um grande provedor da mercadoria força de trabalho. Partimos da questão migratória para pensar a mobilidade do trabalho de maneira mais ampla, buscando na história passada e recente do país os processos que configuram as diferentes formas desta mobilidade. Ao mesmo tempo em que possui elementos comuns à história latino-americana, as particularidades haitianas, especialmente a Revolução de 1804, protagonizada por escravizados em um contexto em que a escravidão e a exploração colonial ditavam o mote da acumulação no processo de instituição do capitalismo, fizeram com que a formação deste Estado nacional fosse vista como uma ameaça e marcada por inúmeras intervenções internacionais. Estas influências estrangeiras, ainda em curso, se encontram na raíz dos processos que fizeram com que o Estado haitiano fosse interpretado por alguns como sendo "falido", "terceirizado", que atuasse contra a nação (Trouillot, 1990) ou, ainda, que fosse classificado como "*aid state*", isto é, dependente de ajudas humanitárias (Johnston, 2024). Isto porque, para além da crise institucional e política[1], que parece ser permanente, serviços comumente associados ao Estado, como aqueles ligados à saúde, educação, geração de energia, saneamento básico, etc., são inexistentes, deficitários, ou inteiramente fornecidos por instituições privadas e organismos humanitários. Além disso, medidas estabelecidas por diversos governantes ao longo do tempo beneficiaram largamente empresas estrangeiras em detrimento de suprir as necessidades da própria população, conforme veremos no decorrer deste texto.

As origens da primeira república negra[2] (Casimir, 2007) estão conectadas, dentre outros fatores, aos preceitos da Revolução Francesa, sobretudo o de liberdade, embora os franceses contraditoriamente tivessem mantido a escravidão em suas colônias após 1789. Vale ressaltar que o sistema republicano de governo também é burguês e, como tal, pautado pelos ideais capitalistas. Este fato estabelece a contradição que marcou a constituição do Estado haitiano o qual, embora tenha nascido de uma revolução de escravizados, precisou moldar-se às necessidades impostas pelo

[1] Além do assassinato do presidente Jovenel Moïse, em 2021, e da escalada da violência na capital, tomada por grupos armados, a História haitiana é marcada por golpes de Estado, revoltas populares, disputas de poder e constante troca de governantes.

[2] Em 1804 Jean-Jaques Dessalines proclamou a República no Haiti. Após seu assassinato, em 1806, o país foi dividido, mantendo o regime republicano no Sul sob liderança de Alexandre Pétion, e estabelecendo a monarquia no Norte, sob comando de Henri Cristophe, que foi coroado rei. Em 1822, após suicídio de Henry Cristophe, Jean-Pierre Boyer efetivou a centralização política do Haiti sob regime republicano (Casimir, 2007).

regime de acumulação, baseado na exploração do trabalho e nas trocas comerciais internacionais (Marx, 2013)

Casimir (2007) afirma que para compreender a estrutura política haitiana é necessário determinar a natureza dos grupos sociais presentes no momento de sua emancipação. Segundo ele, em 1804 uma porção significativa da população do recém-criado Haiti era composta por africanos recém-chegados e *criollos*[3] de primeira geração. Assim, havia uma concepção própria de trabalho e de liberdade, e o sonho de um futuro melhor não incluía a escravidão – declarada ou disfarçada – que propõe o Estado da sociedade colonial e burguesa. Por este motivo, seria materialmente impossível restabelecer a *plantation* após a Revolução de 1804, independente da riqueza que este tipo de produção pudesse gerar. O autor analisa que há uma oposição objetiva entre os trabalhadores coloniais e seus senhores que difere essencialmente da oposição entre os trabalhadores "livres" e seus patrões: enquanto estes reivindicam melhorias das condições de trabalho e remuneração, aqueles rechaçam sua condição de cativos e esta resistência anula toda forma de negociação entre interesses econômicos e sociais. Este aspecto é fundamental para compreender os rumos tomados pelo Haiti pós-independência.

Ao longo do século XIX, o país foi marcado por embates entre uma política oficial que buscava manter a produção de monoculturas em larga escala voltada para exportação – a *plantation* –; e a objeção dos trabalhadores em executá-la, baseada numa ideia de "contra-*plantation*", isto é, de construção de uma sociedade centrada estritamente nas próprias necessidades. Este conceito, desenvolvido por Casimir (2007), pode ser definido como uma oposição consciente ao modelo de produção colonial, estabelecida por meio da ocupação coletiva de terras e da produção de cultivos variados para a subsistência. Assim, se pode dizer que a política oficial priorizava as demandas do país às demandas de sua população, constituída majoritariamente pelos trabalhadores rurais (Casimir, 2007).

Na análise marxiana de Gaudemar (1977), o agente real da produção capitalista é a força de trabalho. Para ele, a mobilidade do trabalho está diretamente relacionada à transformação desta força em mercadoria e este processo passa pela "liberdade": a transformação do dinheiro em capital exige que o trabalhador seja inteiramente livre, isto é, disponha livremente de sua força de trabalho como uma mercadoria que lhe pertence e não tenha nenhuma outra para vender, sendo, desta maneira, "livre de tudo" ou completamente desprovido das coisas necessárias à realização da sua força de trabalho. Assim, a mobilidade do trabalho é, em primeiro lugar, "a condição de exercício

[3] *Criollos* são negros libertos provenientes de "grupos de cativos nascidos na colônia, cujo pensamento e caráter são forjados por um processo de '*criollização*' (Casimir, 2007, p. 30).

de sua 'liberdade' de se sujeitar ao capital, de se tornar a mercadoria cujo consumo criará o valor e assim produzirá o capital" (Gaudemar, 1977, p. 190). Trata-se, então, da produção da mercadoria força de trabalho e seus processos de utilização e circulação, tanto a circulação geográfica – migrações – quanto sua circulação social, que passa pela monetarização e precarização. Boechat (2019, p. 1209), por sua vez, a considera como sendo "uma prática social em processo que define padrões de territorialidade: território do capital em processo". Assim, "[...] A mobilização do trabalho é uma característica intrínseca ao processo de modernização [...]" (idem, p. 1209).

Os embates entre o Estado e os ex-escravizados ao longo do século XIX centralizaram-se nas tentativas dos dirigentes de mobilizar a população para o trabalho e da resistência dos trabalhadores a submeterem-se ao capital. A propriedade da terra encontra-se no cerne desta questão. Trata-se dos mecanismos de violência econômica e extra-econômica que caracterizam a acumulação primitiva (Marx, 2013). Se, em um primeiro momento estes mecanismos eram executados pelo Estado nacional, nos séculos XX e XXI eles passaram a ser exercidos também a partir de intervenções estrangeiras, que os aprofundaram e promoveram novas estratégias de mobilização. Estas levaram ao incremento do êxodo-rural, à emigração em massa e à existência de um número cada vez maior de desempregados e trabalhadores informais que dependem da "viração" para sobreviver, isto é, das formas de trabalho que tornam rendimentos efêmeros: "de bicos intermitentes à institucionalização coagida ou forçada, de uma ação criminosa arriscada a uma tentativa precária de empreendedorismo. [...] Tudo é viração, o malabarismo constante para continuar no jogo" (Canettieri, 2023, p. 5).

Neste texto, analisaremos algumas das estratégias de mobilização do trabalho no Haiti, a partir da Revolução de 1804, com objetivo de contribuir para a compreensão da realidade deste país na contemporaneidade. As reflexões apresentadas foram desenvolvidas a partir da participação em projeto de extensão sobre América Latina, constituído por formação teórica, realizada ao longo de 2024, e de atividades de campo efetuadas entre os dias 30 de janeiro e 5 de fevereiro de 2025. Devido às estreitas relações históricas e políticas entre o Haiti e a República Dominicana, bem como pelo fato de a antiga colônia espanhola ser um dos principais destinos de imigrantes haitianos, visitamos diferentes localidades em ambos os países. Na República Dominicana, estivemos durante oito dias na capital, Santo Domingo e, na cidade fronteiriça de Dajabón, onde permanecemos por dois dias; No Haiti, por questões de segurança, nossa visita se restringiu à região norte. Estivemos em Labadie[4], Milot e em comunidades rurais localizadas ao longo do percurso entre Ouanaminthe

[4] Os nomes das localidades haitianas que possuem tradução para o português serão escritos nesta língua. Aqueles para os quais não há tradução serão escritos conforme grafia de documentos oficiais do país, em francês.

e Cabo Haitiano, cidade que foi nossa base e na qual permanecemos por mais tempo (cinco dias). Dialogamos com pessoas de diferentes grupos, dentre eles, trabalhadores, organizações camponesas, acadêmicos, movimentos sociais, jornalistas e organizações de ajuda humanitária. Na região fronteiriça, estivemos na Companhia de Desenvolvimento Industrial de Ouanaminthe (CODEVI), complexo fabril situado no território de ambos os países e cujos trabalhadores são majoritariamente haitianos. Exceto para chegar a Labadie, cujo trajeto foi realizado também por barco, nosso deslocamento pela América Central foi feito por terra, utilizando companhias de viagem dominicanas, ônibus da Université d'Etat d'Haïti, que nos apoiou ao longo das atividades, e os diferentes transportes coletivos disponíveis. Desta maneira, pudemos observar um pouco da dinâmica migratória, da fiscalização, do comércio fronteiriço e de algumas atividades econômicas urbanas e rurais. Os diálogos estabelecidos com as populações locais foram essenciais para levantar as questões e os elementos que subsidiaram a escrita deste texto. Como referências teóricas foram utilizados intelectuais haitianos e de outros países, obras clássicas e contemporâneas que tratam do tema, além de reportagens jornalísticas.

O Haiti pós-revolução: liberdade e mobilidade do trabalho

O século XIX foi um período de formação do Estado nacional haitiano e de transição de um regime colonial escravocrata para um regime republicano "livre". Para o Estado, a liberdade estava ligada ao reconhecimento internacional da soberania do país e à sua inserção no mercado global. Para tanto, era necessário o restabelecimento da *plantation*. Já para a grande massa da população, a liberdade estava relacionada ao direito de trabalhar em suas próprias terras. Diante disso, Trouillot (1990, p. 44, tradução nossa) avalia que "apesar de o Estado e a Nação haitiana terem tomado forma ao mesmo tempo e como parte do mesmo processo revolucionário, eles foram lançados em direções opostas". Para o autor, esta oposição encontra-se na raiz do afastamento entre o Estado e a nação, conforme exemplificam a atuação dos primeiros chefes de Estado haitianos e a reação da população. Jean-Jacques Dessalines (1804-1806), Henry Christophe (1807-1820), Alexandre Pétion (1807-1818) e Jean-Pierre Boyer (1818-1843)[5], a despeito de suas divergências, concordavam em dois aspectos essenciais: a abolição permanente da escravidão; e a necessidade de manter a produção em larga escala para exportação, sendo indispensável, para tanto, a implementação de um sistema de trabalho que produzisse resultados similares àqueles do regime escravocrata

[5] a sobreposição entre os governos de Alexandre Pétion, Henry Christophe e Jean-Pierre Boyer refere-se à divisão da ilha em Norte e Sul e à sua reunificação (ver nota 2).

(Trouillot, 1990). Exceto Alexandre Pétion, todos estes dirigentes sofreram com revoltas[6] da população camponesa.

Iremos nos debruçar sobre a atuação de Jean-Pierre Boyer, uma vez que seu governo foi marcado por diversas ações modernizadoras. Ele promoveu, após a morte de Henry Christophe, a reunificação política do país e a unificação territorial da Ilha de Hispaniola, anexando ao Haiti o território que atualmente pertence à República Dominicana; assinou[7], em 1825, o acordo com a França que culminou na dívida que comprometeu profundamente a economia do país; e estabeleceu uma série de leis[8] que deveriam substituir os códigos napoleônicos, em vigor desde 1816 (Pereira, 2020). Uma vez que o aparato jurídico é o representante da violência extra-econômica que legitima o processo de separação do trabalhador de seus meios de trabalho, iremos apresentar algumas relações entre o Código Rural, criado com objetivo de controlar a produção e o trabalho no campo, e suas relações com a mobilidade da força de trabalho.

Os pontos fundamentais para a construção do Código Rural foram o disciplinamento do trabalhador por meio de métodos punitivos, e a produção de excedentes para exportação. Desta maneira, a realização de festas, a locomoção, e outras formas de liberdade foram restringidas (Pereira, 2020). É possível traçar um paralelo entre estas normativas e as formulações de Gaudemar (1977). Segundo ele, os dispositivos de controle do trabalhador e do ritmo de produção, característicos da mobilidade da força de trabalho, fazem parte de como o poder capitalista sujeita os corpos dos homens, conforme pode ser observado na citação a seguir:

> [...] A disciplina capitalista assegura a repartição dos indivíduos no espaço, de modo que cada indivíduo tenha o seu lugar e cada lugar o seu indivíduo, num vasto dispositivo de enquadramento das actividades e dos espaços. [...] Como "disciplina", [...] a economia política assegura a repartição dos indivíduos no espaço e a distribuição dos papéis funcionais dos diferentes espaços, enquadra e codifica as actividades, estende as estratégias de desenvolvimento e as tácticas de equilíbrio, manobra, põe a funcionar todas as forças de trabalho. [...] Uma das particularidades da mobilidade do trabalho é estar no centro desses dispositivos (Gaudemar, 1977, p. 50).

Pereira (2020) afirma que a intenção do Código Rural era criar um "trabalhador ideal", o qual deveria arrendar terras, dividir a produção, e pagar impostos fundiários e de exportação. Em nossa interpretação, a construção deste "modelo" constituiria o processo de mobilização da força de

[6] Jean-Jacques Dessalines foi assassinado em uma emboscada fruto da insurreição popular, também encabeçada pelos dirigentes que queriam a privatização da terra; Henry Christophe tirou a própria vida após uma revolta popular contra suas políticas econômicas; e Jean-Pierra Boyer fracassou em implementar o Código Rural devido à resistência dos trabalhadores, além de ter sido deposto em uma insurreição (Casimir, 2007).

[7] Vale ressaltar que, embora Boyer desejasse realizar um acordo com a França, ele não concordava com os termos estabelecidos pela antiga metrópole, dentre eles o pagamento da dívida. No entanto, caso não assinasse, a França invadiria o país iniciando uma nova guerra.

[8] Além do Código Rural, a legislação haitiana da época era constituída pelo Código Civil, Código de Instrução Criminal, Código do Comércio e Código Penal (Pereira, 2020).

trabalho porque, nas palavras de Gaudemar (1977, p. 192), a mobilidade “funda a condição de exercício da força de trabalho como mercadoria, distinguindo assim, definitivamente, o trabalhador “livre” do escravo ‘cuja capacidade de trabalho é estável e só se emprega de maneira tradicional e local [...]’”. Para o autor francês, a mobilidade da força de trabalho pode ser analisada a partir de 3 dimensões: 1ª) a produção das forças de trabalho, momento em que o trabalhador adquire sua mobilidade; 2ª) a utilização das forças de trabalho, o momento da submissão da mobilidade do trabalhador às exigências do capital, isto é, a mobilidade submete-se às formas e transformações da organização do processo de trabalho; 3ª) a circulação das forças de trabalho, momento da submissão da mobilidade do trabalhador às exigências do mercado, ou seja, o trabalhador submete-se ao deslocamento de uma esfera de atividade para outra, ou se desloca para onde obtiver um melhor salário. Se percebe, a partir destas considerações, que a mobilidade da força de trabalho refere-se ao deslocamento espacial, mas é mais abrangente, incluindo a mobilidade no tempo, relacionada às transformações na organização e na jornada de trabalho; e, também, a social, ligada à monetarização/precarização da vida.

As regras do Código Rural relacionadas aos militares são um bom exemplo destas diferentes dimensões. Devido à sua atuação na Revolução de 1804, no século XIX o exército era uma das instituições mais importantes do Estado nacional haitiano e seus membros ocupavam uma posição importante na hierarquia social. Contudo, de acordo com Pereira (2020), o salário do soldado era muito baixo quando comparado ao de oficiais de outras patentes, o que fazia com que ele precisasse buscar outros trabalhos, incluindo a produção agrícola, para garantir a reprodução de seus meios de vida. Sua jornada era mais “flexível” quando comparada à de outros produtores rurais, os quais possuíam contratos longos associados a uma propriedade específica. Tal flexibilidade reflete uma das formas da mobilidade do trabalho, pois: “o soldado poderia trabalhar por dia, por tarefa, por semana ou por mês, a depender do que fosse acordado entre ele e o empregador” (Pereira, 2020, p. 71). Esta adaptação se enquadra na dimensão da utilização das forças de trabalho, na medida em que “a mobilidade é a capacidade da força de trabalho adaptar-se às variações da jornada de trabalho, à permutação dos postos de trabalho, aos efeitos de uma divisão do trabalho cada vez maior” (Gaudemar, 1977, p. 194). Soma-se a isso o fato de que o Código Rural também garantia que o soldado-agricultor pudesse ser remanejado para outras funções sem pagamento adicional, como aquelas relacionadas às obras públicas ou às manutenções da propriedade, incluindo a conservação de canais de irrigação, cercas e hortas. Este deslocamento entre esferas de atividade, que também ocorria com os agricultores civis que compunham a grande massa de trabalhadores do campo, pode ser considerado como parte da dimensão da circulação.

Há, no entanto, uma diferença fundamental entre Pereira (2020) e Gaudemar (1977): a concepção de liberdade. Em diversos momentos do texto, Pereira (2020) questiona o caráter "livre" do trabalho no Haiti do século XIX tendo em vista as restrições de negociação e circulação impostas pelo Código Rural, e os métodos coercitivos legitimados pela lei. A autora também considera que a maior flexibilidade dos soldados significava maior "liberdade" em relação aos outros trabalhadores. Gaudemar (1977), por sua vez, analisa que a mobilidade do trabalho é, justamente, a condição de exercício da "liberdade" de se sujeitar ao capital e, como tal, é essencialmente opressora. Assim, para ele, o capitalismo e a transformação da força de trabalho em mercadoria são uma nova forma de dominação e não de emancipação dos homens. Ainda que os tenha "libertado" dos modos de trabalho anteriores, o autor argumenta, a mercantilização da capacidade de trabalho imposta pelo novo modo de produção encerraria a liberdade.

Seguindo a linha de raciocínio de Pereira (2020), a "imobilidade" dos agricultores civis, em relação aos soldados, pareceria, à primeira vista, incompatível com a teoria da mobilidade. Contudo, Gaudemar (1977, p.39) observa que a mobilidade da força de trabalho trata da gestão dos fluxos dos trabalhadores de acordo não com a lógica própria da vida destes, mas pela lógica do crescimento do capital. Dessa forma, ela é, também, "a possibilidade de dispor dos movimentos dos trabalhadores como axioma inevitável. Um dia móveis, outro imóveis, mas sempre submetidos à regra de acumulação do capital".

Retomando a história haitiana, é notável que, a despeito dos esforços de Jean-Pierre Boyer, ele não conseguiu implementar o Código Rural devido, principalmente, à resistência da população, pois as relações sociais e de trabalho no campo foram estabelecidas por meio da organização de um espaço coletivo e de um sistema de produção familiar que se opõe à produção em grande escala. O *lakou*[9], como este espaço é chamado, é parte do que Casimir (2007) chama de "contra-*plantation*". Pode-se dizer, então, que o acesso à terra, ainda que irregular, impossibilitou que o trabalho fosse amplamente mobilizado no Haiti do século XIX, marcado como um período de transição. Ainda assim, é possível considerar que este momento representa uma tentativa de produção da mercadoria força de trabalho pelo Estado haitiano, isto é, de fazer com que o trabalhador adquirisse a mobilidade e, com ela, a "liberdade" necessária à instituição do capitalismo.

Aqui cabem algumas ponderações. Gaudemar (1977) faz sua análise a partir do contexto europeu de transição entre o feudalismo e o capitalismo. Neste caso, o momento da produção das forças de trabalho seria aquele de emancipação do servo, de transformação do dinheiro em capital,

[9] Este termo compreende mais de um significado, podendo ser quintal, pátio ou famílias que vivem em um mesmo terreno (Pereira, 2020).

e da formação do proletariado. O autor aborda também, a partir da interpretação crítica das formulações de Rosa Luxemburgo, a teoria do imperialismo e a questão colonial. Ele destaca que "o processo pelo qual o capital nasce ou que está em vias de se alargar, se apropria de novas forças de trabalho, constitui uma das formas fundamentais da mobilidade do trabalho [...]. Desde que nasce, e para sempre, o capital adopta a violência, as expropriações dos outros modos de produção" (Gaudemar, 1977, p. 356). O Imperialismo seria, então, a última etapa do processo histórico de expansão do capital: "o período da concorrência mundial, acentuada e generalizada dos Estados capitalistas em torno dos últimos vestígios de territórios não capitalistas do globo" (Gaudemar, 1977, p.358). A partir desta perspectiva, a colonização como conquista de novos territórios para o capital, se torna fundamental para a acumulação.

Quando se analisa este processo sob a mirada da periferia para o centro, se nota que, na condição de colônias, a dominação era feita pelo uso da força e da violência direta de maneira que estes territórios constituíram o processo europeu de acumulação, isto é, acumulação primitiva além-mar. Após as independências e formação de novos Estado Nacionais, as estratégias modificaram-se. No caso haitiano, as tentativas de restaurar o sistema da *plantation* constituíram, no entender de Casimir (2007), uma política de colonialismo interno. Não eram, então, uma contradição, mas a condição para que o Haiti se inserisse no mercado global. Por ter sido o primeiro país latino-americano a se emancipar, e por ser formado por trabalhadores "livres" em um contexto no qual prevalecia a escravidão, o Haiti pode ser considerado um laboratório de experimentação de práticas neocoloniais que seriam posteriormente implementadas em outros países periféricos (Trouillot, 1990). Tais práticas englobam, muitas vezes, a dependência econômica, e podem ser observadas desde o século XIX até os dias atuais.

Um exemplo notável são os termos do acordo estabelecido com a França, caracterizado como uma dupla dívida: uma com o governo francês, formalizado como exigência de indenização pela perda das propriedades europeias em solo haitiano; e outra com os bancos franceses, na medida em foi imposto ao país caribenho que a eles recorressem para realizar o empréstimo necessário ao pagamento da dívida. Além disso, nas trocas comerciais entre os dois países, os produtos franceses teriam tarifas reduzidas ou isentas. Mesmo após a assinatura deste acordo, muitos Estados nacionais não reconheceram imediatamente a independência haitiana, levando a ex-colônia ao ostracismo político e econômico (Trouillot, 1990). Os Estados Unidos foram um deles, e esta rejeição teve grande influência nos continentes americano e europeu. Isso não significou, entretanto, que não houvesse relações comerciais entre eles, ainda que informais, desde que o

negócio fosse vantajoso para as grandes potências. Trouillot (1990) traz alguns dados referentes a esta questão:

> Em 1821 comerciantes estadunidenses forneciam aproximadamente 45% das importações do Haiti. Inglaterra ocupava o segundo lugar, com 30%. No entanto, se os Estados Unidos vendiam muito, compravam pouco. No mesmo ano, 1821, eles compraram apenas 25% das exportações haitianas, o que fez com que a balança comercial entre os dois países fosse deficitária para o Haiti em quase 79%. [...] Em 1851, o comércio entre Estados Unidos e Haiti era maior em volume do que o comércio entre os Estados Unidos e a maioria dos países da América Latina. Ainda assim, os Estados Unidos não reconheceram a independência do Haiti até 1862. [...] No começo dos anos de 1890, os Estados Unidos forneciam aproximadamente dois terços das importações haitianas [...] (Trouillot, 1990, p. 53-54, tradução nossa).

Se grande parte das importações haitianas eram provenientes de produtos estadunidenses, a França era a maior compradora de sua produção, além de sua principal credora[10]. Essa dupla dependência, fruto de políticas e relações neocoloniais instituídas no país caribenho desde o início do século XIX, fez com que a trajetória haitiana fosse contra a corrente, uma vez que a sua própria existência enquanto Estado Nacional representava um desafio geopolítico ou um anacronismo internacional, conforme analisa Trouillot (1990):

> [o Haiti] era um exportador agrícola, mas importava produtos primários agrícolas – de fato, um país camponês onde os alimentos ocupavam o topo da lista de importações. Foi um país que nasceu de uma guerra revolucionária, mas era subordinado pelos poderes militares dos Estados Unidos e da França. Era um Estado americano, o segundo do hemisfério, mas a doutrina europeia de não-intervenção era aplicada somente quando era conveniente para os Estados Unidos [...]. Não mais uma colônia, mas um país que se manteve apartado da ordem política internacional concebida como Ocidente, o Haiti nunca se beneficiou completamente de sua independência duramente conquistada em um mundo que não estava pronto para aceitar as implicações de sua existência (Trouillot, 1990, p. 57-58, tradução nossa).

Este aspecto contraditório e anacrônico, bem como as relações comerciais internacionais extremamente desiguais, comentadas por Trouillot (1990) no trecho citado, marcaram profundamente a formação social haitiana. Na virada do século XIX para o XX, o país foi palco da disputa imperialista entre França, Alemanha e Estados Unidos pelo controle do mercado local e pelo domínio dos recursos. Instável politicamente, majoritariamente rural, economicamente dependente e incorporado ao mercado global de maneira desvantajosa, a receita do Estado haitiano era proveniente, principalmente, dos impostos e taxações sobre a produção agrícola. Se as citadas potências dominavam financeiramente o Haiti, por meio das dívidas e do controle do Banque Nationale de la République d'Haiti, maior instituição financeira do país, havia ainda a necessidade de conquista de um mercado que não se encontrava consolidado: o de trabalho. Se no regime escravocrata-colonial as condições de imposição do trabalho eram estabelecidas pela força, no período neocolonial, a sujeição se dava pela liberdade proporcionada pela mobilidade. Até o início

[10] Além da dívida de 150 milhões de francos, estabelecida pelo acordo de 1825, os bancos franceses financiaram dois importantes empréstimos para o Haiti, um em 1875 e outro em 1896 (Trouillot, 1990).

do século XX, a mobilidade do trabalho, ou a completa sujeição do trabalhador "livre" ao capital, não havia sido estabelecida, uma vez que a produção no campo era predominantemente feita por meio do *lakou*. Em outras palavras, se pode dizer que os ex-escravizados ainda não eram completamente "livres" para vender as suas forças de trabalho, tendo em vista que possuíam o acesso à terra. Assim, ao longo dos anos seguintes, a invasão militar estadunidense e as intervenções de organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, aprofundariam as estratégias de mobilização.

Sob a mira do fuzil: intervenção militar estadunidense e mobilidade da força de trabalho haitiana

Entre 1915 e 1934, o Haiti viveu sob a imposição militar estadunidense. Dentre os principais motivos desta violenta empreitada estão os interesses econômicos de bancos e corporações, bem como os interesses estratégicos e geopolíticos dos Estados Unidos no Caribe, ligados às rotas comerciais do canal do Panamá. O discurso da "ingovernabilidade" haitiana e seu risco para os interesses estadunidenses e para a própria população da república negra, que sofria com a miséria e a fome, foi utilizado como justificativa da intervenção. Ao mesmo tempo, a "estabilização" deveria ser feita a partir da promoção do desenvolvimento do capitalismo no país (Finazzi, 2022), isto é, da implementação dos mecanismos necessários à territorialização do capital.

O desenvolvimento da infraestrutura no Haiti, sobretudo aquela ligada à produção e circulação de mercadorias, tais como o acesso às tecnologias de produção agrícola e a construção de estradas e ferrovias, era um dos objetivos da invasão. Não foi à toa que o plano de um "magnata das ferrovias", James P. McDonald, foi utilizado como referência para as ações que se efetivaram após a ocupação (Finazzi, 2022). Em seu plano para a "estabilização" haitiana, ele se apresentou como um "agente dos supostamente coincidentes objetivos corporativos e do governo dos EUA" (Finazzi, 2022, p. 51). McDonald argumentou que:

> A coisa mais importante do que qualquer outra para aliviar a condição presente do Haiti, é prover emprego para seu povo [...]. Nesta construção, eu espero dar 25.000 a 50.000 empregos para os trabalhadores haitianos e eu também almejo criar o interesse dos nativos que vivem ao longo da linha da estrada em vários empreendimentos [...] (Link, 2017, p. 67 apud Finazzi, 2022, p. 51).

O projeto civilizatório-modernizador que os Estados Unidos pretendiam implementar no Haiti passava pela necessidade de desarticulação da população rural e sua mobilização para o trabalho. Após a invasão, a Constituição haitiana, que proibia a aquisição de terras por estrangeiros desde a independência, foi reescrita e teve esta cláusula revogada. Tal mudança promoveu uma nova tentativa de restabelecer a produção em larga escala voltada para exportação, sobretudo para

o plantio de cana-de-açúcar e de café, sob comando de empresas estadunidenses, dentre elas, a Haitian-American Sugar Company (HASCO):

> Antes da ocupação, a HASCO tinha dificuldade para adquirir terra suficiente na região, mas depois da invasão tudo se tornou mais fácil para a Companhia: eles simplesmente despejaram os camponeses. [...] Mesmo aqueles que não perderam diretamente a terra para HASCO, tiveram dificuldade de pagar as despesas. Os moinhos de cana-de-açúcar substituíram as destilarias locais e pagavam menos aos agricultores pela cana. Os camponeses despejados tinham a opção de trabalhar nos moinhos em troca de salários, mas as condições de trabalho e o pagamento eram deploráveis. [...] Para a Companhia, claro, baixos salários e baixos custos eram o que precisamente era atrativo no Haiti (Dubois, 2012, p.193 tradução nossa).

A aquisição de terras pelas empresas estrangeiras, como a HASCO, promoveu a mobilidade da força de trabalho tanto pela expulsão dos agricultores, impedindo-os de produzir; quanto pela concorrência desleal e desvalorização da produção daqueles que não perderam suas terras. No caso destes, é importante lembrar que deveriam pagar altos impostos e essas taxações eram a principal fonte de recursos do Estado haitiano. As empresas estadunidenses, por sua vez, ampliaram sua acumulação por meio dos baixos custos de produção e dos baixos salários pagos à força de trabalho haitiana. Outra maneira de mobilização do trabalho, ligada ao processo de aquisição de terra por empresas estadunidenses, foi a modificação dos tradicionais sistemas de cultivo realizados pela população rural, conforme explica Dubois (2012):

> Muitos camponeses que cultivavam a terra sob o sistema de *métayage,* no qual eles davam metade de sua produção para os proprietários da terra mas mantinham significante autonomia a respeito de como e o quê iriam cultivar, de repente descobriram que os campos em que eles trabalhavam – em alguns casos por gerações – foram vendidos ou arrendados para corporações americanas [...]. Elas monopolizaram os recursos locais, especialmente a água, e provocaram modificações na economia local que deixaram muitos camponeses cada vez mais empobrecidos (Dubois, 2012, p. 194, tradução nossa).

Além da modificação da Constituição, foi retomada a lei que forçava os camponeses a trabalhar em obras de infraestrutura, de maneira que "este sistema de trabalhos forçados resultou na construção de grandes redes de estradas no país, incluindo a rodovia entre Porto Príncipe e Cabo Haitiano [...]" (Finazzi, 2022, p. 56-57).

Durante o período de intervenção, a mobilização para o trabalho também foi espacial: além do êxodo-rural, se iniciaram ou se intensificaram os fluxos migratórios de haitianos em direção a outros países da América Central. Em Cuba, entre 1913 e 1921, entraram 81.000 haitianos e, entre 1921 e 1930, 114.495; Na República Dominicana, a partir de 1919, entraram cerca de 5.000 haitianos por ano; em 1920, os censos dominicanos registraram 28.258 haitianos no país; e em 1935, 52.657 (Jesus e Goettert, 2021). Em ambos os casos, esta entrada estava relacionada à necessidade de "braços" para trabalhar no cultivo para exportação, sobretudo de cana-de-açúcar, o que fez com que os imigrantes haitianos fossem chamados de *braceros*. Também houve influência direta dos

Estados Unidos ou de empresas estadunidenses neste processo pois, em Cuba, uma das principais empresas que contratavam os haitianos era a United Fruit Company; e na República Dominicana, "o governo militar de ocupação estadunidense formalizou um sistema de contratos regulados para importação desses trabalhadores" (Jesus e Goettert, 2021, p. 25).

Gaudemar (1977) ao analisar o movimento de realocação de indústrias na França, considera que há uma polarização do espaço econômico quando as empresas mantêm suas sedes nos locais de origem e se instalam nos lugares onde a força de trabalho é mais barata. Tal polarização também ocorre no caso que analisamos, com o agravante de que as empresas estadunidenses, além de utilizarem a força de trabalho haitiana no próprio Haiti, mais barata quando comparada à dos Estados Unidos, também mobilizou esta mercadoria para Cuba e para a República Dominicana, locais onde era ainda mais desvalorizada. Segundo o autor,

> Paralelamente a esta polarização do espaço económico, desenvolvem-se a um ritmo muito rápido as camadas sociais mais móveis. Pode mesmo dizer-se que algumas delas não têm outra razão de ser para o capital que não seja a sua mobilidade, no sentido mais exaustivo do termo. No essencial, trata-se de trabalhadores temporários [...] da função pública e trabalhadores imigrados (Gaudemar, 1977, p. 25).

Os *braceros* eram trabalhadores sazonais, sendo dispensados em períodos nos quais sua força de trabalho não era necessária. Assim, além de serem mobilizados no espaço, isto é, deslocados para as regiões necessárias ao capital; também eram mobilizados no tempo, se adaptando aos períodos da produção agrícola. Em comparação aos trabalhadores nacionais, o custo da força de trabalho haitiana era menor, o que promovia o aumento da produção de valor. Dessa forma, "a estratégia de optimização da rentabilidade do capital pela mobilidade do trabalho, encontra aí uma de suas principais dimensões políticas" (Gaudemar, 1977, p. 26).

Durante a intervenção militar, os Estados Unidos provocaram uma "transformação não apenas das instituições do Estado haitiano, mas da sociedade haitiana como um todo" (Finazzi, 2022, p. 45). Casimir (2007) analisa que antes da ocupação dos Estados Unidos

> os camponeses produziam gêneros exportáveis e víveres sem modificar sua organização social e sobretudo sem que se produzisse excedente de mão de obra agrícola. As leis e os regulamentos de cultivo vigentes recordavam os do resto do Caribe, mas o Estado não pôde impor-se durante o século XIX. As pressões sobre o campesinato concentraram-se no século XX. De 1915 à presidência de Lescot[11], os norte-americanos e seus associados estrangularam a economia agrícola, ainda que não tenham conseguido introduzir a economia da *plantation*. Os produtores agrícolas viram-se obrigados a buscar trabalho em Cuba ou na República Dominicana. (Casimir, 2007, p. 83-84, tradução nossa).

Trouillot (1990) considera que a ocupação estadunidense aprofundou os problemas já existentes no Haiti, uma vez que aumentou a dependência econômica e piorou a injustiça fiscal com

[11] Foi presidente do Haiti de 1941 a 1946.

aumento de impostos sobre os produtos agrícolas nacionais. Se a situação econômica haitiana estava pior em 1933 do que no período inicial da ocupação, os Estados Unidos beneficiaram-se com essa situação, tendo em vista que seus produtos mantiveram o primeiro lugar nas importações do país caribenho (Trouillot, 1990).

A partir da segunda metade do século XX, as intervenções estrangeiras aparecem sob novas roupagens. Entram em cena as Organizações Não Governamentais (ONGs), as instituições financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, e as políticas neoliberais. Este processo, associado à desagregação e expropriação dos pequenos agricultores, aprofunda e promove novas estratégias de mobilização do trabalho, intensificando o êxodo-rural e culminando no crescimento desordenado da capital, Porto Príncipe, no aumento da informalidade e da emigração, sobretudo em direção à República Dominicana e aos Estados Unidos. (Jorge, 2014).

Neoliberalismo e mobilidade do trabalho no Haiti a partir da segunda metade do século XX: Entre bolas de *baseball*, matança de porcos e invasão de arroz

No início da década de 1960 foi criada a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID na sigla em inglês). Se antes prevalecia no país norte-americano uma política agressiva de intervenções militares, a criação desta agência demarca a implementação de uma postura mais "branda" ou "*soft power*", na qual a influência e o poder são exercidos por meio de ajudas humanitárias. Em alguns casos, estas duas políticas complementam-se, pois "à medida que o esforço militar cresce, a ajuda humanitária também cresce [...]. O complexo industrial militar ganhou um irmão mais novo, o complexo industrial de ajuda humanitária (Johnston, 2024, p. 70, tradução nossa). O discurso do desenvolvimento – como é possível notar pelo nome da agência – e a importância de atrair investimentos estrangeiros para alcançá-lo, se tornam o pilar das intervenções estrangeiras.

O regime autoritário de Jean-Claude Duvalier (Baby Doc), ocorrido entre 1971 e 1986, foi marcado pela intensificação da diáspora haitiana e pela ampla assistência de organizações estrangeiras no país, entre elas a USAID. Durante seu governo, se inicia um processo de liberalização econômica com a implementação das primeiras zonas industriais, constituídas principalmente por maquiladoras[12] de produção têxtil. Ao longo da década de 1970, o número de trabalhadores

[12] "[...] termo que passou a ser utilizado no México para tratar de indústrias manufatureiras que operam em áreas de livre comércio ou zonas francas. Em geral importam as matérias-primas e bens de capital, sendo responsáveis pelo processamento/montagem de determinados produtos para posterior exportação" (Jorge, 2014, p. 1).

empregados neste tipo de indústria mais que duplicou[13]. A população do campo, já em processo de desagregação, foi mobilizada para a área urbana, levando ao grande adensamento populacional e à periferização de Porto Príncipe. A formação de Citè Soleil[14], por exemplo, uma das regiões mais pobres da capital, está "diretamente associada à implantação da zona franca SONAPI e às promessas de emprego que circundavam este parque industrial" (Jorge, 2014, p. 123).

Dubois (2012) aponta que em 1984 mais de 30 mil haitianos trabalhavam nas fábricas ao redor de Porto Príncipe e, embora todas as bolas de baseball utilizadas nas ligas profissionais dos Estados Unidos fossem produzidas no Haiti, e este país competisse no mercado internacional com países como México, Malásia, Singapura e Hong Kong, houve pouco avanço em relação ao problema da pobreza. O próprio Jean-Claude Duvalier declarou que as indústrias de exportação eram "enclaves com fraco nível de integração na economia" (Dubois, 2012, p. 252, tradução nossa).

Para Gaudemar (1977), as formas da mobilidade do trabalho são constituintes da oferta de trabalho e, como tal, envolvidas no movimento de acumulação do capital. A partir da Lei Geral de Acumulação Capitalista, de Karl Marx, ele comenta que

> a acumulação do capital traduz-se no fato de uma parte da mais-valia produzida ser transformada no período seguinte em capital adicional tanto constante como variável. Ora servindo o capital variável de "índice de massa de trabalho posta em movimento", este capital variável adicional significa crescimento da procura de trabalho e portanto de emprego [...] Daí resulta a fórmula célebre: "a reprodução do capital encerra a do seu grande instrumento de valorização, a força do trabalho. *Acumulação do capital é então ao mesmo tempo crescimento do proletariado*"(Gaudemar, 1977, p. 281, grifos do autor).

Trata-se da formação do "exército industrial de reserva". Uma vez que a mobilidade do trabalho, como vimos, está relacionada ao processo da produção, utilização e circulação da mercadoria força de trabalho, ela está diretamente implicada no processo de acumulação. Para as empresas estrangeiras que se instalaram no Haiti, o baixo custo da força de trabalho, proporcionado pela grande quantidade de trabalhadores "disponíveis" ou "supranumerários" que compunham o cenário de Porto Príncipe, era o elemento mais atrativo e que lhes proporcionava maiores possibilidades de acumulação, pois "esta sobrepopulação torna-se 'a mais potente alavanca da acumulação [...]'"(Gaudemar, 1977, p. 284).

Ainda assim, até a década de 1980, 80% da população haitiana vivia no campo (Banco Mundial, 2023, *apud* Frenat e Júnior, 2024). Foram necessárias, então, outras estratégias de expropriação. Dentre elas, se encontram as ajudas humanitárias e o neoliberalismo. No governo de

[13] O número de empregados (principalmente mulheres) nas maquiladoras passará de 23.900 em 1973, para mais de 30 mil em 1977 e 57.900 em 1978 (Charles, 1978, p. 237 *apud* Jorge, 2014, p.20).

[14] "[...] Bairro fundado no final dos anos 1950 por iniciativa de François Duvalier [...]. Ao longo de décadas, Cité Soleil perdeu completamente as características de um bairro social, como pretendia inicialmente o ditador, e recebeu sucessivas levas de migrantes rurais e vítimas de catástrofes, como incêndios e deslizamentos" (Jorge, 2014, p. 2).

Baby Doc, os Estados Unidos enviaram milhões de dólares ao Haiti para financiar programas de assistência e de ajuda alimentar direta (Johnston, 2024). De acordo com Dubois (2012, p. 253), “Entre 1972 e 1981 [as ajudas humanitárias] totalizaram 584 milhões de dólares (aproximadamente 2 bilhões de dólares hoje), sendo 80% provenientes dos Estados Unidos”. Segundo o autor, encontra-se aí a raiz do processo que transformou o Haiti na chamada “República das Ongs”. Neste período entraram em ação as chamadas Organizações Privadas Voluntárias (OVPs em inglês), que dariam origem às Organizações Não Governamentais (ONGs). Já próximo ao fim do governo de Jean-Claude Duvalier, em 1984

> havia pelo menos quatrocentas OVPs, e provavelmente mais, operando no país. Dois anos depois, uma associação haitiana, criada para auxiliar o trabalho de agências voluntárias, relatou que um novo grupo de ajuda humanitária chegava ao Haiti a cada semana. Com o tempo, esse processo criou o que alguns críticos hoje chamam de "República das ONGs", com uma desconcertante miscelânea de organizações de ajuda estrangeiras desempenhando um papel central na vida econômica e política do Haiti (Dubois, 2012, p. 253, tradução nossa).

Os militares estadunidenses já não estavam em solo haitiano, mas a dependência da ajuda humanitária foi uma forma de dominação econômica e política. Podemos citar pelo menos duas situações em que este tipo de assistência prejudicou a produção agrícola nacional. A primeira delas foi a matança dos “porcos *criollos”*, ainda durante o governo de *Baby Doc*. A segunda, já no século XXI, diz respeito ao projeto de massiva distribuição de alimentos e sementes, chamado WINNER e financiado pela USAID em parceria com a Monsanto. No primeiro caso, de acordo com Dubois (2012), em uma campanha de contenção da gripe suína, realizada pela USAID e pelo governo de Jean-Claude Duvalier, foram recolhidos e abatidos 2 milhões de porcos. Os camponeses receberam, em contrapartida, “porcos brancos” provenientes dos Estados Unidos. No entanto, eles não puderam efetivamente seguir com a criação, pois os “porcos brancos” eram “inadaptados ao clima, adoeciam e morriam. Poucos deles tinham filhotes e estes morriam rapidamente. [...] tinham que ser mantidos em chiqueiros para protegê-los e alimentados com rações especiais – importadas dos Estados Unidos – que os camponeses não podiam pagar” (Dubois, 2012, p. 253, tradução nossa). Os porcos eram fundamentais para a manutenção da vida no campo e esta campanha foi devastadora para a população rural. (Dubois, 2012).

O segundo caso é relatado por Johnston (2024), que nos conta que em 2010, após o terremoto de grande magnitude que atingiu o Haiti, a Monsanto doou ao país 130 toneladas de sementes geneticamente modificadas, alegando que iria contribuir para a revitalização da agricultura haitiana prejudicada pelo desastre natural. Além disso, ONGs e agências da ONU lideraram uma campanha massiva de distribuição de alimentos comprados no exterior, o que arruinou diversos produtores locais. O autor reitera que os agricultores não precisavam de

sementes, sobretudo a de um tipo com o qual nunca haviam trabalhado, mas sim de dinheiro para comprar as sementes disponíveis nos mercados do país. Para ele, havia interesse da Monsanto em conquistar um novo mercado:

> Por apenas 80 milhões de dólares por ano, uma pequena fração do que havia sido prometido, doadores estrangeiros poderiam ter comprado de produtores locais todo o arroz necessário para suprir a emergência alimentar. Isso teria proporcionado o estímulo necessário à economia rural e alimentos para aqueles que precisavam. [...] As autoridades humanitárias e a mídia descreviam o Haiti como "o país mais pobre do hemisfério ocidental" [...]. A percepção era de que o Haiti poderia utilizar qualquer ajuda que pudesse receber [...] Esses interesses se alinhavam aos da Monsanto. Assim que os agricultores se acostumassem com as sementes híbridas, que precisavam ser compradas anualmente, a empresa teria um novo mercado (Johnston, 2024, p. 63, tradução nossa).

Para Dubois (2012), os dois elementos que promoveram profundas transformações no Haiti a partir da década de 1980, e que ainda hoje impactam o país, são a presença massiva desses grupos estrangeiros de ajuda humanitária e a diáspora haitiana. Segundo o autor, "na década de 1980, os haitianos se tornaram a exportação mais significativa do país" (Dubois, 2012, p. 254, tradução nossa). Sob o governo de François Duvalier (Papa Doc, 1957-1971), a emigração estava ligada às perseguições políticas e o perfil dos haitianos que deixaram o país era de intelectuais e outros profissionais liberais. Já na época de seu filho e sucessor, Jean-Claude Duvalier, esse perfil ampliou-se para a população pobre, que partia em embarcações precárias em direção aos Estados Unidos e a países caribenhos, estabelecendo o fenômeno conhecido como *boat people* (Jesus e Goettert, 2021).

No final do século XX, com o fim da Guerra Fria e o contexto propício para a conquista de novos mercados, entram em cena os programas neoliberais de ajuste estrutural promovidos pelo FMI e pelo Banco Mundial. O Haiti, que sofria com instabilidade política desde o fim do regime autoritário da família Duvalier, foi um dos mais impactados por estes programas e, atualmente, é considerado pela Organização Mundial do Comércio um dos países mais liberais da América Latina e do Caribe (Frenat e Júnior, 2024). A liberalização do comércio haitiano promoveu uma concorrência desleal entre a produção agrícola local e os produtos estrangeiros, que passaram a entrar massivamente no país, provenientes principalmente dos Estados Unidos. O caso do arroz é um exemplo emblemático. Em 1994, o presidente Jean-Bertrand Aristide[15], que havia sofrido um golpe militar e se exilado nos Estados Unidos, retornou à presidência sob escolta de tropas estadunidenses e com a condição de seguir a doutrina econômica neoliberal, implementando um programa de reforma do FMI que incluía a redução das tarifas de importação. No caso do arroz,

[15] Aristide foi eleito em 1991 e, no mesmo ano, foi retirado do poder após um golpe militar. Retomou seu cargo em 1994, com apoio dos Estados Unidos, governando o Haiti até 1996. O chefe de Estado esteve novamente à frente do país entre 2001 e 2004

> a redução das tarifas passou de 55% em 1986 para 35% em 1989 e 3% em 1995. E, recentemente, em 2019, o Ministério da Economia e Finanças do Haiti anunciou a suspensão temporária do Imposto sobre o Valor Adicionado sobre o arroz importado (FAO, 2019). Portanto, atualmente, o arroz externo ingressa no país sem nenhuma tarifa aduaneira (Frenat e Júnior, 2024, p. 11).

Este é um dos principais produtos da base alimentar haitiana. Até o final da década de 1980 o país caribenho era autossuficiente em sua produção (Johnston, 2024; Frenat e Júnior, 2024; Dubois, 2012). Após a redução das tarifas, o Haiti tornou-se um dos principais compradores do arroz produzido pelos Estados Unidos[16]. O aumento exponencial das importações deste produto acompanha uma drástica redução da produção nacional:

> a partir do início dos anos 1990, as importações superam a produção doméstica e seguem atualmente em níveis bastante superiores. Fazendo uma média dos últimos dez anos (2012-2022), a produção nacional encontra-se em 160 mil toneladas, enquanto as importações alcançaram 461 mil toneladas. E, desde os anos 2000, praticamente três quartos do cereal consumido no Haiti provêm do exterior (FAOSTAT, 2024 apud Frenat e Júnior, 2024, p. 12).

Segundo os autores, 85% da produção de arroz no Haiti é realizada por pequenos produtores. Este é mais um exemplo do processo de expropriação da população rural haitiana e a sua consequente mobilização para o trabalho, pois a invasão do arroz de Miami no Haiti foi concomitante ao processo de "invasão" haitiana em Miami (Johnston, 2024). Em outras palavras, o longo processo de expropriação dos camponeses, do qual a problemática do arroz faz parte, está diretamente relacionado à emigração. Além dos Estados Unidos, Cuba e República Dominicana, já citados, Canadá, França, Porto Rico, Bahamas, Chile, Venezuela, Equador e Brasil, são outros exemplos de destinos de imigrantes haitianos (Jesus e Goettert, 2021). Durante o regime da família Duvalier, é estimado que pelo menos 15% do total da população tenha deixado o Haiti (Dubois, 2012). Este número continua a crescer, sobretudo com o aumento da precariedade e da violência no país. A emigração foi tão significativa que chegou ao ponto de terem se formado territórios haitianos transnacionais, ou "pequenos Haitis" no interior do território de outros países:

> No início da década de 1980, o Haiti tornou-se o que permanece até hoje: um vasto e aparentemente ilimitado território composto por comunidades não apenas dentro das fronteiras do país, mas em Boston, Nova Iorque, Miami, Montreal, Paris, Guadalupe, Guiana Francesa, Bahamas além de vários outros lugares. Esta diáspora foi nomeada posteriormente de "décimo departamento" – um suplemento internacional para os nove distritos oficiais dentro do Haiti – como uma forma de reconhecer tanto o quão essencial essa diáspora é para o presente e o futuro do Haiti, quanto o quão firmemente estabelecidos estes emigrantes se tornaram nas terras que adotaram (Dubois, 2012, p. 255, tradução nossa).

As remessas são um importante indicador desses números. De acordo com Jesus e Goettert, (2021), durante os anos 2000, elas representaram entre 3 e 4 vezes o valor das exportações

[16] O Haiti ocupa o terceiro lugar entre os países que mais importam arroz dos Estados Unidos, ficando atrás somente do México e do Japão (Frenat e Júnior, 2024).

haitianas, e a cada ano eram transferidos para o Haiti entre 1,5 e 1,8 bilhão de dólares; entre 2005 e 2014, as remessas representaram entre 20 e 30% do PIB haitiano e, em 2016, o país recebeu desta fonte cerca de 2,4 bilhões de dólares. Estes valores não incluem as transferências informais. Pode-se dizer, então, que o Haiti tornou-se um grande fornecedor da mercadoria força de trabalho. Para Gaudemar (1977), o trabalho de imigrantes representa uma das estratégias de otimização da rentabilidade do capital, pois os trabalhadores nesta condição encontram-se em um triplo gueto - econômico, social e político:

> O estatuto político inferiorizante e a fraca qualificação dos imigrados permitem às empresas explorá-los ao máximo [...] mas a sua forte taxa de mobilidade traz igualmente aos capitalistas economias apreciáveis sobre as massas salariais: a rápida rotação de trabalhadores imigrados suprime todas as regalias de antiguidade e permite manter a fraca taxa salarial. Do mesmo modo, os trabalhadores imigrados, que tem uma taxa de actividade superior à média, contribuem para instituições sociais de que só raramente se beneficiam (doença, desemprego, velhice) (Gaudemar, 1977, p. 27).

A superexploração do trabalho de imigrantes haitianos é uma realidade em diversos países. Da população que permaneceu no Haiti, a maior parte vive nos centros urbanos (Banco Mundial, 2023 apud Frenat e Júnior, 2024) e mais de 90%[17] encontram-se na informalidade e dependem da "viração" e das remessas para sobreviver. Em Cabo Haitiano, considerada a capital do norte do país, esta informalidade pôde ser observada durante a realização da atividade de campo. Praticamente todo o comércio da cidade era realizado na rua, por vendedores ambulantes, barracas ou carrinhos de mão. O transporte de passageiros também era uma das principais atividades laborais, sendo realizado por pessoas físicas devido ao fato de não haver transporte público organizado pelo Estado, nem aplicativos como o da Uber.

Além da já citada SONAPI, foram instaladas outras duas zonas francas: a do Complexo Industrial de Caracol e a Companhia de Desenvolvimento Industrial de Ouanaminthe (CODEVI). Esta, visitada durante nossa atividade de campo, foi criada em 2003 por meio de uma parceria entre os governos haitiano/dominicano, organismos e bancos internacionais como a USAID, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (Jorge, 2014).

Conforme aferimos em campo, o setor administrativo e trabalhista fica localizado na cidade fronteiriça de Dajábon (República Dominicana) e é composto majoritariamente por dominicanos. As linhas de produção, por sua vez, se encontram em Ouanaminthe (Haiti), sendo operadas principalmente por haitianos. São feitos produtos têxteis de marcas estadunidenses consagradas, além de fardas militares e equipamentos médicos. Apesar de termos sido conduzidos para uma

[17] Os dados são de 2012 e encontram-se disponíveis na página da Organização Internacional do Trabalho. Outras publicações, como a do Observatório Laboral de Las Américas de 2021 trazem esta mesma referência. Pensamos que a atual situação do Haiti dificulta a aferição de dados mais recentes. Em campo realizado em Cabo Haitiano e outras cidades da região norte do país, pudemos observar que a informalidade era predominante entre as atividades laborais.

caminhada entre as instalações do complexo industrial, a entrada no interior das fábricas e o contato com os trabalhadores haitianos não foram permitidos. A implementação da zona franca em área fronteiriça é estratégica porque permite que a administração seja feita pela República Dominicana ao mesmo tempo em que as regras trabalhistas e a força de trabalho sejam haitianas, cuja disponibilidade é ampliada devido à escassez de trabalho formal no país. Desde a sua criação, já ocorreram greves devido aos baixos salários e ao excesso de trabalho. O pagamento nas fábricas da CODEVI é feito por produtividade[18], isto é, quanto mais se produz, mais se ganha. Além disso, são estabelecidas metas a serem alcançadas e fazer horas extras é prática comum.

Gaudemar (1977) analisa que o índice do grau de exploração ou a taxa de mais-valia é determinada por três fatores: a duração, o grau de intensidade, e o grau de produtividade do trabalho. Todos eles estão relacionados ao tempo/ritmo de trabalho e, segundo o autor, a extração de valor conduz à "utilização da elasticidade-mobilidade da força de trabalho quer seja no tempo empírico (mais-valia absoluta), quer no 'tempo' específico do ritmo do período de trabalho [...]" (p. 215). Ele acrescenta que

> A primeira forma pela qual se manifesta no tempo a mobilidade da força de trabalho é a extensão máxima da jornada de trabalho [...]. O segundo caso conduz à multiplicidade de actos patronais ilegais [...] São frequentemente pequenos desvios aos regulamentos, como a redução dos tempos de repouso ou das refeições [...] (Gaudemar, 1977, p. 218).

Há denúncias de trabalhadores sobre as condições de trabalho nas zonas francas. Segundo reportagem do Le Monde Diplomatique sobre uma greve na zona franca SONAPI, ocorrida em 2004, além da repressão violenta aos trabalhadores "a carga de trabalho foi aumentada. Cada trabalhador devia antes produzir mil peças por dia. Pede-se a eles agora 1300 por um salário de 35 euros por semana. 'Ninguém atinge esse objetivo e não ganhamos mais que o equivalente a 12 euros se não atingirmos'" (Lemoine, 2004). Jorge (2014, p. 108), ao entrevistar os trabalhadores das fábricas da CODEVI, aferiu que os salários variavam entre "963 e 1400 gourdes. Apenas um supervisor [...] ganhava 2000 gourdes para trabalhar de segunda a sábado. O salário de um mecânico haitiano era de 1500 gourdes semanais". Ele comenta que a maioria dos entrevistados se queixava que o salário não era suficiente para pagar os custos de vida. Em 2017, a INTERSINDICAL apurou que as três principais reivindicações dos trabalhadores das fábricas da SONAPI eram: o ajuste do salário mínimo de 350 para 800 gourdes por dia (de 5,5 para 12,6 dólares), além de subsídio para refeição, transporte e alimentação; acesso a serviços sociais; e que as cotas de produção não aumentassem com o aumento do salário.

[18] Esta informação nos foi dada por funcionário da CODEVI em entrevista realizada em campo.

Além da superexploração da força de trabalho haitiana nas maquilas, a construção dos complexos industriais ligados às zonas francas também envolveu processos de expropriação de camponeses. De acordo com Jorge (2014), para implementação da CODEVI foram afetados agricultores proprietários e ocupantes, sendo estes arrendatários e parceiros. Em ambos os casos, o cultivo era predominantemente para subsistência. O mesmo aconteceu em Caracol (idem). Nota-se, então, que o processo de expropriação segue em curso mobilizando, por meio de diferentes estratégias, a força de trabalho haitiana.

Considerações Finais

Ao longo deste texto percorremos mais de duzentos anos da história haitiana selecionando alguns exemplos de como a força de trabalho foi mobilizada no país e apresentando algumas estratégias utilizadas em diferentes épocas. Este longo recorte histórico, ao mesmo tempo em que nos permite uma mirada panorâmica, nos impede de aprofundar e analisar as nuances de cada período, sobretudo em um país complexo como o Haiti. No entanto, nosso intuito não foi o de esgotar a discussão, mas trazer elementos do processo histórico de mobilização do trabalho que contribuíssem para compreensão do Haiti contemporâneo. Pensamos, então, que os exemplos trazidos foram esclarecedores.

Durante o século XIX, o Código Rural foi o instrumento legal de mobilização da força de trabalho. Se para alguns estudiosos suas normativas pareciam incompatíveis com o que seria um trabalho livre, consideramos, a partir das reflexões de Gaudemar (1977), que esta lei era coerente com a liberdade de sujeição ao capital que se estabelece por meio da adaptabilidade promovida pela mobilidade. Assim, ela é essencialmente opressora. No entanto, a resistência da população, simbolizada pelo *lakou* e materializada pela ocupação coletiva da terra, impediu que tal processo se consolidasse, o que faz com que este seja considerado um período de transição.

A tentativa do Estado haitiano de manter os mecanismos coloniais de produção (exceto pela escravatura), embora pareça contraditória, é coerente, pois, para um Estado burguês, é necessário adaptar-se ao regime de acumulação, baseado na exploração do trabalho e nas trocas internacionais. A contradição que se apresenta, então, é o fato de a fundação desse Estado estar ligada a uma revolução de trabalhadores escravizados. O resultado foi o antagonismo entre Estado e nação, evidenciado nas reflexões de Trouillot (1990).

Na primeira metade do século XX, os mecanismos de mobilização da força de trabalho se diversificaram. A intervenção militar estadunidense foi um projeto civilizatório-modernizador que provocou transformações na sociedade haitiana como um todo, especialmente nos sistemas

tradicionais de cultivo. A pressão sobre o campesinato, promovida pela aquisição de terras por empresas estrangeiras e pela concorrência com a produção destas, sufocou a produção local. Como consequência, se criou um excedente de trabalhadores, os quais foram direcionados para outros países da região caribenha, ainda que a *plantation* não tenha de fato sido implementada. O resultado foi a piora do cenário econômico e aumento da dependência.

A partir da segunda metade do século XX, a liberalização econômica do Haiti promoveu uma concorrência desleal entre a produção local, que ainda resistia, e os produtos estrangeiros que começaram a entrar em grande volume no país. Restou a muitos produtores, então, a busca por trabalho assalariado nos complexos industriais transnacionais que se instalam nas zonas francas, a emigração, e a informalidade.

Com base na reflexão crítica apresentada, se pode dizer que a independência haitiana foi aparente, pois a dominação estrangeira do país ocorre, desde o princípio, pelo mecanismo da financeirização: começando com a dívida com o governo e os bancos franceses, e culminando na dívida externa ligada ao Fundo Monetário Internacional e ao Banco Mundial, além da dependência comercial, sobretudo em relação à França e aos Estados Unidos. Um dos pioneirismos do Haiti, fruto de seu "pecado original" (a revolução de escravizados), foi ter-se tornado, devido às violentas intervenções estrangeiras, um "laboratório de práticas neocoloniais e imperialistas" (Trouillot, 1990). Assim, as consequências destas práticas apresentam-se de maneira muito mais profunda neste país.

A monetarização da vida, por meio da mobilidade da força de trabalho e do assalariamento, acompanha a desmonetarização do Estado haitiano, o qual, ao perder sua principal fonte de arrecadação, proveniente dos trabalhadores rurais, e se inserir no mercado mundial de maneira extremamente desvantajosa, se vê sufocado pelo endividamento. Junto com o capital externo, vem as imposições econômicas e políticas que levaram este Estado a respirar por aparelhos. Os organismos de ajuda humanitária também contribuíram para a dissociação entre os serviços públicos e as instituições estatais, e ao longo do tempo, passaram a substituí-las. Soma-se a isto, o papel destes organismos internacionais no estrangulamento da produção agrícola local, como os exemplos da matança de porcos *criollos* e da distribuição de alimentos e sementes geneticamente modificadas bem ilustram. O assalariamento da população também é aparente, na medida em que a "viração" e as remessas estão entre as principais formas de acesso ao dinheiro. Em meio a tantas "aparências", o fato é que o Haiti é o reflexo dos mecanismos que regem a lógica capitalista na periferia mundial.

As reflexões deste texto não abordaram questões relacionadas ao atual estágio da reprodução do capital, caracterizado pela expulsão massiva de trabalho vivo do processo produtivo. Nesse contexto, em diversas partes do globo, a população supranumerária torna-se cada vez maior ao mesmo tempo em que deixa de ser "'a mais potente alavanca da acumulação [...]'"(Gaudemar, 1977, p. 284). Atualmente percebe-se em alguns países o endurecimento das políticas anti-imigração. A República Dominicana, por exemplo, que no início do século XX necessitava da força de trabalho haitiana e incentivava a entrada desses imigrantes no país, no presente momento, efetiva uma verdadeira caça a eles e a seus descendentes, promovendo violentas e arbitrárias prisões e deportações em massa. Esta crise do trabalho já é fortemente percebida nos países periféricos, mas também nos centrais. No Haiti, onde mais de 90% da população vive na informalidade, ela se apresenta de forma escancarada. Assim como Paulo Arantes (2023) trata do Brasil e da "fratura brasileira do mundo", nos indagamos se o Haiti poderia ser um espelho do futuro. Em outras palavras, o futuro seria a "haitianização" do mundo? Diante deste contexto, qual seria o papel da mobilidade da força de trabalho? Fica o convite ao debate.

Agradecimentos

A autoria agradece à Capes pelo financiamento da pesquisa que contribuiu para o desenvolvimento teórico deste texto e aos coordenadores do Projeto de Extensão sobre América Latina.

Referências

ARANTES, Paulo. **A fratura brasileira do mundo**: visões do laboratório brasileiro da mundialização. São Paulo: Ed. 34, 2023

BOECHAT, Cássio Arruda. Mobilidade do trabalho no Brasil. A recepção da obra de Jean-Paul de Gaudemar e uma perspectiva crítica para os estudos migratórios. **Simpósio Nacional de Geografia Urbana**. Espírito Santo, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/simpurb2019/article/view/26647. Acesso em: 20/12/2024.

CANETTIERI, Thiago. Ornitorrinco reloaded: uberização e virações contemporâneas na crise do capital. **Caderno CRH**, Salvador, v.36, p.1-20. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ccrh/a/68dqgt3tyQCWWjrrwWBDqNJ/?format=pdf&lang=pt . Acesso em: 01/09/2025.

CASIMIR, Jean. **Haiti**: acuérdate de 1804. Tradução de Betina Keizman. México: Siglo XXI, 2007.

DUBOIS, Laurent. **Haiti**: The aftershocks of history. New York: Picador, 2012.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Estampa, 1977.

FINAZZI, João Fernando. **Estados Unidos, forças armadas e polícia na construção do Haiti contemporâneo**. Tese de doutorado em relações internacionais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2022. Disponível em: https://tede.pucsp.br/handle/handle/27814 . Acesso em: 10/07/2024.

FRENAT, Faniel; JÚNIOR, Waldemar João Wesz. Liberalização do mercado no Haiti e seus efeitos sobre a produção do arroz. **Rev. NERA** | Presidente Prudente, SP | v. 27, n. 3 | e10409 | 2024. DOI: https://doi.org/10.47946/rnera.v27i3.10409 Disponível em: https://www.scielo.br/j/nera/a/4Jd7bMrFkS4mbKcvr7k9WSg/#:~:text=Os%20resultados%20apontam%20que%2C%20a,pa%C3%ADs%20sem%20nenhuma%20tarifa%20aduaneira. Acesso em: 17/03/2025

INTERSINDICAL. **Greve geral no Haiti**. Publicado em 23 de maio de 2017. Disponível em: https://www.intersindical.org.br/2017/05/23/greve-geral-no-haiti/ . Acesso em: 24/04/2025

JESUS, Alex Dias de; GOETTERT, Jones Dari. O Haiti e a alternativa migratória. **Entrelugar.** V. 12, n.24, 2021. pp. 18-48. DOI: https://doi.org/10.30612/rel.v12i24.15222. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/entre-lugar/article/view/15222 Acesso em: 02/03/2025.

JOHNSTON, Jake. **Aid state**. Elite panic, disaster capitalism, and the battle to control Haiti. New York: St. Martins Press, 2024.

JORGE, Otávio Calegari. **CODEMÒ**: escravos sem grilhões. Vida operária ao redor da zona franca CODEVI em Ouanaminthe, Haiti. Dissertação de Mestrado. Unicamp. 2014. Disponível em: https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/936281 . Acesso em: 16/04/2024

LEMOINE, Maurice. Os escravos do Bicentenário. **Le Monde Diplomatique**. Públicado em 01/09/2004. Disponível em: https://diplomatique.org.br/os-escravos-do-bicentenario/ . Acesso em: 24/04//2025.

Marx, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. São Paulo: Boitempo, 2013.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. https://ilostat.ilo.org/data/country-profiles/?ref_area=HTI Acesso em: 23/04//2025.

PEREIRA, Bethânia Santos. **Uma nação em construção**: trabalho livre e soberania no Código Rural haitiano (1826-1843). Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2020. Disponível em: https://repositorio.unicamp.br/Busca/Download?codigoArquivo=495532 . Acesso em: 18/09/2024

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Haiti**. State against nation. The origins and legacy of duvalierism. Monthly Review New York: Press, 1990.

ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS
SÃO PAULO

Boletim Paulista de Geografia

ISSN: 0006-6079 - e-ISSN: 2447-0945

Artigo

A trajetória da política industrial brasileira de 2003 a 2024: novo-desenvolvimentismo, ultraneoliberalismo e neoindustrialização

JOSÉ RENATO RIBEIRO
Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Rio Claro, São Paulo, Brasil.
joserenatorbr@gmail.com

ANA CLAUDIA GIANNINI BORGES
Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Jaboticabal, São Paulo, Brasil.
ana.giannini@unesp.br

N°: 115
Ano: 2026

RIBEIRO, José Renato. BORGES, Ana Claudia Giannini. A trajetória da política industrial brasileira de 2003 a 2024: novo-desenvolvimentismo, ultraneoliberalismo e neoindustrialização. **Boletim Paulista de Geografia**, v. 1, n. 115, p. 85–114, 2026. https://doi.org/10.61636/bpg.v1i115.3886

Recebido em: 03 de junho de 2025
Aceito para publicação em: 10 de fevereiro de 2026
Editor responsável: Igor Alencar

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.

A trajetória da política industrial brasileira de 2003 a 2024: novo-desenvolvimentismo, ultraneoliberalismo e neoindustrialização

Resumo

Este artigo objetiva analisar a trajetória das políticas industriais implantadas no período novo-desenvolvimentista (2003-2016), a ausência de políticas industriais no período ultra-neoliberal (2017-2022) e a retomada anunciada no governo Lula III. Para tanto, foram realizadas: (a) uma breve revisão bibliográfica sobre política industrial e desenvolvimento econômico, com base em trabalhos acadêmicos e em publicações oficiais do governo federal; e (b) a coleta de dados do Valor Adicionado Total junto à Confederação Nacional da Indústria. Durante o período novo-desenvolvimentista, as políticas industriais adotadas contribuíram para que o país retomasse a discussão sobre a importância da indústria para o desenvolvimento nacional. Infelizmente, devido a um conjunto de fatores internos e externos, o desempenho dessas políticas foi comprometido. No período seguinte, marcado por uma agenda conservadora e ultraneoliberal, a política industrial foi descartada do conjunto de ações do Estado. Reconhecendo a indústria como elemento essencial para o processo de mudança estrutural que é o desenvolvimento econômico nacional, a política industrial foi retomada a partir de 2023 com o anúncio da neoindustrialização. A política industrial e, todo o processo de desenvolvimento econômico e social, não é uma tarefa fácil de ser executada, devendo fazer parte de uma estratégia nacional que envolva investimentos em infraestrutura econômica, educacional, científico-tecnológica e que tenha apoio da sociedade civil organizada.

Palavras-chave: Desenvolvimento Econômico; Indústria de Transformação; Estado e desenvolvimento; Desindustrialização.

The trajectory of brazilian industrial policy from 2003 to 2024: new developmentalism, ultra-neoliberalism, and neo-industrialization

Abstract

This article analyzes the trajectory of industrial policies during the new-developmentalist period (2003–2016), the absence of such policies in the ultra-neoliberal period (2017–2022), and their announced revival under the Lula III administration. To this end, the study includes: (a) a brief literature review on industrial policy and economic development, based on academic works and official federal government publications; and (b) the collection of Total Value Added data from the National Confederation of Industry. During the new-developmentalist period, adopted industrial policies helped revive the national discussion on the importance of industry for development. However, due to a combination of internal and external factors, the effectiveness of these policies was limited. In the subsequent period, characterized by a conservative and ultra-neoliberal agenda, industrial policy was excluded from the state's set of actions. Recognizing industry as essential for the structural transformation underlying national economic development, industrial policy was reinstated from 2023 with the announcement of neo-industrialization. Implementing industrial policy—and managing the broader process of economic and social development—is challenging; it must be part of a national strategy involving investments in economic, educational, and scientific-technological infrastructure, supported by organized civil society.

Keywords: Economic Development; Manufacturing industry; State and development; Deindustrialization.

La trayectoria de la política industrial brasileña de 2003 a 2024: nuevo desarrollismo, ultraneoliberalismo y neoindustrialización.Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar la trayectoria de las políticas industriales implementadas durante el período nuevo-desarrollista (2003–2016), la ausencia de políticas industriales en el período ultraneoliberal (2017–2022) y su anunciada reanudación en el gobierno Lula III. Para ello, se realizaron: (a) una breve revisión bibliográfica sobre política industrial y desarrollo económico, basada en trabajos académicos y publicaciones oficiales del gobierno federal; y (b) la recopilación de datos del Valor Agregado Total junto a la Confederación Nacional de la Industria. Durante el período nuevo-desarrollista, las políticas industriales adoptadas contribuyeron a que el país retomara la discusión sobre la importancia de la industria para el desarrollo nacional. Lamentablemente, debido a un conjunto de factores internos y externos, el desempeño de estas políticas se vio comprometido. En el período siguiente, marcado por una agenda conservadora y ultraneoliberal, la política industrial fue descartada del conjunto de acciones del Estado. Reconociendo a la industria como un elemento esencial para el proceso de cambio estructural que implica el desarrollo económico nacional, la política industrial se retomó a partir de 2023 con el anuncio de la neoindustrialización. La política industrial, y todo el proceso de desarrollo económico y social, no es una tarea fácil de ejecutar; debe formar parte de una estrategia nacional que incluya inversiones en infraestructura económica, educativa y científico-tecnológica, y que cuente con el apoyo de la sociedad civil organizada.

Palabras-clave: Desarrollo económico; Industria manufacturera; Estado y desarrollo; Desindustrialización.

Introdução

O processo de industrialização brasileiro teve um grande impulso a partir de 1930, quando o Estado passa a intervir de forma mais direta. Por um período de 50 anos, os investimentos produtivos foram realizados, tendo como estratégia básica a política de substituição de importações (PSI) e a atração de empresas multinacionais. Em um primeiro momento, a política de industrialização focou com maior intensidade a indústria de bens de consumo não duráveis e, depois, bens de consumo duráveis, intermediários e de capital. Esse período de industrialização resultou em um parque produtivo relevante até os anos 1980. Nas décadas que completaram o século XX, o Estado reduziu drasticamente as iniciativas de apoio e fortalecimento da indústria, justamente em um momento de intensas mutações econômicas globais (Araújo, 2000; Fonseca; Salomão, 2017).

Ao final do século XX, a participação da indústria de transformação na composição do Valor Adicionado Total (VAT) apresenta tendência de declínio iniciada em meados da década de 1980. Em 1999, a indústria de transformação correspondia a 14,2% do VAT, ante 19,9% em 1947 e 35,9% em 1985 (CNI, 2025). Após um hiato de aproximadamente duas décadas, a necessidade de adoção de uma política industrial retorna ao debate nacional nos anos 2000 (Kupfer; Ferraz; Silveira, 2013) e se articula à problemática do desenvolvimento econômico nacional. O período de retomada é interrompido por uma fase de forte restrição nos gastos públicos e a adoção de reformas nos campos fiscal e social, afetando também o setor industrial que deixou de ter, por parte do Estado, uma política setorial definida. Esse

período é sucedido por um governo que, a partir de 2023, buscou retomar a adoção da política industrial (Bercovici, 2020; Bruno; Caffé, 2017; Moura; Guedes, 2023).

A partir do exposto, o objetivo do presente artigo é analisar a trajetória das políticas industriais implantadas no período novo-desenvolvimentista (2003-2016), a ausência de políticas industriais no período ultraneoliberal (2017-2022) e a retomada anunciada no início do governo Lula III. Para tal, a metodologia deste artigo consistiu em levantamento e sistematização de leituras, a fim de identificar a relação entre a política industrial e o desenvolvimento econômico e, com isso, analisar, como proposto, as políticas industriais implementadas no período. A pesquisa sobre os artigos foi feita no Google Acadêmico, em periódicos específicos da área da Geografia Econômica e da Economia Industrial, a partir das palavras-chave: política industrial; indústria; desenvolvimento econômico; reprimarização e neoindustrialização. Ademais, em relação as políticas industriais, foram analisadas as publicações oficiais do governo federal, no período de 2003 a 2024. Foram realizadas também coleta, sistematização e análise de dados secundários sobre a participação da indústria de transformação no Valor Adicionado Total (VAT), a partir da base de dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI, 2025)[1].

O artigo está organizado em seis seções. Além desta introdução, a segunda seção discute a definição de desenvolvimento socioeconômico e a importância da indústria; a terceira seção traz as políticas industriais no novo-desenvolvimentismo; a quarta seção discute a ausência de políticas industriais no período subsequente; a quinta seção trata-se da nova política industrial implementada em 2024; e, a sexta seção apresenta as considerações finais.

O desenvolvimento econômico e a opção pela indústria

Neste artigo, evoca-se a definição de desenvolvimento econômico enquanto um processo histórico de mudança estrutural que resulta no aumento de produtividade e na melhoria do bem-estar da população buscando maior "homogeneidade social", o que requer o estabelecimento de um conjunto de políticas econômicas e setoriais (Furtado, 1992), além da articulação e coordenação de um conjunto de atores e instituições.

Considera-se também que, o desenvolvimento econômico corresponde a um processo no qual há acumulação de capital associada ao aumento da produtividade e que resulta na elevação da renda *per capita* e na melhoria dos padrões de vida da população, o direcionamento da produção para os setores

[1] Os dados da CNI são apresentados à preços correntes e não à valores constantes, ou seja, não é considerada a correção da inflação (CNI, 2025).

que geram maior valor adicionado por trabalhador deveria configurar como um objetivo e, consequentemente, uma decisão política (Marconi, 2015).

Essa decisão política, por sua vez, não se dá ao acaso. Trata-se do resultado de um conjunto de relações complexas entre diferentes atores ou segmentos da sociedade permeados por políticas de compromissos. Nesse sentido, dois conceitos são importantes serem considerados: bloco no poder e convenção do desenvolvimento. O conceito de "bloco no poder", desenvolvido por Poulantzas (2000), considera o Estado enquanto uma relação social que expressa o resultado do conflito entre classes sociais opostas, com interesses políticos e econômicos antagônicos, bem como conflitos no interior de uma mesma classe. O conceito de "convenção do desenvolvimento", construído por Erber (2011), concebe a existência de um conjunto de regras e agendas, positivas e negativas, que surgem a partir da interação entre atores sociais em um determinado período. Ao considerar que a convenção reflete a distribuição de poder econômico e social na sociedade, pode-se associá-la, guardada as devidas especificidades, a ideia de bloco no poder. A convenção do desenvolvimento, nada mais é que a configuração do conjunto das políticas a partir de acordos resultantes da distribuição de poder econômico e político prevalecente na sociedade. Dessa forma, a opção pela indústria ou por determinados setores industriais é uma escolha do bloco no poder que sustenta o governo responsável pela administração da máquina estatal, ou seja, é uma decisão política.

Para Marconi (2015), para um efetivo processo de desenvolvimento econômico, é necessário que sejam realizadas ações que promovam a "sofisticação produtiva", artifício caracterizado pela reorientação da produção na direção de setores que geram maior valor adicionado por trabalho. Para Bresser-Pereira (2019), o termo "sofisticação produtiva" é uma expressão sinônima a de industrialização e mudança estrutural, ou seja, alterações ou transformações na estrutura da produção que resultem em maior produtividade em diversos setores. Essa mudança estrutural, ou sofisticação (podendo chamar também de complexificação) produtiva, permite o aumento no valor da produção industrial e mudanças importantes no mercado de trabalho.

A importância da indústria no processo de desenvolvimento econômico se deve às suas características produtivas e estruturais. Nesse sentido, Lamoso (2020) e Selingardi-Sampaio (2020) explicam que com o seu efeito multiplicador, devido aos encadeamentos para trás e para frente (montante e jusante), o potencial na promoção do avanço tecnológico e a capacidade na geração de emprego com maior qualificação e remuneração, a atividade industrial favorece a produção de bens com maior valor agregado, em comparação aos produtos básicos. Esse conjunto de fatores contribui para o adensamento produtivo, entendido como o fortalecimento e a ampliação dos encadeamentos produtivos

internos, com aumento do conteúdo tecnológico e do valor agregado da produção, o que também se reflete em impactos positivos sobre a balança comercial, por meio do crescimento das exportações (Morceiro; Guilhoto, 2020).

Dito isso, o elemento central desse processo é a sofisticação produtiva e a mudança estrutural, que só é possível quando existe um conjunto de ações coordenadas entre Estado, setor empresarial e instituições de pesquisa e desenvolvimento (P&D) viabilizadas por meio da implementação de políticas industriais. É importante considerar também a participação das entidades representativas dos trabalhadores na discussão e definição da política industrial.

Para Ferraz, Paula e Kupfer (2002, p. 322), a política industrial corresponde a um "[…] conjunto de incentivos e regulações associadas a ações públicas, que podem afetar a alocação inter e intrassetorial de recursos, influenciando a estrutura produtiva e patrimonial, a conduta e o desempenho dos agentes econômicos, em um determinado espaço nacional". Dessa forma, a política industrial deve resultar em alterações na estrutura produtiva da economia incrementando a produção e capacitação tecnológica em determinados setores, objetivando assim, a diversificação da economia. Além disso, o desenvolvimento de determinada política industrial deve se dar em bases competitivas, podendo eventualmente ser alvo de algum tipo de proteção temporária (protecionismo), mas é importante que o setor industrial contemplado pela política esteja exposto à competição internacional (Canêdo-Pinheiro, 2015).

Para Suzigan e Villela (1997, p. 16, tradução nossa) a política industrial é "[…] uma política voltada para indústrias específicas (e empresas fornecedoras de componentes) para alcançar os resultados que são percebidos pelo Estado como eficientes para a economia como um todo." Para detalhar os requisitos da política industrial, Suzigan e Furtado (2006) indicam três requisitos básicos que devem existir: (i) conjunto regulatório (normas, leis, regulamentações) que definam os objetivos da política; (ii) infraestrutura física, cientifica e educacional; (iii) instituições públicas (focadas na coordenação e execução das políticas industriais) e de entidades representativas das empresas e de outros grupos de interesse envolvidos.

Sobre o conjunto regulatório, os autores afirmam que é preciso que haja a articulação de instrumentos, normas e regulamentações que deem os contornos da estratégia industrial e que deva ser reconhecido pelos atores ou agentes envolvidos. Os mecanismos referem-se ao sistema de proteção, financiamento, promoção de exportações, incentivos fiscais, defesa da concorrência, lei de patentes, entre outros. Esse fator é considerado determinante para o sucesso ou fracasso da estratégia desenhada na política industrial.

Em relação à existência de infraestruturas, como as de ordem física (geração e distribuição de energia, vias de transporte e telecomunicação), ciência, tecnologia e inovação (universidade e institutos de pesquisa), educação e qualificação da força de trabalho (escolas técnicas, Sistema S e centros de profissionalização, além da educação básica), é determinante para a competitividade, principalmente, por dar suporte para o desenvolvimento de indústrias intensivas em conhecimento.

Quanto à organização institucional, essa deve favorecer a concorrência e a competitividade dos agentes. As instituições públicas coordenadoras e executoras devem ser articuladas, ágeis e norteadas pelos objetivos da política industrial, o que significa que as ações institucionais devem ser técnicas e administradas por burocratas da própria área. As entidades representativas das empresas e de outros grupos de interesse envolvidos são responsáveis pela interlocução na formulação e implementação da política entre o poder público e o setor privado. Sobre a modelo institucional, Kupfer, Ferraz e Marques (2013) salientam que essas organizações institucionais proporcionam a capacidade de melhorar e se adaptar às diversas situações econômicas que se concretizam ao longo do processo.

Outros dois elementos importantes apresentados por Suzigan e Furtado (2006; 2010) são o comando (ou liderança política) e a coordenação. Primeiramente, entende-se que a opção pela indústria, ou seja, a adoção de políticas industriais deve estar dentre as estratégias de desenvolvimento, perpassando assim o campo da política. Ademais, é importante que essa estratégia nacional deva ser comandada por uma liderança política incontestável, tais como cargos da administração direta do poder executivo, como ministro de Estado, o vice-presidente ou o próprio presidente da República. Suzigan e Furtado (2006, p. 168), ainda, ressaltam que "[...] isto colocaria a política industrial no vértice da política econômica, asseguraria a articulação das instituições executoras e possibilitaria melhor coordenação das ações".

Sobre a questão que envolve a coordenação, Suzigan e Furtado (2010) afirmam que ela está na essência da política industrial e que deve ser implementada *ex-ante*. O modelo normativo deve auxiliar ou criar um contexto institucional que dê "[…] conta dos fenômenos que caracterizam o mundo dinâmico da mudança tecnológica" (Suzigan; Furtado, 2010, p. 12). Além disso, não se trata de uma coordenação centralizada no Estado, mas sim de uma colaboração estratégica entre governo, empresas e entidades do setor privado tendo em vista objetivos e metas da política industrial. A coordenação pode demandar a criação de instituições específicas, com formato de órgãos colegiados, como instâncias consultivas, deliberativas e decisórias. Trata-se, assim, da criação de um sistema de governança entre os diferentes atores que compõem o setor.

Outro elemento importante está na inserção da economia nacional no sistema mundo, ou seja, o papel característico que a economia nacional ocupa na divisão internacional do trabalho (DIT). Nesse caso, Diegues (2021) chama a atenção para a forma como a economia interna está organizada estruturalmente e a sua relação com o mercado externo. Países cujo economias possuem inserção periférica na DIT, como ofertante de *commodities* e demandante de manufaturados, acabam tendendo a limitar os investimentos necessários para transformações estruturais industrializantes. Neste sentido, faz-se necessário a organização de uma política industrial capaz de reverter essa tendência, o que demandaria a capacidade de investimento do poder público e a existência de uma coalização ou, como citado anteriormente, convenção do desenvolvimento, favorável ao projeto industrializante.

Apresentada a definição e a importância das políticas industriais, a seguir são apresentadas das políticas industriais implementadas no período novo-desenvolvimentista.

As políticas industriais no novo-desenvolvimentismo

As décadas de 1980 e 1990 foram marcadas pela adoção de diferentes planos econômicos para combater o aumento da inflação. O último plano implementado, o Plano Real, em 1994, foi o responsável pela redução da inflação. Foram adotadas várias medidas, tais como: adoção de taxa de câmbio fixa (1 real correspondendo a 1 dólar) por curto período, para depois adotar o regime de bandas cambiais, em 1995; política de juros altos; abertura da economia (especialmente para a importação de produtos manufaturados); incentivo à exportação de produtos básicos (medida utilizada para obter o ajuste externo e que resultou na maior internacionalização da economia brasileira); e o programa de desestatização. É importante destacar que essas medidas, em graus distintos, prejudicaram a indústria nacional, inclusive a de bens de consumo (IEDI, 2000; Mantega, 2001).

Segundo Boito Jr e Berringer (2013), durante a década de 1990 (englobando nesse caso, os governos Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso), viu-se no Brasil a configuração de um bloco no poder neoliberal ortodoxo, sendo composto pela fração da burguesia bancária nacional aliada aos interesses do capital financeiro internacional, a alta classe média e os grandes proprietários de terra.

Esse período foi sucedido pelo que ficou conhecido por novo-desenvolvimentismo, período recente da história político-econômica do país que se estendeu de 2003 a 2015. Tratou de uma composição do bloco no poder caracterizada pela articulação de uma frente ampla, heterogênea e com fortes contradições internas que se reproduziu no conteúdo político, econômico e social ao longo dos 13 anos de governos do Partido dos Trabalhadores. Para Boito Jr e Berringer (2013), essa frente ampla foi

um pacto político policlassista, compondo um bloco no poder com frações da burguesia interna distribuídas por diferentes setores econômicos (indústria, mineração, construção civil e agropecuária), a baixa classe média, o operário urbano, o campesinato, os desempregados e os beneficiários de programas sociais.

Tem-se, então, a caracterização da sustentação política e social do governo, o bloco no poder que, posteriormente, viria a se fragmentar, levando-se ao fim do novo-desenvolvimentismo em 2016. Os governos novo-desenvolvimentistas procuraram promover o crescimento econômico do capitalismo brasileiro, mantendo as amarras do modelo econômico neoliberal, pautado pelo tripé-macroeconômico (câmbio flutuante, metas fiscais de superávit primário e metas de inflação).

Como política econômica e social, os governos optaram por instrumentos que estavam ausentes nas administrações da década de 1990. No primeiro e no segundo governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010), conforme Bielschowsky (2012), Boito Jr. e Berringer (2013) e Lamoso (2012), pode-se elencar: (i) políticas de recuperação do salário mínimo e de transferência de renda que resultaram no aumento do poder aquisitivo das camadas mais pobres (expansão do consumo); (ii) aumento vertiginoso no orçamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) para o apoio financeiro às empresas nacionais (política dos campeões nacionais); (iii) política externa sul-sul e voltada ao apoio às grandes empresas brasileiras; (iv) política econômica anticíclica.

O governo seguinte, da presidenta Dilma Rousseff, manteve as iniciativas assertivas e realizou algumas mudanças na política macroeconômica, objetivando apoiar o investimento produtivo e favorecer a produção nacional. Para tanto, foram realizadas mudanças na política de juro e cambial, reduzindo a taxa básica de juro, o *spread* bancário, além de intervir para desvalorizar o Real (Singer, 2015).

O período novo-desenvolvimentista resgatou o debate industrial e das ações do Estado em prol do desenvolvimento econômico. Esse redirecionamento das atribuições do Estado e a retomada de políticas industriais demonstram, de um lado, o papel ativo do Estado que pode ser visto com desconfiança (intervencionismo exagerado ou gigantismo) e, de outro, a limitação dos investimentos privados. Para Mazzucato (2014), essa limitação dos investimentos de ordem privada não se devem a ausência de recursos, mas a “falta de coragem” dos empresários. Na ausência do setor privado, o Estado assumiu a responsabilidade de investir diretamente ou tornar determinados setores mais atrativo aos investimentos privados.

No período, foram implementadas três políticas voltadas para a indústria. Nos governos do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010) tem-se a Política Industrial, Tecnológica e de

Comércio Exterior (PITCE) e a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP). No governo da presidenta Dilma Rousseff foi implementado o Plano Brasil Maior (PBM). Essas políticas estão mais detalhadas nas subseções a seguir.

Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)

Como visto na seção anterior, na busca por combater efetivamente o aumento da inflação, o governo FHC implementou um conjunto de medidas que, para além de controlar a inflação, resultou na fragilização do setor industrial. Com o projeto neoliberal implementado durante o governo FHC a indústria de transformação brasileiro foi fortemente enfraquecida. Em 1995, a indústria de transformação correspondia a 16,8% do VAT, percentual que atinge 13,8% em 1998, recuperando em 2002 para 14,5% (CNI, 2025). Em 2004, em meio a um ambiente macroeconômico hostil, foi lançada a primeira ação industrial do governo Lula, a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE).

Essa tinha como objetivo promover o fortalecimento e a expansão da base industrial nacional por meio da melhoria da capacidade inovadora das empresas. Para tal, buscava o fortalecimento do arcabouço institucional por meio da criação de agências e da modernização da legislação, promovendo o aumento da eficiência da estrutura produtiva de setores específicos e estratégicos, da capacidade de inovação das empresas brasileiras e das exportações (Brasil, 2003; Kupfer; Ferraz; Marques, 2013).

Estruturada em um conjunto de 57 medidas distribuídas em 11 programas de política, a PITCE articulava três planos de ação:

> 1) Linhas de ação horizontais (inovação e desenvolvimento tecnológico; inserção externa; modernização industrial; ambiente institucional/aumento da capacidade produtiva); 2) Opções estratégicas (semicondutores, software, bens de capital e fármacos); 3) Atividades portadoras de futuro (biotecnologia, nanotecnologia, biomassa/energias renováveis) (Cano; Silva, 2010, p. 7).

Esses planos seriam a base para uma maior inserção do país no comércio internacional, estimulando os setores onde o país teria maior capacidade ou necessidade de desenvolver vantagens competitivas, bem como setores mais dinâmicos que propiciam os fluxos de trocas internacionais mais intensos.

Um dos principais desafios da PITCE foi justamente as bases da política macroeconômica herdadas do governo anterior, ou seja, o tripé macroeconômico. Para Laplane e Sarti (2006), diante de uma política macroeconômica de pilares neoliberais, mesmo uma política industrial com estratégias objetivas não seria capaz de retomar um efetivo desenvolvimento industrial. Para Cano e Silva (2010), um gargalo encontrado foi a incompatibilidade das duas versões da PITCE, a versão oficial do governo presente nos documentos

e discursos oficiais (política explícita) e a versão que se revela nas opções concretas adotadas pelo próprio governo (política implícita).

De acordo com Laplane e Sarti (2006) e Cano e Silva (2010), apesar dos problemas apresentados, a PITCE, como retomada das políticas industriais, apresentou avanços importantes para a indústria, por exemplo, com a criação do Programa Finame de Modernização da Indústria Nacional e dos Serviços de Saúde (Modermaq). O Finame, com recursos do BNDES, tinha como objetivo o financiamento para a aquisição de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional, com vistas à dinamização do setor de bens de capital e à modernização geral da indústria e do setor de saúde. Além do Modermaq, foram adotadas: políticas de desoneração ao investimento, à produção e às exportações (as alíquotas de Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI para bens de capital foram zeradas); o estabelecimento de isonomia tributária entre produtos importados e produzidos no país; e a cobrança da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) aos produtos importados.

Além desses ganhos, foi no contexto de implementação da PITCE que o governo federal, junto ao setor privado, criou por meio da Lei nº 11.080/2004 a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), com a responsabilidade de promover a execução da política industrial, em consonância com as políticas de ciência, tecnologia, inovação e de comércio exterior que seriam adotadas (Brasil, 2004). Na mesma Lei, de acordo com Kupfer, Ferraz e Marques (2013), foi criado também o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), uma estrutura política tripartite envolvendo governo, setor empresarial e trabalhadores que funcionam como um conselho consultivo.

Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP)

Em maio de 2008, outra política industrial é lançada pelo governo federal, a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP). Diferentemente de sua antecessora, a PDP foi apresentada tendo como base um contexto internacional que até então era de crescimento econômico, resultado do boom das *commodities* e da obtenção de consideráveis reservas internacionais. No entanto, em setembro de 2008, com a eclosão da crise econômica global, cujo estopim, foi a crise do subprime iniciada ainda em 2007 nos Estados Unidos, o cenário internacional, transformou-se em um contexto internacional de crise e recessão econômica, sobretudo nas economias centrais (Coutinho, 2014;Evans, 2011; Kupfer, Ferraz; Marques, 2013).

A PDP objetivava o fortalecimento da economia brasileira, a sustentação do crescimento e o incentivo à exportação. Mais abrangente que a PITCE, a PDP buscou definir objetivos e estabelecer metas

mais claras, fortalecer a coordenação entre diferentes instituições do governo e o diálogo com o setor privado.

Para a PDP, de acordo com Brasil (2008), foram organizados três grupos de programas, com os seguintes objetivos: (i) consolidar e expandir a liderança, voltados para as indústrias de aeronáutica, petróleo, gás e petroquímica, bioetanol, mineração, celulose e papel, siderurgia, e carnes; (ii) fortalecer a competitividade, contemplando o complexo automotivo, bens de capital, indústria naval e cabotagem, têxtil e confecções, couro, calçados e artefatos, madeira e móveis, agroindústrias, construção civil, complexo de serviços, higiene, perfumaria e cosméticos e plásticos; e (iii) atender o complexo industrial da saúde, tecnologias de informação e comunicação, energia nuclear, nanotecnologia, biotecnologia e complexo industrial de defesa.

Além dos programas, a PDP continha o item Destaques estratégicos (Brasil, 2008), no qual eram apresentadas as estratégias voltadas ao comércio exterior e que, a partir de uma reorientação da política externa, seriam necessárias para atender a: promoção das exportações; regionalização; micro e pequenas empresas; produção sustentável; integração com a África; integração produtiva da América Latina e Caribe.

Sem dúvida, os principais resultados da PDP estão nos Programas para consolidar e expandir a liderança. Com esses programas, empresas brasileiras se consolidaram como multinacionais na produção de carne bovina, aves, papel e celulose e petroquímica. Outro resultado foi a redução do custo para apoio à inovação (Finep) para setores de siderurgia, petróleo, gás natural, bioetanol, celulose e o complexo aeronáutico. Por fim, é importante destacar o protagonismo do BNDES que desembolsou cifras consideráveis para o setor industrial e beneficiou as empresas que, mais tarde, seriam chamadas de campeãs nacionais.

Assim como a PITCE, a PDP enfrentou problemas durante a sua efetividade, devido aos efeitos da crise econômica deflagrada em 2008 nos Estados Unidos e que se espalhou pelo mundo. Conforme Kupfer, Ferraz e Marques (2013), a PDP que originalmente foi apresentada com foco no investimento e na inovação, devido ao contexto econômico internacional caracterizado pela crise financeira de 2008, acabou tendo um papel anticíclico que se mostrou fundamental no combate aos efeitos da crise.

A crise, considerada “marolinha” pelo então Presidente da República, teve os resultados amenizados graças às políticas expansionistas, mas, ainda assim, repercutiu negativamente na capacidade produtiva da indústria nacional. O governo, mesmo criando linhas de financiamento mais atrativas para a aquisição de bens de capital, bem como outras ações que alteravam a PDP, não conseguiu garantir que a

taxa de investimento atingisse a meta esperada (21%), fechando o ano de 2009 em 16,7% do Produto Interno Bruto (PIB). Além disso, as medidas anunciadas tiveram reflexo na manutenção do mercado interno, apesar de não diretamente na recuperação do investimento, fazendo com que o Brasil perdesse participação nos mercados externos para a China.

> A crise internacional, além dos efeitos negativos sobre as decisões de investimento, derrubou as exportações brasileiras, com implicações diretas sobre o nível de atividade econômica. Neste contexto de acirramento da concorrência por mercados externos, os chineses vêm conquistando parcelas crescentes de mercados brasileiros, aprofundando um processo que teve início nos anos 1990. Um balanço da competição entre China e Brasil em 11 mercados ou blocos confirma que a posição brasileira vem sofrendo progressiva deterioração desde a década passada. Na disputa pela venda de produtos similares, o Brasil teve, segundo dados da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), um ganho de US$ 13,6 bilhões entre 1995 e 2008, enquanto a China obteve um aumento de US$ 512,5 bilhões (Cano; Silva, 2010, p. 17).

Dessa forma, de acordo com Cano e Silva (2010) e Kupfer, Ferraz e Marques (2013), a política industrial vigente acabou sendo prejudicada pelos efeitos da crise internacional e, na competição com a produção chinesa, a indústria nacional registrou perda de mercado (nacional e o regional). Na tentativa de reverter esse cenário, foi proposto o Plano Brasil Maior (PBM), no primeiro ano do mandato da nova presidência da república, sob o comando de Dilma Rousseff.

Plano Brasil Maior (PBM)

Com o objetivo de manter o crescimento, o governo da presidenta Dilma estabelece uma nova política macroeconômica, denominada Nova Matriz Econômica (NME), que, praticamente, seria a base para a política industrial adotada pelo governo, o Plano Brasil Maior. Em 2011, a participação da indústria de transformação no VAT foi de 13,9% (CNI, 2025). A NME tem como fundamento os interesses manifestados pelo setor industrial nacional, liderados pela principal entidade industrial do país, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), e as duas principais centrais sindicais - a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Força Sindical. Elas apresentaram conjuntamente, em artigo publicado no jornal Folha de São Paulo, o texto intitulado “Um acordo pela indústria brasileira”, no qual tornavam público um conjunto de propostas à presidência da República (Singer, 2015).

Buscando atender a demanda da indústria, a política industrial Plano Brasil Maior (PBM), lançada em 2011, tinha como foco o estímulo à inovação e à produção nacional para alavancar a competitividade da indústria nos mercados (interno e externo) a partir de uma política pautada em desonerações tributárias. São adotadas ações para a modernização e a capacitação tecnológica das empresas nacionais, além de atribuir ao Estado forte protagonismo no processo de desenvolvimento, assumindo o papel de indutor, orientador, regulador e fomentador do processo (Brasil, 2011).

De forma mais detalhada, Kupfer, Ferraz e Marques (2013) explanam os princípios norteadoras da PBM: (i) capacitação das empresas brasileiras para fortalecer a atuação em setores nos quais a inovação tecnológica tem papel fundamental; (ii) elevação da produtividade e a atualização tecnológica ao longo das cadeias de valor por meio da substituição de produtos nacionais por importados, especialmente, nas atividades industriais intensivas em mão de obra e de insumos, peças e componentes em negócios intensivos em engenharia; (iii) ampliação dos mercados interno e externo para as empresas brasileiras, com objetivo de inverter a especialização em produtos primários; e (iv) promoção da garantia de um crescimento socialmente inclusivo e ambientalmente sustentável.

Organizados em quatro grupos os setores industriais do PBM extrapolam as atividades vinculadas diretamente com a indústria de transformação e promotora de inovação. O grupo I envolve setores com maior capacidade de transformação da estrutura produtiva, com capacidade de disseminar a inovação pela economia (mecânica, eletroeletrônica e indústrias da saúde, óleo e gás, automotivo, aeronáutica e defesa, bens de capital e tecnologia da informação e comunicação (TIC). O grupo II abrange a indústria intensiva em escala, especificamente, as atividades mais representativas da pauta de exportações do país que são de químico-petroquímico, bioetanol e energias renováveis, artigos de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos, mineração, metalurgia e papel e celulose. No grupo III estão as indústrias intensivas em trabalho e que concentram grande parte das pequenas e médias empresas brasileiras, como a indústria calçadista, têxtil e de confecções. Já o grupo IV envolve o agronegócio, setor que engloba fatia importante da pauta de exportações nacionais e que tem papel essencial na geopolítica devido aos problemas de segurança alimentar e biocombustíveis. Por fim, no grupo V estão todas as atividades envolvidas no setor de serviços e comércio, como o comércio atacadista e varejista, logística e serviços empresariais. (Brasil, 2011; Kupfer; Ferraz; Marques, 2013).

Assim como a PDP, a PBM enfrentou um contexto econômico interno e externo complexo, isso porque a economia brasileira começou a registrar uma tendência de desaceleração repercutindo na dinâmica industrial nacional. Buscando reverter essa situação, a PBM agiu na proteção do mercado interno dispondo de um conjunto de medidas para a redução de custos, por meio de: redução das taxas de juros para aquisição de bens de capital; desoneração da folha de pagamento; investimentos e exportações; e redução da conta de energia. No caso dos investimentos, esses foram em infraestrutura especificamente nas áreas de mobilidade urbana, rodovias, ferrovias, portos e aeroportos, energia (Kupfer; Ferraz; Marques, 2013).

A desoneração tributária é um elemento que deve ser enfatizado. Uma prática adotada em 2008, como forma de atenuar os efeitos negativos da crise financeira global e voltada para poucos setores

industriais (basicamente isenção de IPI para a compra de automóveis e outros bens de consumo duráveis), passou a ser uma política estendida a vários setores, assumindo uma posição central na política econômica. De forma mais enfática, o governo Dilma abandona a agenda vitoriosa deixada pelo seu antecessor (crescimento induzido pelo *boom* de consumo das famílias e o poder multiplicador de renda emanado dos investimentos públicos) e adota as desonerações fiscais, que passam a ser generalizadas para quase a totalidade do aparato produtivo.

De modo geral, as políticas industriais adotadas (PITCE, PDP e PBM) foram importantes, mas insuficientes para promover a agregação de valor e a inovação dos setores selecionados, sendo possível verificar no período o avanço da desindustrialização (Casseb; Mello, 2016) e da reprimarização (Lamoso, 2020). Importante ressaltar que o debate sobre a existência de desindustrialização na economia brasileira não é consensual, pois, as causas e os efeitos são distintos considerando a formação socioespacial em questão[2].

De acordo com Diegues (2021), as limitações da contribuição da indústria ao desenvolvimento brasileiro nos governos Lula e Dilma, mesmo com a adoção das políticas industriais explícitas, se devem a um conjunto de fatores. Conforme o autor, os fatores foram: o processo de regressão estrutural principalmente em setores com maior complexidade produtiva e tecnológica, não resultando em um processo de mudança estrutural em direção a atividades com maior produtividade; a baixa participação da indústria de transformação no crescimento da remuneração média da economia, o que foi promovido pelos setores intensivos em recursos naturais e em trabalho; e a tendência de deterioração do grau de sofisticação das exportações em relação às importações (deterioração do termos de troca).

Soma-se, a esses fatores, o avanço da economia chinesa que foi positiva para o setor exportador de *commodities* e a elevação das reservas internacionais, mas nociva para a indústria de transformação nacional (independentemente do nível tecnológico empregado). Além disso, destaca-se a complexa correlação de forças políticas que sustentavam o governo e a fragilidade do contexto institucional como elementos relevantes para entender os desafios enfrentados pelas políticas industriais.

[2] Sobre a existência ou não de desindustrialização, Pereira Júnior (2019) identificou três pontos interpretativos sobre o tema, sendo eles: a verificação da participação do setor industrial na economia nacional, o aumento das importações e diminuição das exportações de manufaturados e a queda constante da participação da indústria no emprego total. Outra contribuição importante é a de Lamoso (2013) que busca analisar a dinâmica industrial brasileira a partir do processo de formação socioespacial e como diferentes porções do território nacional estão inseridos nesse processo.

A ausência de Política Industrial após o novo-desenvolvimentismo

Com a interrupção do segundo governo Dilma Rousseff, por meio do golpe parlamentar de 2016, tem-se a configuração de um novo bloco no poder. De acordo com a análise de Bruno e Caffé (2017), com a ascensão do governo Temer é iniciado um período caracterizado pela captura total do Estado pelos interesses da alta finança (representantes do mercado bancário-financeiro estão em postos estratégicos e de liderança do Estado) e busca de novos espaços de revalorização mercantil (redução da oferta de serviços públicos fundamentais à população, para criar e ampliar nichos de mercado de interesse do setor privado).

Enquanto governo "interino" (devido ao afastamento de 180 dias exigido no processo de impeachment e que culminaria no golpe de 2016), a gestão do presidente Temer levou a cabo as propostas apresentadas no documento "Uma ponte para o futuro"[3]. Nesse documento, foram apresentadas as propostas para a condução da política econômica, readequação das leis trabalhistas e revisão da forma de inserção do país no regime internacional. O documento apresentado continha uma agenda totalmente oposta ao programa proposto por Dilma Rousseff nas eleições de 2014. Esse documento foi o norteador da política adotada pelo governo de Michel Temer.

Durante a gestão Temer, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior passou a ser o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Apesar de possuir um ministério voltado para a indústria, o governo focou na adoção de reformas nos campos fiscal (aprovação do teto de gastos) e social (reforma trabalhista), deixando de lado a implantação de uma política industrial. Os dados referentes ao período do governo Temer demonstram a manutenção da tendencia de redução da participação da indústria de transformação no VAT. Em 2016 a participação foi de 12,5%, reduzindo para 12,3% em 2017 e 12,3% em 2018 (CNI, 2025).

Ao analisar as políticas econômica e social de 2003 a 2018, Prates, Fritz e Paula (2020) afirmam que o governo Temer representou a implementação integral de uma plataforma neoliberal liderada por uma "renovada frente única burguesa" que pressionou a presidenta Dilma Rousseff ao longo de seu governo. A implementação dessa plataforma resultou na adoção da orientação ortodoxa e liberal nas políticas econômica e social.

> O compromisso com os três pilares do tripé macroeconômico foi reforçado e nas demais áreas o denominador comum foi a redução do papel do estado: corte dos investimentos públicos e dos gastos sociais, flexibilização das relações de trabalho, retomada das privatizações, redução dos

[3] Trata-se de um material elaborado em outubro de 2015 pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), por meio da Fundação Ulysses Guimarães, instituição de direito privado vinculada ao partido.

> empréstimos do BNDES e desmontagem dos instrumentos de política industrial (Prates; Fritz; Paula, 2020, p. 263).

Após o governo Temer, tem-se o governo do presidente Jair Bolsonaro. A estrutura da administração direta do poder executivo durante esse governo apresentou diferenças importantes. Foi criado o Ministério da Economia reunindo três ministérios presentes na administração federal desde a década de 1990, sendo eles: Fazenda; Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; e Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Essa aglutinação foi realizada por dois motivos: redução no conjunto de ministérios a fim de atender o discurso de "enxugamento" da estrutura do governo e a criação de um ministério "forte" e "eficaz".

Ao concentrar funções distintas em um mesmo ministério, centralizou o poder e reduziu a capacidade de gestão. Apesar de aglutinar três ministérios, o Ministério da Economia acabou sendo, na realidade, um grande Ministério da Fazenda, deixando a questão do planejamento e gestão do orçamento e o desenvolvimento industrial à margem. Soma-se a isso outra questão importante. Se por um lado houve a redução de ministérios, por outro, criaram-se secretarias especiais para tratar dos assuntos então absorvidos, ou seja, complexificou e burocratizou a hierarquia do ministério. Adotando a indústria como exemplo, foi criada a Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade (SEPEC)[4] que absorveu em sua estrutura a Secretaria de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação (SDIC), hierarquizando e burocratizando o processo decisório (Brasil, 2019; Cristina, 2022, Konchinski, 2022; Máximo, 2019).

Durante o governo Bolsonaro, a agenda liberal do governo anterior foi intensificada (Ferreira, 2021). Para Stumm (2020), o governo Bolsonaro não apresentou uma política industrial explícita, o que não significa que haja ausência de ações para o setor. Segundo a autora, diferente do período novo-desenvolvimentista marcado pela forte atuação do Estado na promoção do desenvolvimento da indústria, no governo em questão, adotou-se uma estratégia liberal pautada na agressiva abertura comercial por meio de um conjunto variado de medidas. Dentre as mudanças realizadas no período, destacam-se: a Adesão ao Acordo de Compras Governamentais; o início do processo de ingresso na OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico); a renúncia do *status* de país em desenvolvimento; a assinatura do Acordo Mercosul-União Europeia; e o redirecionamento do BNDES.

No caso da Adesão ao Acordo de Compras Governamentais, trata-se de uma medida para garantir a isonomia de tratamento entre empresas nacionais e estrangeiras em licitações públicas nas áreas de

[4] A SEPEC foi instituída com a Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019. Sua nomenclatura foi alterada por meio da Lei nº 14.261, de 16 de dezembro de 2021, que criou o Ministério do Trabalho e Previdência, para Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade (SEPEC) (Brasil, 2019).

bens, serviços e infraestrutura. Essa proposta foi recebida com preocupação pela principal entidade representativa da indústria nacional, a Confederação Nacional da Indústria, como pode ser observado no documento “Negociações para acessão do Brasil ao Acordo da OMC em Compras Governamentais: posição da Indústria”, publicado pela entidade em 2021 (CNI, 2021).

A proposta de entrada na OCDE, anunciada em 2017 durante o governo Temer, foi considerada uma prioridade do governo Bolsonaro. Para a entrada do Brasil na organização, foi demandado o cumprimento de um conjunto de adequações, tais como a adoção de medidas de abertura comercial, o equilíbrio nas contas públicas e a adoção de boas práticas de administração. A partir disso, o país perderia autonomia para a construção e definição de um projeto nacional de desenvolvimento industrial, uma vez que, deveria aderir e atender medidas pré-determinadas pelos demais membros da organização (Bercovici, 2020). Ademais, sofreria influência dos países centrais do capitalismo, especialmente dos Estados Unidos e das principais economias europeias, âmbito geopolítico.

Essa influência dos países centrais pode ser observada, por exemplo, no pedido de renúncia do *status* de país em desenvolvimento feito pelo Brasil junto à Organização Mundial do Comércio (OMC). Esse pedido foi uma imposição dos Estados Unidos durante o governo Trump como uma espécie de contrapartida para o apoio do ingresso do Brasil na OCDE (Agência Senado, 2019). Caso essa renúncia fosse concretizada, o Brasil passaria a negociar suas mercadorias em condições de igualdade com as economias centrais.

Quanto ao Acordo Mercosul-União Europeia, trata-se de uma negociação iniciada na década de 1990, tendo sido assinado em janeiro de 2026[5], já no governo Lula III. O acordo objetiva, no prazo de 15 anos, reduzir tarifas comerciais e adoção de medidas regulatórias, administrativas e sanitárias entre os signatários. O problema desse acordo, bem como o anterior, está na desigualdade de condições entre as economias envolvidas, sendo as economias europeias caracterizadas por maior complexidade econômica, especialmente, quanto à superioridade tecnológica, enquanto as economias sul-americanas apresentam características semiperiféricas (Brasil e Argentina) e periféricas (demais membros do Mercosul) (Batista Jr, 2023). No entanto, é importante ressaltar que o acordo tem encontrado resistência por governos de alguns países europeus, como na França, Polônia, Hungria, Áustria e Irlanda, que criticam a abertura do mercado do bloco ao setor agrícola do Mercosul, pois os produtores rurais de muitos países europeus contam com grandes subsídios agrícolas para manter a sua produção competitiva e, dentre as

[5] Embora tenha sido assinado por representantes dos governos países membros do Mercosul e da União Europeia, o acordo ainda precisa ser aprovado pelo poder legislativo de cada um dos países membros. O que está em implementação é um acordo provisório até que o processo de aprovação seja concluído.

reinvindicações dos países do Mercosul é, justamente, a redução dos subsídios agrícolas mantidos pelos governos europeus (Batista Jr, 2023).

Para Bercovici (2020), o governo Bolsonaro manteve a política instaurada durante o governo Temer, sustentada por uma política de comércio exterior que "cria amarras" em tratados e acordos internacionais que impedem a retomada de qualquer política industrial no Brasil. Segundo o autor, há no período em questão (2016-2020, ano da publicação) uma política de desarticulação do Estado nacional, marcada pela inviabilização do exercício de sua soberania.

Outra medida adotada no período, que fortalece o argumento de desarticulação do papel estratégico do Estado no desenvolvimento industrial, foi o redirecionamento dos recursos do BNDES. Primeiro observa-se que houve uma redução dos desembolsos (redução do crédito) da instituição para o financiamento de setores econômicos, dentre eles a indústria. Ao mesmo tempo, em que o banco passou a ser um instrumento voltado para o processo de concessões, privatizações e outras formas de desestatização apresentadas, por meio do Programa de Parcerias para Investimentos (PPI) (Evangelista, 2023).

Sobre a redução dos desembolsos, Araújo (2024) afirma que o que houve foi um processo de desmonte do BNDES, iniciado no governo Temer e intensificado no governo Bolsonaro. Esse desmonte foi realizado por meio da devolução antecipada dos empréstimos feitos pelo Banco ao Tesouro Nacional. Segundo o autor, diante de um cenário de estagnação econômica, os recursos do banco estavam ociosos, situação que permitiu o diagnóstico de que seria possível antecipar a devolução dos empréstimos.

Soma-se a isso, a mudança na política de juros adotada pela instituição. De 1996 à 2017, o BNDES aplicou a chamada Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), instituída em 1996, com o objetivo de fomentar os investimentos do setor privado (Banco Central do Brasil, 1994; Brasil, 1996). Por meio da TJLP, os juros cobrados nos empréstimos concedidos pelo banco aos clientes eram menores quando comparados aos juros cobrados pelos bancos privados. Essa política foi alterada em 2017, quando o governo Temer, alegando a necessidade de reduzir os subsídios concedidos em financiamentos do BNDES, substituiu a TJLP pela Taxa de Longo Prazo (TLP) que, basicamente, aplicava juros mais altos nos empréstimos realizados pelo banco. Dessa forma, a devolução antecipada dos empréstimos e a mudança na política de juros resultaram na redução dos desembolsos do banco destinado ao investimento (Brasil, 2017; Torres Filho, 2017; Araújo, 2024).

O desmonte de um instrumento estratégico para o desenvolvimento econômico e social como o BNDES tem impacto em toda a estrutura produtiva, pois, ao reduzir a capacidade de produção da indústria

nacional, amplia o espaço para a importação dos mesmos produtos e equipamentos, repercutindo na redução do emprego formal. Essa situação coloca em xeque a própria função política, social e econômica de um banco voltado ao processo de desenvolvimento. O processo observado no banco se soma à outras ações de enfraquecimento da estrutura ou da capacidade de promoção do desenvolvimento nacional, como a redução nos investimentos nas universidades públicas federais e outras instituições de pesquisa (Santos; Musse; Catani, 2020), a tentativa de desmontagem e desnacionalização da Embraer (Ferreira, 2021) e a destruição da capacidade de processamento da indústria de fertilizantes controlada pela Petrobrás (Barbosa, 2020). Nesse sentido, concorda-se com Evangelista (2023) que afirma não haver a possibilidade de atingir o desenvolvimento econômico e social sem a atuação planejada do Estado, o que perpassa, obrigatoriamente, por decisão política. O desmonte é uma decisão política.

A retomada da Política Industrial

O governo Bolsonaro foi sucedido pelo terceiro mandato do governo Lula, caracterizado por uma composição político-partidária ampla e heterogênea, reunindo inclusive figuras políticas que no passado apoiaram o golpe no governo Dilma Rousseff. A configuração dessa composição ampla e heterogênea interrompeu o período marcado pelos ataques à democracia brasileira capitaneado pelo governo Bolsonaro (Nobre, 2020; Corazza, 2023).

Com o slogan “União e Reconstrução”, o novo governo federal é reorganizado. Alguns ministérios foram criados e outros foram desmembrados. Destaca-se a extinção do Ministério da Economia, cujas atribuições foram redistribuídas entre quatro novos ministérios: Fazenda; Planejamento e Orçamento; Gestão e Inovação dos Serviços Públicos; e Desenvolvimento, Indústria e Comércio e Serviços (MDIC). (Brasil, 2023).

Diferente dos demais governos analisados neste artigo, a pessoa nomeada para comandar o MDIC foi o então vice-presidente da República, Geraldo Alckmin (Partido Socialista Brasileiro - PSB). Nos governos Lula (I e II), Dilma e Temer, o ministério era comandado por empresários ou políticos conhecidos. No governo Bolsonaro, como tratado anteriormente, o ministério foi inserido em outro ministério, ou seja, a pauta industrial deixou de estar, inclusive, na administração direta do poder executivo.

Outro marco importante foi a reativação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), por meio do Decreto nº 11.482/2023 (Brasil, 2023). Segundo o art. 2º desse decreto, compete ao CNDI propor ao Presidente da República a política industrial, as suas revisões, bem como aprovar as diretrizes para a implementação da política industrial. Interessante observar que a Confederação Nacional

da Indústria (CNI) conta com uma estrutura de governança composta por 42 representantes, sendo 20 ministérios[6], o representante do BNDES e 21 representantes da sociedade civil.

A reativação do CNDI, bem como a recriação do MDIC estão no contexto de uma discussão sobre a necessidade de se reindustrializar o país, ou seja, promover o aumento da participação e da influência do setor industrial na economia. A indústria de transformação correspondeu em 2023, primeiro ano do novo governo, 15,2% de participação do VAT nacional, sendo a maior participação desde 2010, segundo dados da CNI (2025).

Com isso, em janeiro de 2024, o CNDI e o MDIC anunciaram a Nova Indústria Brasil (NIB), considerada uma política de neoindustrialização e que deve ser implementada ao longo de dez anos. A neoindustrialização pressupõe um novo modelo de promover o desenvolvimento industrial, considerando para isso a inovação e o desenvolvimento sustentável e inclusivo. A definição de neoindustrialização pode ser observada na mensagem presidencial referente ao Plano Plurianual 2024-2027.

> A neoindustrialização corresponde a um processo de desenvolvimento industrial concentrado nas necessidades estratégicas do país, visando, principalmente, à geração de empregos de qualidade; à distribuição de renda via mercado e programas sociais; à sustentabilidade ambiental estruturada a partir da economia verde e da bioindústria; à diminuição das emissões de carbono e ao favorecimento do uso de tecnologias de ponta desenvolvidas de forma soberana e internacionalmente articuladas, como a biotecnologia e as tecnologias digitais da indústria 4.0. O Brasil tem muito potencial de desenvolvimento em função de sua biodiversidade e de sua matriz energética limpa e renovável, mas precisa avançar nessa agenda (Brasil, 2023, p. 186).

Com isso, a sustentabilidade ambiental, a economia verde, a bioindústria, a redução das emissões de carbono estão na estruturação do entendimento sobre a neoindustrialização. A nova política industrial está baseada em três premissas que articulam reindustrialização e neoindustrialização, sendo elas: o reconhecimento de que o fortalecimento da indústria brasileira é um elemento chave para o desenvolvimento sustentável do país; o entendimento de que a economia nacional enfrenta um processo de desindustrialização precoce e acelerado, a partir dos anos 1980; e o entendimento de que as exportações brasileiras estão concentradas em produtos de baixa complexidade tecnológica, o que limita os ganhos de comércio do país (Brasil, 2023).

[6] Segundo o Decreto nº 11.482/2023, são os ministérios integrantes do CNDI: do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, que o presidirá; da Casa Civil da Presidência da República; da Secretária-geral da Presidência da República; da Ciência, Tecnologia e Inovação; da Fazenda; das Relações Exteriores; do Planejamento e Orçamento; da Integração e do Desenvolvimento Regional; do Meio Ambiente e Mudança do Clima; de Minas e Energia; da Agricultura e Pecuária; do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; do Trabalho e Emprego; dos Transportes; da Saúde; da Defesa; de Portos e Aeroportos; da Educação; das Comunicações; e da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Por meio do Decreto nº 12.401/2025 foram incluídas no CNDI os ministérios das Comunicações; das Cidades; do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; e da Controladoria-Geral da União (Brasil, 2023; 2025).

A política anunciada busca abranger os seguintes setores e missões[7]: (i) Cadeias agroindustriais sustentáveis e digitais para a segurança alimentar, nutricional e energética; (ii) Complexo econômico industrial da saúde resiliente para reduzir as vulnerabilidades do Sistema Único de Saúde (SUS) e ampliar o acesso à saúde; infraestrutura, saneamento, moradia e mobilidade sustentáveis para a integração produtiva e o bem-estar nas cidades; (iii) Transformação digital da indústria para ampliar a produtividade; (iv) Bioeconomia, descarbonização e transição e segurança energéticas para garantir os recursos para as gerações futuras; (v) Tecnologias de interesse para a soberania e defesa nacionais (Brasil, 2024). Para Furno (2024), a NIB inova ao organizar a política industrial, não mais em torno dos setores, mas sim a partir de missões sociais, concebendo que o fortalecimento da indústria mais moderna e produtiva não é o fim, mas o meio para se atingir bem-estar social.

Para Hitner e Castro (2024) a perspectiva de política industrial estruturada por missões implica em conceber a indústria como um meio para o processo de desenvolvimento. Segundo os autores

> O desenvolvimento de uma política industrial orientada por missões representa um avanço no planejamento do desenvolvimento e na construção de consensos, que permitem a formação de pactos entre o governo e os diversos atores sociais. Essa abordagem viabiliza a orientação das ações e dos recursos de diversas instituições públicas e privadas em prol de objetivos comuns, promovendo soluções para grandes desafios nacionais por meio de uma indústria mais complexa, competitiva e sustentável (Hitner; Castro, 2024, p. 53)

Em relação aos instrumentos para a implementação da política, há as ferramentas tradicionais como empréstimos, subvenções, transferência de tecnologia, propriedade intelectual, créditos tributários, participação acionária, regulação, requisitos de conteúdo local, comércio exterior, encomendas tecnológicas, compras governamentais, entre outros (Brasil, 2024).

Dentre as ferramentas (instituições) que ganham destaque ou importância na implementação da NIB está o BNDES. Diferentemente do observado nos governos Temer e Bolsonaro, a instituição recupera seu papel ativo no processo de financiamento do setor manufatureiro. Essa retomada está no conjunto de ações que buscaram reorganizar o aparato estatal com a finalidade de realizar políticas públicas em diferentes setores da vida social e econômica do país a partir do planejamento. Exemplo dessa retomada

[7] O uso do termo "missão" na NIB está diretamente ligado às pesquisas da economista italiana Mariana Mazzucato que participou das discussões que resultaram no documento final. Para Mazzucato (2024), a abordagem orientada por missões é sustentada por uma compreensão do papel do Estado na formação de uma economia sustentável e pré-distributiva, diferenciando-se do entendimento de que o Estado deve agir na correção das falhas de mercado ou na adoção de políticas isoladas e fragmentadas que buscam atingir objetivos econômicos separadamente dos objetivos ambientais e dos objetivos sociais (Mazzucato, 2021; 2023).

é a execução do Plano Mais Produção (P+P)[8], instrumento de crédito que visa "[...] apoiar, de forma perene, o setor industrial brasileiro oferecendo diferentes linhas de crédito, equity e recursos não reembolsáveis para alavancar a produção e a inovação industrial" (Brasil, 2025, p. 19).

A partir do exposto, vê-se que, a política parece combinar a neoindustrialização e a reindustrialização, focando em segmentos e agendas vinculadas à questão da sustentabilidade e diversificação da matriz energética, além de fortalecer parte do setor manufatureiro, revertendo o processo de desindustrialização (Hitner; Castro, 2024; Moura; Guedes, 2023). Neste artigo, apresenta-se apenas o contexto político de elaboração e os principais elementos da política. Assim, as considerações acadêmicas ainda estão sendo construídas em relação aos efeitos da política industrial do governo Lula III, sobretudo, quando se considera os efeitos de fatos externos com direta implicação na economia brasileira, como as tarifas impostas pelo governo dos Estados Unidos (gestão Trump) e o Acordo Mercosul-União Europeia.

Considerações finais

O presente artigo buscou analisar a importância da indústria no processo de desenvolvimento econômico e pontuar aspectos das políticas industriais implementadas durante o novo-desenvolvimentismo, bem como a inexistência desse tipo de política no período subsequente e a retomada recente com a NIB.

Durante o período novo-desenvolvimentista, as políticas industriais adotadas contribuíram para que o Brasil retomasse a discussão sobre a importância da indústria para o desenvolvimento nacional. A participação média da indústria de transformação no VAT de 2003 a 2015 foi de aproximadamente 15%, no período de 2016 a 2022, a participação média foi reduzida para 12,9% e, de 2023 até 2024 essa participação média foi de 14,8% (CNI, 2024).

Se a PITCE reintroduziu a problemática da política industrial como um instrumento fundamental na agenda de políticas públicas do desenvolvimento econômico, a PDP foi importante para ampliar o conjunto de instrumentos e de setores contemplados, bem como em aperfeiçoar a capacidade de planejamento, coordenação e gestão da política. Todavia, a manutenção da política macroeconômica (de traço neoliberal) e tendências internacionais hostis, impossibilitaram ganhos mais profundos com as

[8] O P+P é a principal iniciativa vinculada à política industrial na o BNDES participa. O banco é a principal fonte dos recursos do plano, seguido do Banco do Brasil, FINEP, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste (BND), Banco da Amazônia (Basa) e Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii) (Brasil, 2025).

políticas implementadas. Esse descompasso entre as políticas industriais e a política macroeconômica foi corrigido – ou ao menos tentado – com o Plano Brasil Maior.

Apesar dos problemas enfrentados e dos resultados aquém do que era esperado, as políticas industriais implementadas evidenciaram a visão dos governos novo-desenvolvimentistas (ou parte deles pensando o bloco no poder policlassista) de que o desenvolvimento industrial é um elemento necessário para promover o crescimento econômico. No entanto, a experiência recente em política industrial no Brasil se deparou e, quando se considera o atual contexto global ainda se depara, com uma série de questões sensíveis, como: o contexto econômico internacional marcado pelo avanço da indústria chinesa e da demanda desse país por *commodities*; a forte inserção internacional da economia brasileira como um *player* agro-mineral marcada pela exportação de *commodities* e não de produtos com algum grau de processamento, o que indicaria agregação de valor (adensamento produtivo); necessidade de fortalecimento de um aparato institucional e da política para se adaptar a um ambiente externo em constantes mudanças. São questões sensíveis e que esbarram diretamente no formato de política macroeconômica.

No período considerado como ultra-neoliberal, viu-se a desativação ou inexistência da política industrial, sendo foco dos governos a adoção de reformas nos campos fiscal e social, ampliando ainda mais a agenda neoliberal. Dentre os principais impactos da adoção dessa agenda tem-se a redução do papel do Estado no desenvolvimento produtivo e prol de uma maior abertura da economia nacional.

A retomada da política industrial, a partir de 2023, recoloca a problemática do desenvolvimento socioeconômico na agenda política, após um hiato de 7 anos (do golpe ao fim do governo Bolsonaro). A política industrial e todo o processo de desenvolvimento econômico e social não é uma tarefa fácil de ser executada. A política industrial deve ter como objetivo a diversificação e a sofisticação produtiva da economia para setores estratégicos já existentes. A política deve ser seletiva e isso requer a existência de força, liderança política e instrumentos institucionais (normas, regulações e agências) que garantam o contexto político, econômico e institucional adequado para a efetivação da política. É preciso que haja, portanto, a articulação entre todos os agentes/atores envolvidos na política industrial.

Por fim, a política industrial, independentemente do governo, depende da construção de um ambiente institucional que assegure estabilidade, coordenação e continuidade das ações. Depende, igualmente, da existência de uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo, capaz de articular os diferentes níveis de governo e de contar com aderência e apoio do setor produtivo e da sociedade civil organizada.

Referências

ARAÚJO, T. B. Brasil: o modelo de desenvolvimento. In.: ARAÚJO, T. B. **Ensaios sobre o desenvolvimento brasileiro**: heranças e urgências. Rio de janeiro: Revan. 2000.

ARAÚJO, V. L. O BNDES sete décadas depois: uma história. **Seminários sobre desenvolvimento e financiamento**. 1ed. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento - CICEF, 2024, p. 55-98.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Resolução nº 2.121. Regulamenta a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1994/pdf/res_2121_v5_l.pdf. acessado em: 15 jan. 2026.

BARBOSA, J. A. R. **Intervenção direta do Estado no setor produtivo**: o caso Petrobras. 2020. 118 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020.

BATISTA JR, P. N. Acordo Mercosul-União Europeia: hora de abandonar uma negociação perigosa. **Brasil de Fato.** Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2023/12/03/acordo-mercosul-uniao-europeia-hora-de-abandonar-uma-negociacao-perigosa. Acessado em: 03 dez. 2023.

BERCOVICI, G. O novo golpe de Bolsonaro à indústria brasileira. **Outras Mídias**, 2020. Disponível em: https://outraspalavras.net/outrasmidias/o-novo-golpe-de-bolsonaro-a-industria-brasileira/. Acessado em: 22 ago. 2024.

BIELSCHOWSKY, R. Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual. **Economia e Sociedade**. Campinas, v. 21, Número Especial, p. 729-747, dez. 2012.

BOITO JR, A; BERRINGER, T. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. **Revista de Sociologia e Política** (UFPR. Impresso), v. 21, p. 31-38, 2013.

BRASIL (Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços). **Nova indústria Brasil**: forte, transformadora e sustentável: Plano de Ação para a neoindustrialização 2024-2026. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI). Brasília: CNDI, MDIC, 2024. 102 p.

BRASIL (Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços). **Estatísticas de comércio exterior do Brasil – Comex Stat**. 2023. Disponível em: http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home. Acessado em: 10 abril 2023.

Brasil (Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços). **Nova indústria Brasil** - forte, transformadora e sustentável: Plano de Ação para a Neoindustrialização 2024-2026. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), 1ª edição, revisada e atualizada. Brasília: CNDI, MDIC, 2025. 110p.

BRASIL. Decreto Nº 11.482, de 6 de abril de 2023. Dispõe sobre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial - CNDI. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 06 de abril. 2023. Seção 1, Edição Extra.

BRASIL. **Diretrizes de Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior**. Brasília: Casa Civil, 2003.

BRASIL. Lei nº 11.080, de 30 de dezembro de 2004. Autoriza o Poder Executivo a instituir Serviço Social Autônomo denominado Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 31 de dezembro. 2023. Seção 1, p.8.

BRASIL. Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017. Conversão da Medida Provisória nº 777, de 2017. Institui a Taxa de Longo Prazo (TLP); dispõe sobre a remuneração dos recursos do Fundo de Participação PIS-Pasep [...]. disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13483.htm#art19. Acessado em: 15 jan. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.844 de 18 de junho de 2019. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios [...]. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 de junho. 2019. Seção 1, Edição Extra, p.4.

BRASIL. Lei nº 14.261, de 16 de dezembro de 2021. Cria o Ministério do Trabalho e Previdência; altera as Leis nos 13.844, de 18 de junho de 2019 [...]. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 de dezembro. 2021. Seção 1, p.5.

BRASIL. Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996. Conversão da MPv nº 1.471-26, de 1996. Institui a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, dispõe sobre a remuneração dos recursos do Fundo de Participação PIS-PASEP [...]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9365.htm. Acessado em: 15 jan. 2026.

BRASIL. Medida Provisória n° 1154, de 2023. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 01 de janeiro. 2023. Seção 1, Edição Especial.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. Secretaria Nacional de Planejamento. **Plano plurianual 2024-2027**: mensagem presidencial/Ministério do Planejamento e Orçamento, Secretaria Nacional de Planejamento. Brasília: Secretaria Nacional de Planejamento/MPO, 2023. 240 p.

BRASIL. **Plano Brasil Maior 2011/2014: inovar para competir. Competir para crescer**. Brasília: MDIC, 2011.

BRASIL. **Política de Desenvolvimento Produtivo: inovar e investir para sustentar o crescimento**. Brasília: MF, 2008.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Desenvolvimento, sofisticação produtiva, valor-trabalho e salários. **Nova Economia** (UFMG), v. 29, p. 135-160, 2019.

BRUNO, M.A.P; CAFFÉ, A.R.D. Estado e financeirização no Brasil: interdependências macroeconômicas e limites estruturais ao desenvolvimento. **Economia e Sociedade** (UNICAMP), v. 26, p. 1025-1062, 2017.

CANÊDO-PINHEIRO, M. A recente política industrial brasileira foi bem desenhada?. In: MARCONI, N; BARBOSA, N; CANÊDO, M; CARVALHO, L. (Org.). **Indústria e Desenvolvimento Produtivo no Brasil**. 1ed.Rio de Janeiro: Elsevier, 2015, v. 1, p. 443-466.

CANO, W; SILVA, A.L.G. Política industrial do governo Lula. **Texto para Discussão**. Campinas: IE. Unicamp, n. 181, jul. 2010.

CASSEB, N.C.B; MELLO, C.H.P DE. A inserção externa da economia brasileira a partir e os desafios da crise. In: DOWBOR, L.; MOSANER, M (Coord.). **A crise brasileira**: coletânea de contribuições de professores da PUC/SP. São Paulo, Editora Contracorrente, p. 93-118, 2016.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDUSTRIAL (CNI). **Negociações para acessão do Brasil ao Acordo da OMC em Compras Governamentais**: Posição da Indústria. – Brasília: CNI, 2021.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDUSTRIAL (CNI). Perfil da Indústria Brasileira. **Portal da Indústria CNI**. Disponível em: https://industriabrasileira.portaldaindustria.com.br/grafico/total/producao/#/industria-total. Acessado em: 22 ago. 2024.

CORAZZA, G. Desafios do novo governo Lula: Democracia, reconstrução e desenvolvimento. **Revista Princípios**, nº 168, set/dez, 2023.

COUTINHO, L. G. A crise e as múltiplas oportunidades de retomada do desenvolvimento industrial do Brasil. In: PRADO, L. C. D; LASTRES, H. M. M. (Org.). **Estratégias de desenvolvimento, política industrial e inovação**: ensaios em memória de Fabio Erber. Rio de Janeiro: Bndes, 2014. p. 81-101.

CRISTINA, P. As vantagens de desmembrar o Ministério da Economia. **Istoé Dinheiro**, 2022. Disponível em: https://istoedinheiro.com.br/as-vantagens-de-desmembrar-o-ministerio-da-economia/. Acessado em: 09 ago. 2024.

DIEGUES, A. C. Os limites da contribuição da indústria ao desenvolvimento nos períodos Lula e Dilma: uma nova versão do industrialismo periférico?. **Economia e Sociedade (UNICAMP)**, v. 30, p. 681-711, 2021.

ERBER, F. As convenções de desenvolvimento no governo Lula: um ensaio de economia política. **Brazilian Journal of Political Economy**, 31(1), 31-55, 2011.

EVANGELISTA, G. B. **Ruptura e desmonte**: O BNDES no arranjo institucional brasileiro pós 2016. Tese (Doutorado). Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2023. Disponível em: https://dspace.mackenzie.br/handle/10899/32255. Acessado em: 15 jan. 2026.

EVANS, T. Cinco explicações para a crise financeira internacional. **Revista Tempo Do Mundo**, 3(1), 9-30. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/view/103/108. Acessado em: 10 fev, 2025.

FERRAZ, J. C; PAULA, G. M; KUPFER, D. **Política Industrial**. In: KUPFER, D.; HOSENCLEVER, L. Economia Industrial. Fundamentos Teóricos e Práticas no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

FERREIRA, M. J. B. Indústria Aeronáutica Brasileira: as especificidades de um modelo nacional de inserção global. In: DIEGUES, A.C.; SARTI, F. (Org.). **Brasil**: Indústria e Desenvolvimento em um cenário de transformação do paradigma tecnoprodutivo. 1ed.Curitiba: Editora CRV, 2021, v. 1, p. 219-239.

FONSECA, P. C. D.; SALOMÃO, I. C. Industrialização Brasileira: Notas sobre o Debate Historiográfico. **Tempo. Revista do Departamento de História da UFF**, v. 23, p. 87-104, 2017.

FURNO, J. Política Industrial e o debate seletivo sobre o passado. **Brasil de fato**, 2024. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2024/01/29/politica-industrial-e-o-debate-seletivo-sobre-o-passado/. Acessado em: 22 fev, 2025.

FURTADO, C. **Brasil: a construção interrompida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

HITNER, V; CASTRO, A. C. O processo de formulação da Nova Indústria Brasil: política orientada por missões e participação social no desenho do Plano de Ação da NIB. **Revista tempo no mundo**, v. 36, p. 29-59, 2024.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (IEDI). **Indústria e desenvolvimento**: uma análise dos anos 90 e uma agenda de Política de Desenvolvimento Industrial para a nova década, 2000. Disponível em: https://abrir.link/CPGAg. Acessado em: 21 fev. 2025.

KONCHINSKI, V. Desmembramento de Ministério da Economia sinaliza foco em reindustrialização e orçamento. **Brasil de fato**, 2022. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2022/12/14/desmembramento-de-ministerio-da-economia-sinaliza-foco-em-reindustrializacao-e-orcamento/. Acessado em: 09 ago. 2024.

KUPFER, D. FERRAZ, J. MARQUES, F. The return of industrial policy in Brazil.**The Industrial Policy Revolution I:** The Role of Government Beyond Ideology. England: Palgrave Macmillan, 2013 pp. 327- 339.

LAMOSO, L. P. Desafios da desindustrialização brasileira: para além das métricas, a necessidade do debate político. In: GOMES, M. T. S; SPÓSITO, E. S. (Org.). **Questões regionais e Geografia Econômica**: perspectivas e desafios contemporâneos. 1ed.Curitiba: CRV, 2020, v. 1, p. 103-124.

LAMOSO, L. P. Indústria, desindustrialização e território. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 3, p. 408-429, 2013.

LAMOSO, L. P. 'Neodesenvolvimentismo' brasileiro: implicações para a integração regional no âmbito do Mercosul. **Sociedade & Natureza** (UFU. Online), v. 24, p. 391-403, 2012.

LAMOSO, L. P. Reprimarização no Território brasileiro. **Espaço e Economia**, v. 1, p. 1-32, 2020.

LAPLANE, M. F.; SARTI, F. Prometeu Acorrentado: O Brasil na Indústria Mundial no Início do Século XXI. In: CARNEIRO, R. (Org.). **A Supremacia dos Mercados e a Política Econômica do Governo Lula**. 1ed.São Paulo: Editora UNESP, 2006, v. p. 299-320.

MANTEGA, G. **O modelo econômico brasileiro dos anos 90**. Relatório de pesquisa nº 11/2001. Disponível em: https://pesquisa-eaesp.fgv.br/publicacoes/gvp/o-modelo-economico-brasileiro-dos-anos-90. Acessado em: 21 fev. 2025.

MARCONI, N. Estrutura produtiva e desenvolvimento econômico. In: MARCONI, N; BARBOSA, N; CANÊDO, M; CARVALHO, L. (Org.). **Industria e desenvolvimento produtivo no Brasil**. 1ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015, v. 1, p. 31-70.

MAZZUCATO, M. **Mission economy**: a moonshot guide to changing capitalism. London: Allen Lane, 2021.

MAZZUCATO, M**. Innovation-driven inclusive and sustainable growth**: challenges and opportunities for Brazil. London: UCL, 2023.

MAZZUCATO, M. **O Estado empreendedor. Desmascarando o mito do setor público vs. setor privado**. Portfolio Penguin, 2014.

MÁXIMO, W. Ministério da Economia nasce com sete secretarias especiais. **Agência Brasil**, 2019. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-01/ministerio-da-economia-nasce-com-sete-secretarias-especiais. Acessado em: 30 dez. 2025.

MORCEIRO, P. C; GUILHOTO, J. J. M. Adensamento produtivo e esgarçamento do tecido industrial brasileiro. **Economia e Sociedade (UNICAMP)**, v. 29, p. 835-860, 2020.

MOURA, R; GUEDES, I. Desindustrialização, Reindustrialização e Neoindustrialização: o governo Lula III e um debate imperativo ao país. **Boletim GEEP**. v. 4, n. 1, Jan-Abr, 2023.

NOBRE, M. **Ponto-final**: a guerra de Bolsonaro contra a democracia. São Paulo: Todavia, 2020. 70p.

OLIVEIRA, T; AMORIM, R. L. C. Política econômica, neoliberalismo e mercado de trabalho no Brasil (2015-2021). **Revista Brasileira de Economia Social e do Trabalho**, v. 4, p. 1-28, 2022.

PEREIRA JÚNIOR, E. O debate sobre a desindustrialização no Brasil: abordagens concorrentes e um olhar a partir da Geografia. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 39, p. 1-20, 2019.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: GRAAL, 2000.

PRATES, D. M; FRITZ, B.; PAULA, L. F. O desenvolvimentismo pode ser culpado pela crise? Uma classificação das políticas econômica e social dos governos do PT ao governo Temer. In: Almada, J; Paula, F; Jabbour, E. (Org.). **Repensar o Brasil**. 1ed.São Paulo: ABED, 2020, v. 1, p. 236-279.

SANTOS, M. R. S; MUSSE, R; CATANI, A. M. Desconstruindo a educação superior, os direitos humanos e a produção científica: o bolsonarismo em ação. **Revista Eletrônica de Educação** (São Carlos), v. 14, p. 1-19, 2020.

SELINGARDI-SAMPAIO, S. Desindustrialização e reconfiguração dos espaços produtivos no Brasil: em meio à crise, reflexões e proposições para o debate. In: GOMES, M. T. S; SPÓSITO, E. S. (Org.). **Questões regionais e Geografia Econômica**: perspectivas e desafios contemporâneos. 1ed.Curitiba: CRV, 2020, v. 1, p. 147-175.

SENADO FEDERAL. Renúncia do Brasil ao tratamento especial na OMC será debatida na CRE. **Agência Senado**. 2019. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/06/12/renuncia-do-brasil-ao-tratamento-especial-na-omc-sera-debatida-na-cre. Acessado em: 19 ago. 2024.

SINGER, A. Cutucando onças com varas curtas. **Novos Estudos**. CEBRAP, v. 102, p. 43-71-71, 2015

STUMM, M. G. A política industrial do governo Bolsonaro: parte I. 2020. (Blog). Disponível em: https://nuancesblog.com/2020/08/19/destaque-a-politica-industrial-do-governo-bolsonaro-parte-i/. Acessado em 24 fev 2021.

STUMM, M. G. A política industrial do governo Bolsonaro: parte II. 2020. (Blog). Disponível em: https://nuancesblog.com/2020/09/23/a-politica-industrial-do-governo-bolsonaro-parte-ii/. Acessado em 24 fev 2021.

SUZIGAN, W.; FURTADO, J. Instituições e políticas industriais e tecnológicas: reflexões a partir da experiência brasileira. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 7-41, 2010.

SUZIGAN, W.; FURTADO, J. Política industrial e desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 26, p. 163-185, 2006.

SUZIGAN, W; VILLELA, A. V. Analytical framework of the study. In.: SUZIGAN, W; VILLELA, A.V. **Industrial Policy in Brazil**. Campinas: Unicamp/Fapesp, 1997.

TORRES FILHO, E. T. A extinção da TJLP dá início ao projeto de desmonte do BNDES. **Jornal dos Economistas**, Rio de Janeiro, n. 334, jun. 2017.

ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS
SÃO PAULO

Boletim Paulista de Geografia

ISSN: 0006-6079 - e-ISSN: 2447-0945

Artigo

Mulheres pretas e periféricas na linha de frente: o Hip-Hop como ação contrarracional no espaço banal de São Luís-MA

MAURICIO MOYSÉS
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) – Campinas, São Paulo, Brasil.
mmoyses@unicamp.br

N°: 115
Ano: 2026

MOYSÉS, Mauricio. Mulheres pretas e periféricas na linha de frente: o Hip-Hop como ação contrarracional no espaço banal de São Luís-MA. **Boletim Paulista de Geografia**, v. 1, n. 115, p. 115–136, 2026. https://doi.org/10.61636/bpg.v1i115.3896.

Recebido em: 05 de junho de 2025
Aceito para publicação em: 24 de janeiro de 2026
Editor responsável: Igor Alencar

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.

Mulheres pretas e periféricas na linha de frente: o Hip-Hop como ação contrarracional no espaço banal de São Luís-MA

Resumo

Este artigo analisa a Cultura Hip-Hop como fenômeno afro-diaspórico e urbano que atua como forma de resistência e produção de territorialidades periféricas, com foco nas ações do Núcleo de Mulheres Preta Anastácia, no bairro João Paulo, periferia de São Luís-MA. A pesquisa busca compreender como essa cena cultural se manifesta como instrumento de ação socioespacial, especialmente nas experiências político-culturais desenvolvidas por mulheres negras. Utilizando uma abordagem qualitativa, dialógica e interpretativa, foram aplicadas entrevistas semiestruturadas, observação participante e análise de materiais audiovisuais. Os resultados apontam que o Hip-Hop, enraizado nas vivências cotidianas da periferia, constitui práticas contrarracionais e formas de reinvenção da vida urbana. Assim, a pesquisa reforça o papel transformador do Hip-Hop como movimento socioterritorial e político, capaz de repensar os projetos de cidade a partir das margens.

Palavras-chave: Territorialidades periféricas; cultura Hip-Hop; resistência urbana.

Black and peripheral women on the front line: Hip-Hop as a counter-rational action in the banal space of São Luís-MA

Abstract

This article analyzes Hip-Hop Culture as an Afro-diasporic and urban phenomenon that acts as a form of resistance and production of peripheral territories, focusing on the actions of the Anastácia Black Women's Group, in the João Paulo neighborhood, on the outskirts of São Luís-MA. The research seeks to understand how this cultural scene manifests itself as an instrument of socio-spatial action, especially in the political-cultural experiences developed by black women. Using a qualitative, dialogical and interpretative approach, semi-structured interviews, participant observation and analysis of audiovisual. The results indicate that Hip-Hop, rooted in the daily experiences of the periphery, constitutes counter-rational practices and forms of reinvention of urban life. Thus, the research reinforces the transformative role of Hip-Hop as a socio-territorial and political movement, capable of rethinking city projects from the margins.

Keywords: Peripheral territories; Hip-Hop culture; urban resistance.

Mujeres negras y periféricas en primera línea: el hip-hop como acción contrarracional en el espacio banal de São Luís-MA

Resumen

Este artículo analiza la cultura hip-hop como un fenómeno afrodiaspórico y urbano que actúa como forma de resistencia y producción de territorios periféricos, centrándose en las acciones del Centro de Mujeres Negras Anastácia en el barrio de João Paulo, en las afueras de São Luís-MA. La investigación busca comprender cómo esta escena cultural se manifiesta como un instrumento de acción socioespacial, especialmente en las experiencias político-culturales desarrolladas por mujeres negras. Mediante un enfoque cualitativo, dialógico e interpretativo, se aplicaron entrevistas semiestructuradas, observación participante y análisis de materiales audiovisuales. Los resultados indican que el hip-hop, arraigado en las experiencias cotidianas de la periferia, constituye prácticas contrarracionales y formas de reinvención de la vida urbana. De este modo, la investigación refuerza el papel transformador del hip-hop como movimiento socioterritorial y político, capaz de repensar los proyectos de ciudad desde los márgenes.

Palabras-clave: Territorios periféricos; cultura hip-hop; resistencia urbana.

Introdução

A Cultura *Hip-Hop* surgiu no início da década de 1970 no distrito do Bronx, em Nova Iorque (EUA), como resposta direta às desigualdades sociais, ao racismo estrutural e ao abandono estatal nas periferias urbanas. Composta pelos elementos da dança (*Breakin*), da música (*Deejayin* e *Emceein*) e da arte visual (*graffiti*), essa cultura afro-diaspórica desenvolveu-se como linguagem de denúncia e pertencimento, ao mesmo tempo em que expressava a criatividade e a vitalidade de juventudes invisibilizadas. Mais do que um produto da indústria cultural, o *Hip-Hop* deve ser compreendido como um movimento de base, alicerçado na concretude das experiências cotidianas dos sujeitos periféricos (D'andrea, 2013).

A partir dos anos 1980, o *Hip-Hop* se espalhou horizontalmente pelo território brasileiro, sendo apropriado por juventudes nas grandes cidades, em especial nas favelas e nas periferias urbanas. Nesses contextos, a cultura de rua passou a se manifestar como meio de visibilidade, crítica e transformação social. Entre os *hiphopeiros* e *hiphopeiras*, emergem sujeitos que se reconhecem como parte de uma coletividade cultural e política, capazes de tensionar o espaço urbano e intervir sobre ele.

Passadas mais de cinco décadas desde o surgimento da Cultura Hip-Hop e mais de quarenta anos de sua inserção no Brasil, observa-se que a crescente influência do capital informacional impõe desafios significativos à sua vitalidade. Nesse contexto, há uma tendência à homogeneização das materialidades e das intencionalidades culturais, o que contribui para a desestruturação interna de organizações sociais locais. Tem-se uma dinâmica que ocorre em resposta a demandas externas que desconsideram os vínculos territoriais de origem, reforçando processos de padronização e descaracterização nas metrópoles. Ao mesmo tempo, incorporando solidariedades entre as relações sociais existentes no *espaço banal* (Santos, 1996; 1999; 2000).

Considerando o exposto, procuramos compreender as situações geográficas na periferia urbana São Luís-MA, na face de sua pujante cena cultural ligada ao *Hip-Hop* nacional como instrumento de ação socioespacial (Santos 2007; Dias, 2009; Durans, 2014; Ribeiro 2014; Alves e Santos, 2019; Santos 2021; Moysés, 2023).

A proposta deste estudo se insere nos debates contemporâneos da Geografia Urbana e dos Estudos Culturais Urbanos ao problematizar a cidade como base material do trabalho, da existência e da cultura. Através da análise das práticas culturais do *Hip-Hop*, pretende-se compreender as formas como sujeitos periféricos resistem à fragmentação promovida pelas lógicas do capital informacional (Santos, 1996) e reconstroem suas identidades e lugares de forma organizada.

As práticas espaciais associadas ao *Hip-Hop*, longe de serem meras manifestações artísticas, expressam estratégias de organização social, redes de solidariedade e reapropriação simbólica e material dos territórios. Trata-se de um movimento que tensiona as estruturas urbanas excludentes e que revela, nas palavras de Milton Santos (2000), a atualidade do *período popular da história* como espaço-tempo de invenção e reinvenção da cidade a partir dos *de baixo*.

Este artigo tem como objetivo analisar a Cultura *Hip-Hop* como um fenômeno afro-diaspórico e urbano que opera como forma de resistência e produção de territorialidades periféricas, com ênfase nas experiências culturais desenvolvidas nos bairros João Paulo, em São Luís do Maranhão, a partir das ações do Núcleo de Mulheres Preta Anastácia, ligadas diretamente ao Movimento Organizado Hip-Hop Quilombo Urbano (MH2O MA)[1]. Parte-se do pressuposto de que o *Hip-Hop*, ao se articular com diferentes formações socioespaciais, revelam dinâmicas complexas entre cultura, política e cidadania.

A pesquisa foi desenvolvida com base em revisão bibliográfica sobre cultura urbana, espaço banal e contrarracionalidades (Santos, 1996; 2000), associada a trabalhos de campo e entrevistas com agentes culturais em São Luís. O enfoque recai sobre as experiências vividas na região[2] do João Paulo, cartografado por uma cena cultural intensa, articulada à linguagem do *Hip-Hop* como prática transformadora do território e da afirmação dos sentidos da vida nas periferias.

O artigo está estruturado em quatro seções. Na primeira, apresentam-se os referenciais e os aspectos metodológicos da pesquisa, destacando-se o princípio de método e os procedimentos de obtenção dos dados. Na segunda seção, aborda-se o contexto de formação socioespacial da região periférica do bairro João Paulo. Na terceira, situam-se as ações do Núcleo de Mulheres Pretas Anastácia, enquanto expressão de resistência e produção de territorialidades. Por fim, as considerações finais oferecem uma reflexão crítica acerca dos achados da pesquisa e propõem uma agenda aberta para investigações futuras sobre a problemática estudada.

Usos do território e a evidência de outros mapas na dinâmica da metrópole

A presente pesquisa insere-se no campo da Geografia Urbana, com abordagem qualitativa, fundamentada em uma perspectiva dialógica e interpretativa, que reconhece o território como espaço de disputas simbólicas, materiais e comunicacionais. A partir dos *usos do território* (Santos, 1996; 1999; 2000), o compreendemos como expressão de tensões entre a lógica hegemônica do capital e os usos cotidianos, plurais e insurgentes realizados por sujeitos hegemonizados

A metodologia foi estruturada com base no texto “Outros territórios, outros mapas” da socióloga urbana Ana Clara Torres Ribeiro, que nos permite acessar as formas como os sujeitos vivenciam, narram e significam seu território e suas experiências de vida nas periferias urbanas (Ribeiro, 2005). Essa escolha metodológica possibilitou

[1] Criado em 1989 nas periferias de São Luís (MA), o Quilombo Urbano é um movimento sociocultural e político que já contou com mais de 50 integrantes, e que se define como negro, socialista e revolucionário. Utiliza, especialmente, o RAP como ferramenta política e cultural, por meio de letras, produções fonográficas e eventos de Hip-Hop, especialmente nos bairros João Paulo e Liberdade. Ao longo de mais de três décadas, o grupo busca construir uma identidade étnico-racial mobilizadora e promover uma consciência crítica, articulando lutas econômicas e raciais.

[2] Desde o início tivemos dificuldades para definir a regionalização/zoneamento de São Luís. Encontramos diferentes produções acadêmicas que adotaram distintas metodologias para a definição da divisão do uso e ocupação do solo ludovicense. Dessa forma, não utilizamos o zoneamento contida no Plano Diretor de São Luís (2023), disponibilizado pela prefeitura municipal, pois segundo moradores locais, há divergências na forma como os bairros são representados. Logo, optamos pelo uso do termo **região**, pois o mesmo é caracterizado pela população local e de fácil identificação.

captar os aspectos simbólicos produzidos por lideranças, coletivos e movimentos culturais vinculados ao *Hip-Hop*, entendendo tais expressões como práticas territoriais e formas de disputa simbólica sobre o urbano.

Presencia-se um forte tensionamento no *tecido social* (Ribeiro, 2005) e do território diante do avanço da ideologia neoliberal. Ideologia essa que intenta homogeneizar as massas populacionais, ao atingir os aspectos econômicos e culturais das sociedades e a consciência do ser (Dardot & Laval, 2015; Santos, 2000). Mas, esse movimento cria, também, o seu contrário ao provocar a heterogeneidade quando se depara com agentes que se contrapõem à adaptação às imposições das normas e informações hegemônicas.

As ações contrarracionais à lógica hegemônica do capital ocorrem pela cultura[3], sobretudo no viés da cultura popular (componente, também, da cultura urbana), por verificar-se muitas vezes um horizonte de possibilidades que apontam para a "qualidade de discurso dos "de baixo", pondo em relevo o cotidiano dos pobres, das minorias, dos excluídos, por meio da exaltação da vida de todos os dias" (Santos, 2000, p. 144).

Muitos dos agentes "de baixo" se vêm diante da necessidade de criar um movimento que altere a lógica dominante do capital, já que, reiteradamente, se constituem e se reconhecem como sujeitos/indivíduos "esquecidos" e abandonados ao drama da vida cotidiana, uma vez que o crescimento econômico das grandes empresas e não um programa de bem-estar social torna-se a pauta central para as políticas dos Estados (Santos, 2000; Dardot & Laval, 2015). Tudo o que é residual na sociedade servirá de suporte para que os pobres enfrentem a escassez: para que produzam, se organizem e se integrarem num território constantemente em transformação.

Compreendemos a ideologia como produção cultural e simbólica - e não como doutrina - expressa nos discursos que revelam os modos de vida, de organização e de resistência frente à homogeneização imposta pela racionalidade neoliberal (Dardot & Laval, 2015). A cultura popular, nesse contexto, é analisada como prática contra-hegemônica (Santos, 2000), constituída por discursos que expressam o cotidiano dos pobres e suas estratégias de sobrevivência e afirmação identitária e territorial.

A pesquisa foi realizada na região do bairro João Paulo em São Luís, território historicamente marcado por resistência negra e forte presença de coletivos culturais. Durante os trabalhos de campo, observamos que o recorte espacial inicialmente definido precisou ser ajustado para incorporar áreas limítrofes que emergiram como fundamentais à compreensão da dinâmica territorial e das práticas culturais investigadas.

A pesquisa combinou diferentes fontes e técnicas: Fontes primárias: Entrevistas informais com lideranças sociais e agentes culturais do *Hip-Hop*; Observações participantes em atividades dos coletivos, com destaque para o acompanhamento das ações do Núcleo de Mulheres Pretas Anastácia, com forte atuação nas áreas estudadas –

[3] Utilizamos o termo/noção de cultura conforme Milton Santos (1987, p. 81), que a define como sendo, "uma forma de comunicação do indivíduo e do grupo com o universo, é uma herança, mas também um reaprendizado das relações profundas entre o homem e o seu meio, um resultado obtido por intermédio do próprio processo de viver. Incluindo o processo produtivo e as práticas sociais, a cultura é o que nos dá a consciência de pertencer a um grupo, do qual é o cimento". Contribui também Stuart Hall (2003, p. 44), ao referenciar que "a cultura é uma produção. Tem sua matéria-prima, seus recursos, seu trabalho produtivo. Depende de um conhecimento da tradição enquanto o mesmo em mutação [...] A cultura não é uma questão de ontologia, de ser, mas de se tornar".

a escolha do coletivo de mulheres ocorreu devido a sua trajetória na cena e articulação social do Hip-Hop local e na região nordeste do país; Análise de enunciados em redes sociais, principalmente Instagram e WhatsApp, canais que se tornaram centrais durante o período pandêmico. Fontes secundárias: Dados de órgãos oficiais sobre demografia, trabalho, pobreza e indicadores culturais nas regiões estudadas; Pesquisas acadêmicas sobre urbanização, juventude e cultura nas periferias; Registros audiovisuais, publicações e materiais informativos dos próprios movimentos culturais.

A pandemia da COVID-19 impôs obstáculos logísticos importantes. As interações com interlocutores foram inicialmente remotas, via redes sociais e aplicativos de mensagens. As visitas técnicas presenciais foram pontuais, restritas às lideranças, e ocorreram conforme as possibilidades sanitárias e climáticas - como no caso de São Luís, onde o mês de janeiro de 2022 foi marcado por fortes chuvas, o que dificultou os deslocamentos e levou ao cancelamento de diversas entrevistas.

O contexto pandêmico exigiu (re)planejamentos constantes das saídas de campo e da estratégia de contato com os sujeitos da pesquisa. Em São Luís, identificamos a necessidade de reformular o recorte espacial ao constatar que o campo se expandia para além das delimitações iniciais. A dificuldade de acesso a dados detalhados por parte do poder público foi outro desafio enfrentado, sobretudo no que diz respeito à produção cultural periférica. Ainda assim, conseguimos avançar graças à colaboração dos sujeitos locais, que ofereceram materiais, informações e acesso a registros próprios comprometendo-se com a ética, o rigor e o compromisso com os interlocutores.

Para o tratamento dos dados foram utilizadas análises de conteúdos audiovisuais e das narrativas a partir da percepção cotidiana. Assim, os “outros mapas” se constituem nas vivências da vida no tecido social, por meio das práticas e ações do coletivo de mulheres pelas quebradas de São Luís. “Este tecido, submetido a contraditórios impulsos, não substitui a densidade das relações face-a-face, a pedagogia da co-presença e os laços sociais criados por experiências compartilhadas” (Ribeiro, 2005, p. 264).

Direto da Ilha Rebelde: da realidade concreta da região do João Paulo às ações do Núcleo de Mulheres Preta Anastácia

Nosso intuito é reconhecer e apresentar a singularidade que há nesses distintos lugares, tratando de suas configurações territoriais que fazem emergir agentes sociais e econômicos em suas territorialidades, tendo o cotidiano como um artifício na formação dos agentes/sujeitos, ou seja, fonte motora para promover suas ações e práticas sociais que contribuem para a produção do espaço urbano, um espaço banal, cujo uso é de todos os agentes.

São Luís é uma centralidade periférica no Brasil (Lopes, 2018), uma cidade de ocupação histórica colonial acompanhada pela exploração extrativista do território. Segundo o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), São Luís ocupava a 249ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros com um de 0,768 (Atlas Brasil, IDHM,

2010). De acordo com o Censo IBGE/2022, a capital maranhense possui 1.061.374 habitantes (94,45% vivendo na área urbana), sendo que a população de jovens e adultos representa 71,12% na estrutura etária. Em 2023, a renda domiciliar per capita média foi de R$ 1.570 (PNAD Contínua/IBGE, 2023).

No entorno próximo do Centro Histórico de São Luís, encontra-se a região do João Paulo, que corresponde a um conjunto de bairros periféricos da capital ludovicense. Nessas duas regiões há uma centralidade própria de caráter urbano que podemos nos referir como uma centralidade popular, com o predomínio de uma economia terciária, sobretudo inserida no circuito inferior da economia urbana e de tradicionais manifestações culturais maranhenses. É nessa região, onde ocorrem com maior presença as ações do Núcleo Preta Anastácia.

A Região do João Paulo: contradições locais do centro comercial à rua da vala

A região do João Paulo apresenta uma maior complexidade, pois suas características congregam áreas com habitações em favelas, forte atração do mercado imobiliário e a presença de atividades comerciais hegemônicas e não hegemônicas nas intermediações dos principais eixos viários intraurbanos. Em sua dinâmica urbana, há a maior presença do comércio varejista, de feiras de produtos alimentícios e de vestuários. Há áreas cujas populações convivem com a ausência de infraestrutura básica, sobretudo relacionadas às questões sanitária e habitacional. A região do João Paulo é composta pelos bairros: João Paulo, Coroado, Redenção, Filipinho, Jordôa, Barreto, Vila Palmeira, Apeadouro e Bairro de Fátima (Figura 01).

A região do João Paulo, foi delimitada, a partir de diálogos de campo com moradores locais, o que nos permitiu elaborar um mapa observando a espacialidade via Google Maps. Pois, como vimos, o Macrozoneamento em São Luís, especialmente nessa região, porta uma complexidade de relações que se contradiz com o saber local. Outra dificuldade foi estabelecer um número exato do tamanho demográfico, para isso foi realizado buscas em pesquisas acadêmicas, publicações da Secretaria de Planejamento Urbano e no noticiário/grande mídia local. Estima-se, a partir daí um total da população residente na região de 130 mil a 170 mil habitantes.

A região do João Paulo compreende os bairros mais antigos de São Luís, sendo ocupada na 2ª metade do século XIX. Essa região era parte da zona rural da capital ludovicense, composta por um complexo de sítios, chácaras e quintas propícias para serem urbanizadas. Encontra-se no eixo de expansão viária e habitacional ao longo do Caminho Grande, onde se localizam as atuais avenidas Getúlio Vargas e João Pessoa, sentido bairro do Anil.

Figura 01: Região do bairro João Paulo, São Luís-MA, 2022.



Fonte: Trabalho de Campo (2022).

Desde a sua formação, a região do João Paulo se formou por núcleos de ocupação proletárias, configurando-se como bairros periféricos operários e marcados, atualmente, por recentes ocupações urbanas organizadas, característico da desigualdade socioespacial em São Luís (Pereira Junior & Petrus, 2015). A partir do governo do presidente Eurico Gaspar Dutra (1946 a 1951), houve um incremento de loteamentos e projetos habitacionais na região, reforçando o seu caráter "popular". Os principais projetos foram: Fundação da Casa Popular[4]; Vila Nova João Paulo (atual João Paulo); Conjunto Habitacional Radional no eixo de expansão do bairro

[4] Referente ao nome da entidade criada em 1º de maio de 1946 pelo presidente Dutra. Conforme Nascimento e Santos-Rocha (2022, s/p), "este foi o primeiro Órgão Federal voltado para políticas públicas ao acesso à moradia para indivíduos com menor poder aquisitivo [...] a

Barreto e Núcleo Residencial do Timon-Areial (atual bairro Monte Castelo), no limite com o bairro Apeadouro. De acordo com Curvelo-Matos (2014, p. 281),

> Mesmo que as propriedades agrícolas de outrora tenham sido desativadas os núcleos populacionais que já existiam lá permaneceram e foram ampliados adquirindo estrutura de bairro, ou seja, deixaram de ser simplesmente propriedades rurais, agropastoris, sítios ou hortas e obtiveram status de zona urbana não restando quase nenhum resquício das atividades agropecuaristas.

De zona rural à zona urbana, na atualidade a região do João Paulo adquiriu relevância socioeconômica à medida, que melhorias na infraestrutura urbana passou a atender os núcleos residenciais próximos, e às margens das principais avenidas que interligam os bairros. Curvelo-Matos (2014) aponta que por ser uma região de habitações operárias permitiu maiores vantagens urbanísticas diferenciam-se de outras localidades na capital ludovicense, tais como possuir logradouros nomeados, escolas, praças, mercados, igrejas e avenidas para maior circulação de pessoas e produtos.

Outro ponto observado, foi a presença do Poder Público para a prestação de serviços básicos como saúde, educação, transporte e saneamento básico, atraindo investimentos para a construção de moradias e atividades comerciais (Santos Silva, 2017). Há a tradicional feira do João Paulo, "ainda que não se tenha registros que precisem a sua origem, surgiu em virtude da carência de troca e venda dos produtos de necessidades básicas" (Alves et al, 2017, p. s/p). Compreende um importante centro comercial do *circuito inferior da economia urbana* (Santos, 1979), tendo duas partes: uma regularizada pela Prefeitura em um galpão; e outra externa, na rua, em condições insalubres sem atendimento para a infraestrutura local. Conforme constata Alves et al (2017, p. s/p), a "falta de infraestrutura e segurança adequadas [...] comprometem a qualidade de vida desses trabalhadores e dos produtos que são comercializados", assim sendo, "área para o trabalho evidencia a condição desigual e desumana imposta pela dinâmica do crescimento urbano".

Entretanto, o interior dos bairros João Paulo, Coroado e Filipinho, que estão mais afastados do eixo da avenida João Pessoa, carecem de infraestrutura sanitária acarretando em dois graves problemas socioambientais, sendo eles: por um lado, a falta de habitações adequadas com infraestrutura sanitária de abastecimento de água e escoamento de esgoto; por outro lado, o impacto do crescimento demográfico e espacial na parte norte-leste da bacia do rio Bacanga (Alves de Macêdo, 2012).

A Prefeitura de São Luís e o governo do estado do Maranhão se omitem, há mais de 50 anos, perante os problemas socioambientais existentes nos bairros mencionados acima, sendo a questão de saúde pública e de direitos humanos os principais conflitos na região estudada. É o caso da Rua da Vala na favela do João Paulo, também conhecida como Rua da Malária, devido a rede canalizada de esgoto a céu aberto em vias públicas (Figura 02).

ideia da criação de uma entidade nacional com o objetivo de produzir moradias sociais partiu do então, na época, deputado Juscelino Kubitschek".

Da mesma forma, o que ocorre no bairro do Coroado, com todo o esgoto despejado pelas residências, sendo que o escoamento superficial da parte mais alta da região do João Paulo, confluem nesses canais artificiais que se encontram com o rio Bacanga, comprometendo seus mananciais com o despejo e contaminação por resíduos sólidos e líquidos, para além de afetar diretamente a população com a contaminação e transmissão de doenças[5]. Há anos a prefeitura municipal e o governo estadual realizam reparos ineficientes nesses canais que são colapsados com a maior intensidade do volume de água que percorre nos canais, tendo em alguns pontos o alagamento do esgoto.

Figura 02: Favela Rua da Vala no bairro João Paulo, São Luís-MA, 2022.



Fonte: Trabalho de Campo (2022).

[5] SUACIDADE.COM. **Prefeitura de São Luís vistoria obras no canal do Coroado e anuncia projeto de urbanização.** SuaCidade.com, 27/01/2012. Disponível em: www.suacidade.com/prefeitura-de-sao-luis-vistoria-obras-no-canal-do-coroado-e-anuncia-projeto-de-urbanizacao

Como forma de tornar visível os problemas ambientais, de saúde pública e dos direitos humanos na Rua da Vala, há ações ligadas à Cultura *Hip-Hop* por parte do Núcleo de Mulheres Pretas Anastácia a partir do MH2O MA. O núcleo promove ações de conscientização com intervenções artísticas e políticas, com suas críticas direcionadas aos instrumentos normativos municipais para a resolução dos problemas urbanos nessa área do bairro João Paulo, sendo o Plano Diretor, o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual como parte do planejamento urbano e ambiental. Em 06 de novembro de 2017, quatro membros do MH2O MA foram reprimidos e detidos pela polícia militar do Maranhão por realizarem uma manifestação por melhores condições do saneamento básico na região João Paulo.

Para se ter uma ideia, a rede de esgoto da Ilha de São Luís é de 1970, sendo uma responsabilidade da Companhia de Água e Esgoto do Maranhão (CAEMA) e do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) a realização da distribuição e manutenção da rede. Por meio do Programa de Recuperação Ambiental e Melhoria da Qualidade de Vida da Bacia do Bacanga, o poder público vislumbra reparar os danos causados pela ausência de melhores condições de vida dos moradores do João Paulo, Coroado e Filipinho, totalizando mais de 15 mil pessoas.

No entanto, não há uma oferta concomitante ao projeto, tal como, a implantação de conjuntos habitacionais com melhores infraestruturas sanitárias. Há uma pressão da sociedade que carece de atendimento por moradia devido ao aumento do valor do solo urbano, que ocupa, cada vez mais, as Área de Preservação Permanente de forma irregular, como é o caso dos bairros Coroado, Redenção e Filipinho. Além de acelerar o assoreamento do rio Bacanga e ocorrer constantes movimentos de massas (barreiras) em estações com maior volume de chuva.

Vimos que a região do João Paulo compreende o eixo de expansão urbana de São Luís. Durante o século XX as diferentes formas de ocupação das áreas rurais foram instrumentos do planejamento urbano local com o intuito de concentrar a população proletária, ou seja, a população mais pobre da cidade. Com o acelerado processo de urbanização ocorreu uma intensa organização popular pelo direito à habitação via movimento de ocupações urbanas, sobretudo em áreas de mananciais que em decorrência da omissão do poder público local, conivente com sérios problemas urbanos relacionados à infraestrutura sanitária e habitacional.

Na região do João Paulo (assim como em outras quebradas de São Luís), estão os agentes sociais ligados à Cultura *Hip-Hop*. A existência de ações e manifestações do movimento MH2O MA contribuem para evidenciar a pobreza estrutural-urbana nas regiões observadas com intervenções diretas para denunciar e propor alternativas no cotidiano local. A capital ludovicense compreende a periferia do território brasileiro em termos da seletividade das modernizações, e da concentração decisória e do poder de comando na parcela sudeste do país, expondo-se, assim, os vetores políticos da desigualdade territorial.

Por isso, a superação da pobreza, essa disforia no território, é tão manifestada nas quebradas de São Luís, especialmente, na região do João Paulo. O *Hip-Hop*, sendo uma manifestação do fenômeno urbano, é a expressão artístico-político da pobreza estrutural-urbana. É a música produzida pelos pobres, os excluídos, pois ainda é

rejeitado pela sociedade, devido, em suas raízes, abordar criticamente o cotidiano vivido; é comercialmente explorado pelo mercado fonográfico devido à imposição técnico-normativa e ao acesso aos mesmos; e é reprimido pelo conteúdo transmitido.

Núcleo de Mulheres Preta Anastácia: a linha de frente

O Núcleo de Mulheres Preta Anastácia foi criado no ano de 1997 a partir dos encontros e reuniões do Quilombo Urbano na Praça Deodoro. Seu nome é em homenagem a Anastácia, uma mulher escravizada que foi torturada e amordaçada por se negar ter relações sexuais com seu proprietário. O núcleo surgiu com o objetivo de

> Coibir práticas machistas dentro do movimento [Hip Hop e do próprio Quilombo Urbano], estas mulheres passam por um processo de constituição da identidade coletiva, a partir da reivindicação feminista, de um posicionamento grupal em relação aos antagonismos e conflitos vivenciados no cotidiano engendrados pelo pertencimento e a compreensão dos processos de opressão que as mulheres sofrem. (Durans, 2014, p. 76)

Enfatizamos a existência do único núcleo dentro do Movimento Organizado de *Hip-Hop* Quilombo Urbano. A razão é atribuída devido a sua forma-conteúdo/estético-político, pois se trata de uma organização formada somente por mulheres do MOh2H MA; está em atividade desde a segunda metade da década de 1990; congrega *RAP*, *break* e *graffiti* (elementos do *Hip-Hop* fundamentais para o movimento em questão); e por possuir uma pauta militante anti-machista e feminista (Figura 03).

Figura 03: Símbolo do Núcleo de Mulheres Preta Anastácia.



Fonte: Quilombo Urbano/Facebook (2023).

Como visto no símbolo e para as integrantes do Núcleo de Mulheres Preta Anastácia, o ato de enaltecer as pessoas de Anastácia significa romper com as lógicas estruturantes da formação territorial brasileira, em que muitas mulheres são silenciadas pelo patriarcado, a misoginia e o machismo cotidiano promovidos pelo capitalismo, sobretudo quando se trata de mulheres pretas. Por meio das manifestações artísticas do *Hip-Hop* (a maioria das integrantes são MCs, algumas b-girls e grafiteiras) e das ações organizadas pelo Quilombo Urbano, o núcleo realiza palestras, rodas de conversa e apresentações artísticas nas quebradas, espaços públicos e espaços institucionais (Figura 04). Conforme narra Durans (2014, p. 79), é "a partir da atuação do [núcleo] que a preocupação com o

machismo passou a ser constante no Quilombo Urbano por todos os seus militantes, tendo como exemplo dessa conquista a proibição de músicas ou falas, em shows e eventos da entidade, que expressassem o machismo".

Figura 04: Eventos ligados diretamente pelo Núcleo de Mulheres Preta Anastácia.



Fonte: Quilombo Urbano/Facebook (2016; 2018; 2020).

Uma vez que, o número de mulheres no Quilombo Urbano é muito inferior se comparado com os membros homens da organização. Dentre os projetos do Núcleo de Mulheres Preta Anastácia destacam-se o Informativo Anastácias (material de informação ascendente abordando problemáticas como a luta das mulheres, reforma urbana e os eventos propostos pelo Quilombo Urbano); o 1º Encontro Norte-Nordeste de Mulheres do *Hip-Hop* realizado no ano de 2002 que ocorreu no Sindicato dos Bancários de São Luís. O encontro abordou o tema: *Hip-Hop* - alternativa de conscientização e transformação para a mulher da periferia. Tendo, na abertura a presença de partidos políticos, sindicatos, movimento negro e popular; os eventos "Baile das Rosas" e "Rebelar", somente com mulheres convidadas para se manifestarem artisticamente, ambos no Centro Histórico da capital; e uma série de saraus e atos em combate ao machismo na valorização do Dia Internacional da Mulher e do Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha.

O núcleo Preta Anastácia é coordenado pela repeira Preta Lu, que também integra o grupo Gíria Vermelha, sendo a única mulher desse mesmo grupo. Nas palavras de Preta Lu[6]: "*as mulheres quando entram no Hip-Hop são escorraçadas. Ela não se difere com o todo da sociedade e acredito que a gente não avançou muito, pois somos*

[6] Diálogo de campo realizado com Preta Lu na Rua da Vala, João Paulo, São Luís-MA, em 12 de janeiro de 2022.

uma quantidade muito pequena em termos de produção, por exemplo. Não dá pra esperar os caras, vai se foder e quem vai produzir essa porra sou eu. Eu mesmo produzo os eventos, junto com o pessoal mais novo que se integrou com a gente. A ideia do núcleo de Mulheres se propõe a realizar ações para ter mais mulheres no movimento e uma fortalecer a outra, sobretudo, na questão racial, mano! A gente sempre tem que chamar a atenção dos membros do movimento [Quilombo Urbano] para ter as mulheres como referência".

Atualmente o núcleo continua se dedicando às atividades ligadas à mulher, ao feminismo, às palestras e eventos. Durante a pandemia do Coronavírus, ocorreram videoconferências nas redes sociais abordando os temas defendidos pelo núcleo, bem como é mantido um Fórum/Grupo na rede social *Facebook*, da qual são divulgados as ações e levantados debates. O Fórum conta com mais de 60 participantes, dentre mulheres e homens de diferentes idades e localidades do país.

A cidade é um lugar revolucionário (Santos, 1987), lugar de abrigo e morada de diferentes manifestações econômicas, políticas, culturais, artísticas e da própria existência humana. Em sua totalidade luminosa e opaca, há uma contradição litigiosa por se tornar um lugar de disputas e de territorialidades que revelam suas crises, o caos, mas também a sua maneira de comportar agentes (sujeitos individuais e coletivos) que reivindicam a sua função cidadã, sobretudo, aqueles que não se deixam crer serem meros **consumidores mais que perfeitos**, parafraseando Milton Santos em "O espaço do Cidadão". Portanto, é nessa via que as relações do comum, do comunitário, fazem emergir as organizações conscientes do processo antagônico compartilhado entre a ação racional e contrarracional no mesmo lugar.

O *Hip-Hop* é a expressão de uma juventude que sobrevive em meio ao caos nas ruas e áreas periféricas de São Luís. Muitos jovens são forçados a todo o momento a se adaptarem às políticas de vertente neoliberal que adentram no cotidiano das pessoas por meio da pobreza estrutural urbana. Nessa via, o RAP por meio das Batalhas de MCs, tem uma ferramenta de transformação socioespacial contra a racionalidade dominante por ainda resistir à lógica dominante que estigmatiza o jovem preto, pobre e periférico ao insucesso e à incapacidade de existir.

As rimas de improviso são uma rota de fuga das opressões e contradições das metrópoles, considerando o progresso urbano e a produção de desigualdades. O reflexo é percebido nas ruas e no cotidiano. Rimar, improvisar e expor a arte remete à libertação dos círculos viciosos dos bairros periféricos, tal como a violência policial, a violência das drogas e do crime organizado. Como contatado por Milena Santos (2021, p. 29),

> Enquanto ocorre a batalha, as pessoas que estão simplesmente passeando pela praça, as crianças e os jovens que estão brincando, na parada de ônibus, ou andando de skate, se aproximam e começam a discutir: entre uma rima e outra, assuntos inerentes à sociedade, como política, educação, acessibilidade, lazer, oportunidade para a população periférica, etc.

O sentido para a realização das batalhas está na ocupação dos espaços públicos, na troca de experiências e na legitimação da própria existência. O jovem da quebrada deixa de ser invisível, contrapondo-se à lógica imposta pela sociedade capitalista. E aquilo que parecer ser um simples ato artístico dos sujeitos, torna-se um movimento reivindicatório dos seus direitos, diante de suas inquietações na coletividade.

O MH2O MA passou a se aproximar das manifestações com viés artístico nas periferias de São Luís, sobretudo, nas regiões dos bairros João Paulo e Quilombo Liberdade, contribuindo para a organização das Batalhas de MCs, bem como os Slam Poetry (disputas de poesia falada). As ações ocorrem diretamente sob realização do MH2O MA, de suas Posses[7] ou do Núcleo Preta Anastácia (Figura 05).

Figura 05: Flyers de divulgação das Batalhas de MCs organizadas coletivamente com o Quilombo Urbano.



Fonte: Quilombo Urbano/Facebook (2021; 2022).

Desde de 2018, o Núcleo Preta Anastácia é organizador da Batalha do João Paulo - JP, situada na Praça do Monumento em Homenagem a São Marçal, às margens da avenida São Marçal (principal via de acesso sentido bairro). Os encontros reúnem centenas de pessoas, possibilitando novos fluxos de comunicação e adensando o tecido social. “Essa dinâmica diferenciada dos lugares chama atenção para o que determinamos ser a força de atração e acolhimento que a cultura, simbolicamente, significa nos lugares. É nessa via, também por meio das batalhas, que os espaços são ressignificados" (Santos, 2021, p. 29).

Nas Batalhas de MCs que o Quilombo Urbano está envolvido, na presença do núcleo Preta Anastácia, são realizadas premiações, oficinas e venda de produtos da organização, reforçando a proposta político-artística e autogestora. Conforme Preta Lu[8]: *hoje eu vejo as Batalhas de MCs como uma ressignificação das Posses. Se você reparar elas estão se organizando como as Posses. Nós temos uma presença nas Batalhas do João Paulo e Liberdade, mas sempre a gente tá colando nas outras batalhas: Batalha da Vila Embratel, Batalha Itinerante, tem a Batalha do Maiobão e a gente sempre dá forças um para o outro. O que a gente tenta é trazer esse movimento [batalhas], que está sempre em movimento e promovendo ação, para a leitura de textos, inserindo nas grandes manifestações, pros debates, entendeu? ”*.

Na região do João Paulo, mais especificamente na favela da Rua da Vala, há uma representatividade das ações do Quilombo Urbano. Praticamente por quase toda a existência da organização, essas duas regiões não

[7] Coletivos de grupos de breakers, grafiteiros, emecees e/ou dessjays que atuam de forma organizada promovendo ações de conscientização a partir dos princípios filosóficos da Cultura *Hip-Hop*.
[8] Diálogo de campo realizado com Preta Lu na Rua da Vala, João Paulo, São Luís-MA, em 12 de janeiro de 2022.

deixaram de fazer parte dos projetos em suas múltiplas faces. As questões de raça, classe e gênero se entrecruzam com as pautas do movimento negro, da luta das mulheres, do crime organizado, das antigas gangues de pixadores e até mesmo, no caso da Rua da Vala, no direito ao saneamento básico. Destacamos as atividades do Núcleo de Mulheres Preta Anastácia, na Rua da Vala.

Apreciamos que o Quilombo Urbano expõe como estratégia a política com viés marxista, e como tática, as ações com os elementos da Cultura *Hip-Hop*. Podendo assim, avançar por entre as problemáticas relacionadas à classe, raça e cultura, ou seja, com direcionamentos para os indivíduos e sujeitos das periferias urbanas, sobretudo, os jovens pretos e pretas e o RAP, *graffiti* e *breakin* substanciados no aspecto cultural (Dias, 2009), sendo indissociáveis em seus projetos.

A ação das "Anastácias do Quilombo Urbano", e suas mobilizações na região do João Paulo, ocorrem principalmente na favela da Rua da Vala, atualmente denominada institucionalmente de rua da Felicidade. Grande parte das mobilizações, como já salientado, são coordenadas pela repeira, Preta Lu, pois ela é moradora da favela há mais de 25 anos e conhece todos os meandros e códigos da Rua da Vala. Além de ser militante do Quilombo Urbano, a artista mantém seu ateliê de costura na própria residência e convive constantemente com os moradores e os problemas locais.

Como vimos anteriormente, a Rua da Vala do João Paulo, carece de inúmeros pontos de infraestrutura sanitária, sendo essa a principal pauta de luta dos moradores, bem como os altos índices de violência. Desde então, o Núcleo Preta Anastácia promove atividades de diálogos, conscientização e autovalorização dos moradores, mas sobretudo, das mulheres da quebrada. Muitas das ações na Rua da Vala são realizadas de forma estratégica, sem muito planejamento, pois a carência grita aos olhos dos moradores.

De acordo com Preta Lu[9], *as gangues dominam a favela com conflitos muito grandes e posteriormente o tráfico de drogas. Agora está mais pacificado. Antes da pacificação nós fazíamos somente os eventos aqui na rua, pois eu tenho mais um controle e um diálogo respeitoso com o movimento* [crime]. *Quando os eventos são na praça* [Monumento a São Marçal] *eu perco o controle, porque lá concentra gente de todos os lados por estar numa via central, de conexão com os bairros.*

Desde então, as iniciativas envolvem o RAP, o *graffiti* e as problemáticas sociais do bairro João Paulo, tais como o machismo, a pobreza e o saneamento básico. O intuito é agregar o maior número de pessoas para a participar dos eventos, mesmo tendo ciência de que seja um espaço efêmero. Mesmo com as dificuldades que é organizar um evento, é um produto da criatividade que vem da organização do Núcleo de Mulheres na favela.

[9] Diálogo de campo realizado com Preta Lu na Rua da Vala, João Paulo, São Luís-MA, em 12 de janeiro de 2022.

Um exemplo das ações, foi a realização em 2020 do Dia Internacional da Mulher, sendo o “8 de março na Quebrada: não à violência contra a Mulher! Contra a retirada de direitos de Bolsonaro e Damares”; e contou com rodas de conversa, apresentações artísticas e grafitagem (Figura 06).

Figura 06: Intervenção de graffiti na Rua da Vala do João Paulo somente com Mulheres.



Fonte: Quilombo Urbano/Facebook (2020).

As mulheres se colocam à frente do movimento para apresentar seus questionamentos. Como afirma Preta Lu, *se deixar só os caras do movimento querem ficar à frente dos palcos*[10]. Eis mais um motivo para se fortalecerem e transformarem a quebrada com a sensibilidade que há no acolhimento e na empatia de saber ouvir a necessidade convivida na Rua da Vala. Tem-se uma integração com a população, a partir do *Hip-Hop* e da política, como forma de reafirmar a cidadania à existência.

Observamos que as ações do Núcleo de Mulheres Preta Anastácia estão alicerçadas na interseccionalidade: raça, classe e gênero. A preocupação, a empatia e a visão crítica possibilitam multiplicar experiências e vivências

[10] Diálogo de campo realizado com Preta Lu na Rua da Vala, João Paulo, São Luís-MA, em 12 de janeiro de 2022.

com indivíduos e sujeitos de diferentes gerações nas quebradas de São Luís. O MH2O MA possui um projeto de nação alinhado ao movimento negro e grupos partidários com teorias marxistas. Para o movimento, o *Hip-Hop* é uma ferramenta de transformação social que intermedia na esfera pública as políticas sociais institucionais e as políticas cotidianas, banais tendo o Estado capitalista como um agente a ser confrontado. Tem-se, assim, um afrontamento político-artístico organizado.

A metrópole ludovisense (assim como em outras localidades da realidade brasileira) é a concretude de materialidades e sociabilidades, resguarda em diferentes representações dos modos de expressão da realidade. Nos permitindo afirmar que há uma temporalidade do agir na sociedade e nas dimensões espaciais. O período técnico-científico-informacional, sendo ele próprio a globalização, impõe às diferentes formas de agir nas temporalidades (Santos, 1994; 1996). O tempo das grandes empresas difere-se do tempo do cidadão comum com sua rotina diária, inserido no mercado de trabalho. O agir global e local incidem sobre a metrópole, onde se exige velocidade, mas que coexiste com a lentidão dos objetos e das ações de cada grupo, agente e sujeitos.

Em conformidade com Santos (1994, p. 79), a

> Cidade [enquanto, Metrópole] é o lugar em que o Mundo se move mais; e os homens também. A co-presença ensina aos homens a diferença. Por isso a cidade é o lugar da educação e da reeducação. Quanto maior a cidade, mais numeroso e significativo o movimento, mais vasta e densa a co-presença e também maiores as lições e o aprendizado.

A segregação que há nas metrópoles na existência dos *espaços luminosos* e dos *espaços opacos*, segue uma mecânica repetitiva dos planejadores e planos urbanos. Nos *espaços luminosos,* o ímpeto da velocidade globalizante é perverso, estimulado pela competitividade e imagens fantasiosas (fabulações da vida). Nos *espaços opacos,* a intensidade da lentidão local se dá pela coexistência, sendo nutrida pela solidariedade e a realidade em si (nua e crua). E dessa lentidão que os agentes comuns, sobretudo os pobres, adquirem sua força (Santos, 1994). Como podemos perceber na fala [repleta de razão e emoção] da nossa interlocutora[11]: *É fundamental o lugar onde a gente vive, eu praticamente nasci aqui, eu conheci o Hip-Hop aqui, e aqui há uma questão muito forte que é a presença do CCN. Então, eu fui criada na batucada, mas foi a partir do Hip-Hop que eu me reconheci como preta. Aqui na Rua da Vala, que na verdade é chamado de Rua da Malária, mas é a favela do João Paulo. É uma favela que está no principal centro comercial de São Luís. Olha pra cá [cerca Iraque no muro de um convento], isso é uma divisão física, e eu aprendi muita coisa com isso, pois é uma divisão física. O meu pai foi marceneiro aí [convento]. Sabe aquela música: Tá vendo aquele edifício moço? Ajudei a levantar Foi um tempo de aflição Eram quatro condução Duas pra ir, duas pra voltar[12]. Eu vejo o meu pai nessa música. Então eu sinto na pele, talvez se eu não estivesse aqui, talvez eu não teria me jogado tanto no mundo. Quando eu era criança eu tinha que passar por dois colégios privados para ir à escola e os moleques me xingavam, pois sabiam que eu era da Rua da Vala. E isso me*

[11] Diálogo de campo realizado com Preta Lu na Rua da Vala, João Paulo, São Luís-MA, em 12 de janeiro de 2022.

[12] Zé Geraldo. Cidadão. Zé Geraldo. Sony Music Entertainment (Brasil), 1979.

provoca. Mesmo com essa questão que tentam me definir, eu cheguei na Universidade. O meu cotidiano aqui é tráfico, droga, violência, solidariedade, é o alagamento quando chove que faz parte do que eu sou.

O "tempo lento", o "homem lento", o 'homem comum" (Santos, 1994) também são categorias analíticas que apontam para um novo período, para novas ações estratégicas, para a formação de sujeitos que rompem com as fabulações (sem deslumbre de *likes*, falsos elogios e consumos sem direitos). Nas metrópoles, a

> Estrutura dessa população de "homens comuns" favorece o processo. A chegada incessante de migrantes à cidade aumenta a variedade dos sujeitos... dos **sujeitos comuns** e das interpretações mais próximas do real [...] A temporalidade introjetada que acompanha o migrante contrapõe-se à temporalidade que, no lugar novo, quer abrigar-se no sujeito. Instala-se assim um choque de orientações, obrigando a uma nova busca de interpretações. (Santos, 1994, p. 81, grifo nosso)

Evidencia-se na ação do Núcleo de Mulheres Preta Anastácia a existência da "insurgência contra o modo de vida proposto pela gestão neoliberal da cidade e a recusa da exclusão associada à produção da cidade para o mercado". A insurgência, que tanto pode ser explosiva, quanto surda e cotidiana (Ribeiro, 2006, p. 29), com caráter político-cultural, não se limita aos formalismos normativos e abrange nos sujeitos comuns a *corporificação de direitos*. Segundo Ribeiro (2006, p. 30), a *corporificação de direitos* encontra-se no "anseio por dignidade, justiça e esperança, que transcende a esfera institucionalizada da vida urbana e, em consequência, as arenas políticas já configuradas. É a legitimidade deste anseio que transparece na dura cobrança feita a governos e governantes, quando se distanciam de suas origens sociais ou traem compromissos".

A amplitude das discussões, a tomada de consciência, prevê a formação de um sujeito, individual ou coletivo corporificado, "sujeito de direito – previsto e garantido em lei – mas materializado em sangue, carne e cultura, superação tanto do idealismo quanto do materialismo objetivante" (Ribeiro, 2000, p. 83). A origem do sujeito e/ou coletivos corporificados deriva-se de diferentes temporalidades a curta, média e longa duração, ou seja, em diferentes escalas de atuação. Constituem-se no tempo lento - tempos das ações não-hegemônicas; em contrapartida ao tempo rápido - tempos das ações hegemônicas e hegemonizadas (Santos, 1994).

Conforme Santos (1994, p. 42), em sua permanente dialética, "há o conflito dos tempos dos atores hegemônicos e dos atores não-hegemônicos ou hegemonizados. É assim que se definem, a partir do uso do espaço e do tempo, os cotidianos tão diversos...". Nessa situação, o tempo lento é o tempo da ação e do lugar as mulheres pretas e periféricas na linha de frente.

Considerações finais

Concluindo, os resultados indicam que a Cultura Hip-Hop como um fenômeno afro-diaspórico e urbano opera como forma de resistência e produção de territorialidades periféricas na forma-conteúdo das contrarracionalidades urbanas. As experiências do Núcleo de Mulheres Preta Anastácia articuladas nos bairros da região do João Paulo, na periferia de São Luís do Maranhão revelam as dinâmicas complexas entre cultura, política e cidadania na produção do espaço banal.

A pesquisa revela um processo de transição histórica do Hip-Hop nos territórios urbanos, marcado por temporalidades e configurações específicas. Esse processo se expressa em discursos, ações e projetos permeados por tensões, disputas e reinvenções. Os vínculos geográficos contidos por esses sujeitos coletivos são expressos em discursos inacabados, abertos à continuidade, que revelam e tencionam as múltiplas formas de exclusão e resistência no espaço urbano.

As ideologias emergem no seio caótico e conflitante da metrópole, como formações sociais, intelectuais e simbólicas que atravessam - e muitas vezes contestam - as estruturas hegemônicas de poder. O coletivo de mulheres investigadas expressa uma inventividade e um desejo de mudança profundamente enraizados nas contradições do urbano, atravessadas pela interseccionalidade de raça, gênero e classe na capital ludovicense. Nesse contexto, torna-se fundamental distinguir a Cultura *Hip-Hop* como expressão artística e o Movimento Cultural *Hip-Hop* como projeto político e socioterritorial, oferecendo alternativas concretas de transformação e reorganização do espaço vivido.

A partir da análise, evidenciamos, nos territórios do Movimento Organizado Quilombo Urbano a partir do Núcleo de Mulheres Preta Anastácia, a densidade social e comunicacional das práticas culturais. Os diálogos com os interlocutores, as entrevistas, os materiais de divulgação, os produtos audiovisuais e os registros imagéticos nos permitiram acessar sentidos e significados atribuídos por essas lideranças à sua atuação nos territórios, compreendendo-os como sujeitos em processo de formação e agentes ativos na produção de novas territorialidades.

As condições geográficas da região do João Paulo, em São Luís, expressam de forma relevante aspectos estruturais da formação socioespacial brasileira, tal como, o adensamento populacional, o perfil da população economicamente ativa, o descaso histórico com políticas públicas de educação e emprego, e o aprofundamento da pobreza urbana estruturam um cenário de desigualdade, mas também de potência como superação da escassez.

Nesse contexto, as ações político-cultuais do *Hip-Hop* se firmam como contrarracionalidades, nutridas pela experiência cotidiana, que podem ser compreendidas como formas de resistência e reinvenção da vida na cidade. Elas nos provocam a repensar as pedagogias do urbano e os projetos de cidade que queremos construir, a partir dos saberes autênticos nas periferias.

Referências

ALVES DE MACÊDO, Lúcio Antônio. Metropolização na Ilha de São Luís e seus impactos sanitários e ambientais. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, UFMA, out. 2012.

ALVES, Cristiano. Nunes.; SANTOS, Milena Boaes dos. Dinâmicas socioterritoriais e circuitos culturais em São Luís - MA: as batalhas do rap ludovicense. **Revista Equador**, v. 8, p. 315-331, 2019.

ALVES, Jainara Araujo *et al.* O trabalho informal na feira do João Paulo (São Luís – MA) como expressão da questão social. In: **VIII Jornada Internacional De Políticas Públicas**, 2017, São Luís. Anais [...]. São Luís: UFMA, 2017.

ATLAS BRASIL**. IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal**. Brasília: PNUD/Ipea/FJP, 2010.

CURVELO-MATOS, Heloísa Reis. **Análise toponímica de 81 nomes de bairros de São Luís/MA.** 2014. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

D'ANDREA, Tiaraju. **A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo.** 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.** São Paulo: Boitempo, 2015.

DIAS, Hertz da Conceição. **A posse da liberdade: a integração neoliberal e a ruptura político-pedagógica do Hip Hop em São Luís, a partir dos anos 1990.** 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2009.

DURANS, Claudimar Alves. **As Anastácias do Quilombo: uma análise da participação e representação da mulher no hip-hop maranhense.** 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Maranhão, Instituto de História Social, São Luís, 2014.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais.** Organização: Liv Sovik; tradução: Adelaide La Guardia Resende *et al.* Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022.** Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua: 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

LOPES, Francisco Clébio Rodrigues. Metamorfoses no espaço metropolitano de São Luís (MA). **GeoTextos**, Salvador, v. 14, n. 1, p. 83-102, jul. 2018.

MOYSÉS, Mauricio. **Espaço banal e essência cotidiana: ações contrarracionais do RAP pela superação da pobreza estrutural-urbana em São Paulo-SP e São Luís-MA.** 2023. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2023.

NASCIMENTO, Lúcia Moreiro do; ROCHA, Filipe Santos. Análise da funcionalidade, tipologia e topologia dos projetos arquitetônicos dos conjuntos habitacionais populares do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) na cidade de São Luís no Maranhão. In: **Seminário Docomomo Norte E Nordeste**, 9., 2022, São Luís. Anais [...]. São Luís: UFMA, 2022.

PEREIRA JUNIOR, Magno Vasconcelos; PETRUS, Júlia Kátia Borgneth. A desigualdade socioespacial de São Luís (MA) demarcada pelos seus bairros. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 9, n. 2, p. 170-189, ago. 2015.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. A cidade neoliberal: crise societária e caminhos da ação. **OSAL: Observatorio Social de América Latina**, Buenos Aires, Año VII, n. 21, sep.-dic. 2006.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Outros territórios, outros mapas. **OSAL: Observatorio Social de América Latina**, Buenos Aires, Año VI, n. 16, jun. 2005.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Sujeito corporificado e bioética: caminhos da democracia. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 5-11, jan./abr. 2000.

RIBEIRO, Antonio Ailton Penha. **Rimando identidades: raça, classe e periferia no rap maranhense.** 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Maranhão, Instituto de História, São Luís, 2014.

SANTOS SILVA, Guilherme Müller. **Planejamento estratégico: uma análise dos empreendedores com mais de uma década de atuação no bairro João Paulo, São Luís – MA.** 2017. Monografia (Bacharelado em Administração) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

SANTOS, Milena Boaes dos. **Circuitos culturais e novas tecnologias da informação: análise da topologia/tipologia das redes de cooperação da cultura Hip Hop na região de São Luís.** 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2021.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido.** São Paulo: Edusp, 2002 [1979].

SANTOS, Milton**. O espaço do cidadão.** São Paulo: Edusp, 2012 [1987].

SANTOS, Milton. O território e o saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, v. XIII, n. 2, 1999.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo.** São Paulo: Edusp, 2008 [1994].

SANTOS, Rosenverck Estrela. **Hip hop e educação popular em São Luís: uma análise da organização "Quilombo Urbano".** 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2007.

ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS
SÃO PAULO

Boletim Paulista de Geografia

ISSN: 0006-6079 - e-ISSN: 2447-0945

Artigo

Entre Estados e Estádios: as caravanas de Torcidas Organizadas como experiências de deriva urbana

JOÃO VITOR CARDOSO SUDÁRIO
Universidade Federal Fluminense (UFF) – Niterói,
Rio de Janeiro, Brasil.
joaovitorcsudario@gmail.com

Boletim Paulista de Geografia
N°: 115
Ano: 2026

SUDÁRIO, João Vitor Cardoso. Entre Estados e Estádios: as caravanas de Torcidas Organizadas como experiências de deriva urbana. **Boletim Paulista de Geografia**, v. 1, n. 115, p. 137–154, 2026. https://doi.org/10.61636/bpg.v1i115.3904.

Recebido em: 06 de junho de 2025
Aceito para publicação em: 24 de janeiro de 2026
Editor responsável: Igor Alencar

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.

Entre Estados e Estádios: as caravanas de Torcidas Organizadas de futebol como experiências de deriva urbana

Resumo

O presente texto pretende abordar o fenômeno das viagens de torcidas organizadas – popularmente conhecidas no meio como caravanas - como uma experiência de deriva urbana. A pesquisa tem como objetivo descrever e analisar as experiências itinerantes dos torcedores organizados de futebol no Brasil, tendo em vista fatores que podem facilitar ou dificultar o trajeto, como a dimensão territorial do país, o sistema de amizade e inimizade entre torcidas e o papel das forças de segurança. Como metodologia operacional, a utilização da deriva se relaciona com a atividade de imersão em campo, visto que as derivas têm como condição a possibilidade de viajar. Para isso, a pesquisa busca momentos oportunos que expressam aproximações e diferenças dos modos de derivar a partir das imersões de campo, em contextos como as caravanas das torcidas para acompanhar o Clube de Regatas do Flamengo em Minas Gerais contra Cruzeiro e Atlético Mineiro (2022-2024). Quanto aos resultados da pesquisa, notou-se que o ato de viajar é uma característica necessária para a vivência torcedora, aproximando aqueles que compartilham do mesmo modo de vida e separando os diferentes. Além disso, em encontro com a metodologia da deriva, foi possível perceber que o deslocamento territorial dos torcedores – mesmo com rotas bem definidas – estava inscrito em uma série de situações que demandam rapidez, estratégia e trabalho coletivo para a solução das situações que por ventura aparecem no caminho.

Palavras-chave: Deriva; Estádios; Torcidas Organizadas; Geografia; Futebol.

Between States and Stadiums: Caravans of Organized Football Supporters as Experiences of Urban Drift

Abstract

This study examines the phenomenon of organized football supporters travel—commonly referred to as "caravans"—as an experience of urban drifting. The research aims to describe and analyze the mobile practices of organized supporters in Brazil, considering structural and relational factors that shape their trajectories, such as the country's territorial scale, networks of alliances and rivalries among supporter groups, and the role of security forces. Methodologically, the notion of drift (deriva) is mobilized not only as a conceptual tool but also as a fieldwork strategy, emphasizing immersion and movement. Drifting presupposes the possibility of travel, and the research seeks to identify key moments that reveal convergences and divergences in these experiences across field immersions. Empirical observations are grounded in caravan journeys accompanying Clube de Regatas do Flamengo to matches against Cruzeiro and Atlético Mineiro in Minas Gerais (2022–2024).Findings suggest that mobility constitutes a fundamental dimension of supporter identity, reinforcing bonds among those who share this lifestyle while distinguishing them from others. Furthermore, in alignment with the concept of drift, the journeys undertaken by supporters—though structured by predetermined routes—are marked by contingencies that demand agility, strategic coordination, and collective problem-solving. These dynamics reveal the complexity of territorial circulation within the broader context of football fandom in Brazil.

Keywords: Deriva; Stadiums; Torcidas Organizadas; Geography; Football.

Entre Estados y Estadios: Viajes de Hinchas Organizados como Experiencias de Deriva Urbana

Resumen

Este estudio examina el fenómeno de los desplazamientos de hinchas organizados del fútbol —comúnmente conocidos como "caravanas"— como una experiencia de deriva urbana. La investigación tiene como objetivo describir y analizar las prácticas móviles de las hinchadas organizadas en Brasil, considerando factores estructurales y relacionales que configuran sus trayectorias, tales como la escala territorial del país, las redes de alianzas y rivalidades entre grupos de hinchas, y el papel de las fuerzas de seguridad. Metodológicamente, se moviliza la noción de deriva no solo como herramienta conceptual, sino también como estrategia de trabajo de campo, con énfasis en la inmersión y el movimiento. Derivar presupone la posibilidad del desplazamiento, y la investigación busca identificar momentos clave que revelen convergencias y divergencias en estas experiencias a lo largo de las inmersiones de campo. Las observaciones empíricas se fundamentan en viajes en caravana acompañando al Clube de Regatas do Flamengo en partidos contra Cruzeiro y Atlético Mineiro en Minas Gerais (2022–2024). Los hallazgos sugieren que la movilidad constituye una dimensión fundamental de la identidad del hincha, reforzando los lazos entre quienes comparten este estilo de vida y diferenciándolos de otros. Además, en consonancia con la noción de deriva, los desplazamientos emprendidos por los hinchas —aunque estructurados por rutas predeterminadas— están marcados por contingencias que exigen agilidad, coordinación estratégica y resolución colectiva de problemas. Estas dinámicas revelan la complejidad de la circulación territorial en el contexto más amplio del fanatismo futbolístico en Brasil.

Palabras-clave: Deriva; Estadios; Hinchadas; Geografia; Fútbol.

Introdução

O torcedor de futebol tem, por característica, uma relação simbiótica com o clube para o qual torce. É como uma relação de vida: nasce, cresce, se dedica para cumprir seus objetivos torcedores e depois de um tempo, se retira dessa rotina (por idade ou outros fatores, como sua condição financeira e ausência de tempo para estar presente). Esta talvez seja a maneira mais simplória de destacar a linearidade da vida de um torcedor. É nesse processo de dedicação ao seu clube que o torcedor, para se sentir cada vez mais pertencido, começa a se deslocar em escalas municipais, estaduais, nacionais e, dependendo do contexto, internacionais. O viajar, ou melhor, o deslocamento territorial, passa a existir na realidade como um modo de vida torcedora, construindo sua participação ativa, seja em "casa"[1] ou não. Antes de nos aprofundarmos no ato de viajar, precisamos primeiro entender sobre o torcedor de clube de futebol.

Bernardo Buarque de Hollanda (2009) em seu texto "Futebol, Arte e Política: a catarse e seus efeitos na representação do torcedor" explica, a partir do conceito de catarse – apoiado em bases filosóficas – como o efeito sobre o público observador dos teatros encontra semelhança com o público espectador das partidas do esporte bretão, mesmo com as contradições entre os frequentadores, uma

[1] O sentido de "casa" em nossa pesquisa faz referência ao mando de campo do clube para o qual o torcedor se identifica. Quando se utiliza a expressão "jogo em casa" subentende-se qual clube tem o mando da partida. O contrário, ou seja, os jogos "fora de casa" significam que o clube jogará de visitante e sua, torcida, por sua vez, terá de se deslocar para acompanhar a partida. Os jogos fora implicam no "viajar", característica muito importante em nosso texto.

vez que o primeiro tem um viés elitista e o segundo características de massificação e popularização. Para construir esse raciocínio, o autor busca também explorar os diferentes nomes que o indivíduo que acompanha um clube de futebol recebe ao longo do mundo, sobretudo a partir das práticas corpóreas e culturais de determinada população, e, conclui, que a alcunha "torcedor" é uma denominação particular ao caso brasileiro. Tal afirmação é melhor sinalizada:

> A palavra *torcedor*, oriunda do verbo torcer, era consignada pelos cronistas com base em uma observação pitoresca feita nos dias de jogo: em meio aos lances de indefinição e expectativa anteriores ao arremate de um gol, lenços eram torcidos e contorcidos na arquibancada por parte do público feminino presente que, conhecido pela contenção e pela moderação verbal, contrastantes com os gritos, os berros e os impropérios mais permissivos ao público masculino, exprimia de maneira sutil seu sofrimento com as tensões emanadas da partida. Usados pelas mulheres de início para a saudação aos jogadores do time no decorrer do ritual futebolístico – seja a entrada da equipe em campo, seja a comemoração da vitória de sua equipe –, junto às fitas coloridas que serviam de adorno e de distintivo clubístico aos chapéus de cada espectador, a torção de tais adereços passou a simbolizar os gestos de aflição, bem como, os efeitos de contração do corpo a que se submetia de um modo generalizado todo e qualquer torcedor (Hollanda, 2009, p. 133).

Para melhor contextualizar o fenômeno de formação do torcedor de futebol, urge a necessidade de um exercício de história, e também de Geografia, dos esportes e das cidades brasileiras enquanto cenário de diferentes ambiências, sendo desde o marco zero de vida – sua fundação - até os mais diversos meios de sobrevivência dos corpos, práticas, construções e vivências coletivas ou individuais. Gilmar Mascarenhas (1999), importante expoente no campo da Geografia dos Esportes e, sobretudo, do futebol, destaca em seus escritos a transição dos espaços coloniais para os espaços modernos de vida urbana no Brasil e, no caso do estudo específico, na cidade do Rio de Janeiro. Neste ponto, o destaque da cidade carioca se deve ao processo histórico do colonialismo português nas terras brasileiras, visto que a chegada da corte portuguesa trouxe consigo o hábito esportivo nos moldes que reverberam na atualidade, conforme aponta Melo (2014).

Mascarenhas, por sua vez, demonstra que o patamar dos esportes no Rio de Janeiro, assim como no restante do Brasil, tem uma guinada com a chegada dos britânicos e, consequentemente, de seus hábitos esportivos como a prática dos *sports* ao ar livre ou em espaços de lazer – sendo, claramente, espaços de lazer construídos e constituídos para as elites internacionais que chegavam nas novas cidades. É a elite inglesa quem controla os esportes nas urbes brasileiras até a primeira década dos anos 1900, visto que esportes como o futebol ainda se encontravam em um lugar incipiente no que diz respeito tanto à prática quanto à popularização – por estratégia, claro.

No entanto, Simões (2023) nos fala que a popularização do futebol é fruto direto das conquistas dos trabalhadores no Brasil, sendo eles imigrantes ou a nova classe trabalhadora brasileira que se formava

com o crescimento das cidades, divisão do trabalho e renovações dos modos de produção. E é a partir da popularização, mesmo em um processo conturbado, que o sujeito torcedor encontra lugar nas reflexões realizadas acima por Hollanda (2009) a respeito da formação do torcedor brasileiro. No que diz respeito ao público torcedor e à popularização do futebol – em escala profissional e no lazer assistido e praticado -, Irlan Simões nos fala:

> O emprego da força de trabalho dos jogadores – primeiro de forma não oficial, posteriormente nos moldes "profissionalizados" – e a mobilização de uma série de outros tipos de trabalhadores e segmentos profissionais viabilizaram a produção contínua do "jogo de futebol" enquanto divertimento urbano, comercializável como espetáculo a ser assistido (por isso a "assistência") em consumo presencial, pela via dos bilhetes de entrada nos estádios (Simões, 2023, p.34).

O debate sobre assistência já havia sido trabalhado por Toledo (2000) para demonstrar o papel dos esportes como possibilidades de serem assistidos – nos dois sentidos, de assistência torcedora (ligado ao ato de torcer) e assistir (ato de ver) – e também praticados. Em termos brasileiros, podemos contextualizar que o modelo de assistência torcedora ganhou notoriedade a partir dos anos 30, com o movimento das Torcidas Uniformizadas, geralmente com características ligadas aos símbolos do clube, como camisas e bandeiras. Posteriormente, o movimento das Uniformizadas deu origem às Torcidas Organizadas, ou seja, movimentos de torcedores dos clubes que se organizam com maior autonomia – política, econômica e estética - em relação ao clube, com vestimentas e ideologias específicas (Silva *et al,* 2010).

Notoriamente, as torcidas organizadas de futebol alcançaram seus ápices na segunda metade do século XX, sobretudo nas décadas dos 70 e 80. Neste sentido, agremiações como a Torcida Jovem do Flamengo (TJF), fundada em 1967, a Força Jovem do Vasco da Gama (FJV) em 1970, a Tricolor Independente (TTI) dois anos depois, a Máfia Azul do Cruzeiro, em 1977, e a Mancha Alvi-Verde (MAV) do Palmeiras, já na década de 80 são alguns exemplos de movimentos organizados de torcedores que surgiram nesse contexto. Dentre as características das torcidas organizadas, uma em questão a difere das uniformizadas em suas questões ideológicas: seguir o clube independente do lugar onde ele esteja. O viajar, nesse contexto, passa a ser uma característica dos torcedores organizados, frequentemente associados como mais "fanáticos", ou seja, quem viaja tem, por direito adquirido, a possibilidade de se achar "mais torcedor" (Cabrera, 2022).

A respeito do viajar como "modo de vida", Nicolás Cabrera (2022) explica que o deslocamento de torcedores é uma ferramenta importante para estabelecer o reconhecimento entre os diferentes – lê-se rivais – e na construção de hierarquias entre os comuns. Se a mobilidade territorial começa a ganhar importância para a construção do modelo de torcedor de futebol, a definição de rotas se torna um

elemento central na organização desses momentos. Do contrário, sua desorganização pode vir a ocasionar problemas, deixando os torcedores com o sentimento de estar "à deriva". O uso dessa expressão faz referência a uma corrente do pensamento urbano surgida nos meados da década de 60, a *Internacional Situacionista.* Os Situacionistas, ou seja, o grupo de pensadores composto por artistas, arquitetos e urbanistas, geógrafos e literatos, tinha como metodologia a utilização de derivas pela cidade para poder repensar a situação urbana da época. Essa perspectiva, como nos aponta Jacques (2003), tinha certa orientação metodológica para o desenvolvimento de situações, mas que poderia ser reformulada de acordo com as experiências psicogeográficas que se apresentassem.

Compreendendo que o processo de formação do torcedor de futebol está diretamente ligado à sua característica de acompanhar o seu clube onde for, independente das condições geográficas, o presente trabalho pretende abordar o fenômeno das viagens de torcidas organizadas – popularmente conhecidas no meio como caravanas - como uma experiência de deriva urbana. A pesquisa tem como objetivo descrever e analisar as experiências itinerantes dos torcedores organizados de futebol no Brasil, tendo em vista fatores que podem facilitar ou dificultar o trajeto, como a dimensão territorial do país, o sistema de amizade-inimizade entre torcidas e o papel das forças de segurança. Como metodologia operacional, a utilização da deriva se relaciona com a atividade de imersão em campo, visto que as derivas tem como condição a possibilidade de viajar (em sentido real e figurado)[2]. Para isso, a pesquisa busca momentos oportunos que expressam aproximações e diferenças dos modos de derivar a partir das imersões de campo, em contextos como as caravanas das torcidas para acompanhar o Clube de Regatas do Flamengo em Minas Gerais contra Cruzeiro e Atlético Mineiro (2022-2024). A imersão consiste, basicamente, em acompanhar a movimentação em observações *in-loco* das torcidas rubro-negras antes, durante e depois de seu deslocamento entre estados e estádios no recorte temporal escolhido.

A Internacional Situacionista (IS) e a prática da Deriva como experiência metodológica

"Qual o interesse – quase meio século após a publicação dos primeiros textos – de se resgatar o pensamento situacionista sobre a cidade?" Questionou Paola Jacques (2003, p. 19) em seu livro "Apologia da deriva: escritos situacionistas sobre a cidade". A autora responde em seguida, discorrendo sobre a necessidade de se formar novos indivíduos dispostos a atuar criticamente no campo social, sobretudo em

[2] Cabrera (2021; 2024) trabalha a noção de viagem tanto em seu sentido real/prático de deslocamento como também apresenta o sentido simbólico/figurado das viagens como experiências subjetivas.

um viés contrário à espetacularização da vida cotidiana, característica a qual os Situacionistas buscavam combater enquanto ideologia.

É importante perceber que a crítica situacionista, ainda que dentro do contexto europeu dos anos 60, ganha destaque ao mesmo tempo que o movimento das torcidas uniformizadas e organizadas no Brasil. De forma semelhante, movimentos torcedores, assim como os pensadores da Internacional Situacionista, tinham, por concepção, uma mesma palavra como ideal: revolução. Para os primeiros, a revolução se daria nas arquibancadas, expressando suas diferentes manifestações do torcer e de se apropriar de espaços e territórios[3]. Os segundos, por sua vez, exigem mais nossa atenção e detalhamento quanto ao modo de agir e pensar.

Dias (2007) nos fala que a situação dos situacionistas é uma espécie de um jogo superior, jogo este que a autora define como a presença humana. E nesse jogo, de torcedores, pensadores e jogadores, para Jaques (2003, p.126) todos aqueles que se consideram revolucionários podem estar nas trincheiras junto da Internacional Situacionista (IS). Com intenção de retornar às emoções da/na cidade, os Situacionistas tinham como prática a criação de situações, fato que explica a origem do nome, seja ela em caráter global – ou seja, internacional – ou em escalas locais. Quanto aos situacionistas, Dias (2007) nos fala:

> O situacionista definia a si mesmo como *"indivíduo que se dedica a construir situações"*. Este conceito de "situação", que nomeia o grupo, vai buscar suas bases na "teoria dos momentos", descrita por Lefebvre, e apoiar-se em uma intenção de incorporar a vida cotidiana às reflexões sobre arte, lazer e vida urbana (Dias, 2007, p.211).

Ainda que a princípio, as atitudes da Internacional Situacionista estivessem apoiadas também no pensamento de Henri Lefebvre, certas características de seu pensamento não agradavam a totalidade dos integrantes/pensadores, sendo criticado pelo grupo por diferentes questões políticas e teóricas. Fato é que neste momento não pretendemos realizar um juízo de valor ou desenvolver uma crítica mais elaborada a respeito das aproximações e distanciamentos entre os situacionistas e parte do pensamento lefebvriano. Para um caminho mais frutífero, pretendemos seguir compreendendo o desenvolvimento dos Situacionistas e suas relações com as cidades para que, dessa maneira, seja interessante construir pontos em comum entre caravanas de torcidas organizadas de futebol e as derivas situacionistas.

Figura importante para o movimento, Guy Ernest Debord é tido como um dos fundadores da Internacional Situacionista (IS) e, embora não tenha a visibilidade merecida em certos momentos, trouxe consigo novas maneiras de se pensar, organizar politicamente a cidade e expandir as ideias internacionalmente. Jaques (2003), sobre Debord, nos fala:

[3] A noção de apropriação refere-se ao uso cotidiano, vivo e social do espaço (ver Lefebvre, 1974).

> Debord fundou, com os integrantes dos outros grupos também presentes em Alba, a Internacional Situacionista. A IS passou rapidamente a ter adeptos em vários países, entre eles: Itália, França, Inglaterra, Alemanha, Bélgica, Holanda, Dinamarca e Argélia. Entre 1958 e 1969, 12 números da revista IS foram publicados e, se nos primeiros seis números (até 1961) as questões tratavam basicamente da arte passando para uma preocupação mais centrada no urbanismo, estas se deslocaram "naturalmente" em seguida para as esferas propriamente políticas e, sobretudo revolucionárias, culminando na determinante e ativa participação situacionista nos eventos de maio de 1968 em Paris (Debord, 2003, p.18).

Se considerarmos o período de maio de 1968, o contexto do mundo traz consigo alguns pontos semelhantes. Em crescimento constante na França da época, as cenas revolucionárias eram perseguidas, resultando no ordenamento dos efetivos de força de controle e segurança dominantes nas localizações próximas às margens de seus rios e rotas de fuga, evidenciando um caráter de disputa pelo território. No Brasil, o ano de 68 marca um período de perseguição política e constantes confrontos em defesa da democracia, uma vez que, entre 1964 e 1985, o país estava sob controle de um governo militar-ditatorial. Fato é que as perspectivas revolucionárias provocam mudanças no meio geográfico em que as situações se inserem. Neste ponto, Debord e os Situacionistas se propuseram a estudar tais movimentos de mudança a partir de um termo denominado *psicogeografia,* que pode ser entendido como:

> a psicogeografia seria o que explica e fundamenta a ação situacionista com mais profundidade. Revelada por experiências individuais, apresenta um método de abordagem da cidade que possibilita o estudo das relações e zonas de afetividade da mesma. (...) A psicogeografia seria o estudo das leis exatas e dos efeitos precisos do meio geográfico, planejado conscientemente ou não, que agem diretamente sobre o comportamento dos indivíduos (Dias, 2007, p. 215).

Para os Situacionistas, a psicogeografia era, portanto, a chave para entender as nuances da sociedade urbana e promover mudanças de consciência sobre os problemas das cidades à luz de uma sociedade cada vez mais espetacularizada. No entanto, a psicogeografia se constituía mais como uma perspectiva a princípio teórica, havendo a necessidade de encontrar, sobretudo em aspectos metodológicos, algum modelo prático que conversasse com as situações psicológicas e geográficas do sujeito em um cenário urbano. Portanto, pode-se dizer que a psicogeografia fornecia as bases teóricas para uma práxis defendida por Debord (Fernandes & Fernandes, 2017) que veio a ser denominada como deriva.

Dias (2007) em consonância com os escritos de Jacques (2003) vai definir, revisando o conceito, a prática da deriva como "modo de comportamento experimental ligado às condições da sociedade urbana: técnica de passagem rápida por ambiências variadas. Diz se também, mais particularmente, para designar a duração de um exercício contínuo dessa experiência" (Jacques, 2003, p.19 *apud* Dias, 2007). Ou seja, deriva é a capacidade de criar situações para se transpor diferentes ambientes. Neste ponto, conversar sobre a operacionalização de uma deriva é também discutir sobre caminhos teóricos e metodológicos de

experiência do urbano, sobretudo o urbano modificado e produzido por diferentes sujeitos com interesses e capacidades de criar situações distintas.

As autoras ainda trazem consigo uma informação que pode ser considerada chave para o entendimento de uma caravana de torcida organizada a partir de uma experiência de deriva. O conjunto das obras (Jacques, 2003; Dias, 2007) nos diz que o conceito de deriva está intimamente ligado ao de psicogeografia e tem, por natureza, um caráter lúdico em suas vivências, sendo contrário aos modos de viagens tradicionais, em que se privilegiam o caráter individualista de convivência, demarcado pela numeração de poltronas. Se estamos pensando em viagens de torcidas organizadas de futebol com o intuito de apoiar o seu time onde ele estiver, o ato de viajar, por si só, já não seria algo efetivamente comum e tão pouco tradicional, visto que não é uma parcela grande da sociedade que está disposta à passar horas, dias e até semanas dentro de um ônibus na estrada para ver o seu clube do coração jogar.

É, sobretudo a partir do ato de se deslocar, criando novas situações, que a deriva se mostra uma ferramenta metodológica de transformação do urbano pelo movimento de torcedores. Isto posto, ainda que os movimentos de deriva possam vir a ser algo "sem rumo definido", certas mudanças podem acontecer no percurso e que irão exigir certa tomada de decisões para resolver as novas situações surgidas. Esta é, talvez, a capacidade mais imponente da prática, ou seja, saber se tornar dinâmico quando as adversidades aparecem pelo caminho. Tal efeito pode ser visto no futebol enquanto jogo praticado ou jogo vivido e percebido por aqueles que estão de fora, os torcedores. Retornaremos à discussão a partir do olhar dos torcedores em momentos posteriores de nosso texto.

Portanto, o que tentamos nessa parte do nosso texto foi propor uma releitura do cenário da Internacional Situacionista no mundo ao mesmo tempo em que pensamos nas atividades torcedoras brasileiras. Como continuidade, o texto em questão irá caminhar na busca de interrelações entre a prática da deriva e as viagens de torcedores em suas diferentes torcidas organizadas do mesmo clube, mantendo a organização e as características de interação com os espaços urbanos, fronteiras, territórios e territorialidades. Para isso, seguiremos com o exemplo das viagens que acompanhamos junto das torcidas organizadas do Flamengo para os jogos contra Cruzeiro e Atlético Mineiro durante o período compreendido entre 2022 e 2024.

O viajar entre estádios e estados como possibilidade e desafio para as torcidas organizadas de futebol

Gastón Gil (2006) tentando expressar a ludicidade das viagens, nos diz que esses momentos, justificados pela necessidade de "te seguir a todo lado", se transformam em uma instância criadora de

práticas materiais que permitem a criação de conhecimentos, tradições e diferentes expressões culturais. O viajar para Gil, se demonstra como chave de entendimento tanto para o processo metodológico de uma etnografia como a realizada por ele, quanto para também o seu desenvolvimento conceitual. Somando a definição de Gil, Cabrera (2022) nos diz que "as viagens permanentemente reforçam um sentimento de pertencimento coletivo: canções, anedotas ou piadas são narrativas que não se limitam a expressar um movimento. Elas fazem isso" (p. 213, tradução nossa). O deslocamento entre os estados e os estádios é uma atividade de mobilidade territorial – tanto em sua dimensão material quanto simbólica.

Quando dizemos que as caravanas de torcidas organizadas trazem consigo dimensões materiais e simbólicas de território[4] nos referimos aos processos de apropriação e dominação aos quais estão submetidas. Por exemplo, o itinerário da sede de uma torcida até o estádio para acompanhar o clube se desenrola em processos de dominação do espaço – mediado por relações de poder entre as torcidas e o Estado, por exemplo – visto que todo o raciocínio geográfico em questão deve ser mapeado, planejado e controlado de forma eficiente, seja para evitar ou criar conflitos. Popularmente, os trajetos de viagem são denominados de "pista" e, para estar na pista, é preciso ter estratégias de união e capacidade de resolver situações que se apresentam nos momentos em que estão "à deriva".

Por outro lado, a dimensão da apropriação se faz presente na seguinte afirmação de G. J. Gil (2006): "a equipe pode perder a partida dentro de campo, mas na arquibancada outro concurso está acontecendo" (p. 336, tradução nossa), ou seja, nas arquibancadas, sobretudo no setor visitante, o que se faz valer é o ato de "copar"[5] o estádio, experienciando desejos e práticas das realidades humanas. O par dialético dominação-apropriação pode ser relacionado ao universo da deriva e dos deslocamentos torcedores. Para o nosso maior aprofundamento, é preciso saber quais são as torcidas e suas ideologias, visto que a deriva pode mudar de acordo com quem a pratica.

Tradicionalmente, cada torcida surge em um contexto específico e com pautas importantes para suas necessidades de visibilidade e participação, de acordo com a ideologia de seu grupo fundador. As relações entre torcidas são acentuadas a partir da construção de redes de alianças que tem como função proteger os aliados das inimizades construídas no universo do futebol, ressaltando, a partir do movimento de deslocar-se, a necessidade de ser estratégico – no sentido mais bélico - para que o rival não se aproprie

[4] Rogério Haesbaert (2020 [2004]) em sua obra dedica dois itens (2.2 e 2.3) ao estudo das perspectivas materialistas e simbólicas para compreender o território. Os itens, por sua vez, abordam concepções naturalistas, econômicas e políticas (para a perspectiva material) e, no caso da perspectiva simbólica, concepções culturais e até, em certo ponto, culturalistas.

[5] O verbo copar, utilizado com frequência nas falas torcedoras, sobretudo argentinas, é semelhante à "invasão" feita por uma torcida visitante ao território de outra, valendo-se para os espaços da cidade sede do jogo ou propriamente o estádio.

de suas simbologias. Quando isso acontece, pode-se afirmar que o imprevisto – e aqui a máxima da deriva – mesmo com uma rota bem estabelecida, apresentou situações que exigiram novas atitudes e soluções.

O viajar rubro-negro frente às suas amizades e inimizades

Adentrando os desafios e as possibilidades que as caravanas apresentam é importante, para compreendermos melhor nossa imersão em campo, discorrer, brevemente, a respeito das torcidas organizadas do Clube de Regatas do Flamengo em suas maneiras de se organizar territorialmente durante as viagens, principalmente a partir da lógica das alianças com torcidas de outros clubes como suporte, por ser um fator importante na logística das viagens para outros estados e estádios. Sair para acompanhar seu clube é, com certeza, uma possibilidade de se desafiar entre caminhos. Francesco Careri (2017) diz que, quando se navega – utilizando uma metáfora para se referir ao caminhar, mas em nosso caso podemos adaptar ao ato de viajar - é importante saber o momento de parar e, para quem navega em águas estrangeiras – no nosso caso, quem se desloca entre estados - deve se ter a consciência de que é preciso saudar o outro ou ir ao seu encontro (p. 32-33). Podemos entender como saudação a construção de boas relações com torcidas "amigas" e ir ao encontro como o momento do confronto, da violência contra torcidas "inimigas".

Pensando nas principais torcidas organizadas do Flamengo – por ordem de fundação – temos: Torcida Jovem, Raça Rubro-Negra, Fla-Manguaça, Urubuzada, Império Rubro-Negro e Movimento Nação 12. Tais torcidas, por sua vez, em analogia às "águas estrangeiras", se deslocam entre estados para saudar o outro – neste ponto, como dissemos, as torcidas que se têm aliança – ou ir ao encontro de conflitos ou tensões com rivais. Sobre as alianças, sabe-se que há uma predominância por atitudes mediadas por reciprocidade, sejam elas amistosas ou violentas. Silva *et al* (2010) vai nos dizer que as alianças fazem parte da:

> (...) lógica de receber as "torcidas-irmãs" em jogos (...) e ser recebido por elas em jogos fora de casa é o principal fator motivacional para a constituição de parcerias. As rivalidades, novamente, se dão a partir de rivalidades já constituídas pelos clubes (Silva et al, 2010, p. 19).

Diante disso, pode-se dizer que o papel do clube – enquanto construtor de relações de pertencimento - reflete diretamente nas alianças entre torcidas para que o processo do viajar seja não só mais seguro, mas também mais fraterno entre os grupos. Importante para o desenrolar de nosso texto e para a compreensão das situações – de perigo ou apoio que podem surgir nas caravanas – o sistema de alianças entre torcidas organizadas de futebol no Brasil nos auxilia, diante do par amizade-inimizade, diretamente condicionado pela rivalidade, no entendimento das problemáticas acerca da violência no

futebol (Cabrera et al, 2024). A presença de relações amistosas entre as torcidas de Flamengo e Cruzeiro e as relações conflituosas entre Flamengo e Atlético Mineiro, nos demonstram que a existência da rivalidade entre Atlético e Cruzeiro, somada à aliança com o lado rubro-negro pelos celestes, impacta diretamente na gestão e na mobilidade territorial torcedora, concordando com o que é exposto por Silva *et al* (2010). Quanto ao panorama das alianças entre as torcidas de Flamengo e Cruzeiro temos:

Quadro 01: Alianças entre as torcidas organizadas do Clube de Regatas do Flamengo e Cruzeiro Esporte Clube

Flamengo	Cruzeiro
Torcida Jovem do Flamengo	Torcida Pavilhão Independente
Raça Rubro-Negra	Máfia Azul Cru-Fiel Floresta
Torcida Fla-Manguaça	Torcida Alcoolizada Cachazeiros
Urubuzada	China Azul
Império Rubro-Negro	China Azul
Nação 12	Torcida Fanati-Cruz

Fonte: Redes sociais das torcidas (2025); Org: Autor (2025).

O sistema de alianças tem como organização central a compreensão a partir dos conflitos entre relações de amizade e inimizade, orientando também a maneira como outras torcidas do mesmo clube devem se relacionar. Exemplificando, torcidas como Jovem do Flamengo e a Raça Rubro-Negra tem alianças com a Pavilhão Independente e a Máfia Azul, tradicionalmente conhecidas por envolvimento em casos de violência. Por outro lado, torcidas como a Fla-Manguaça e a Cachazeiros, se relacionam a partir do denominador comum de pertencimento, no caso delas, o consumo de bebidas alcoólicas.

Entender o movimento das alianças entre torcidas aliadas é a chave para compreender como a deriva do viajar pode ser modificada e, consequentemente, reapresentada em outras perspectivas a partir do adversário da partida. Contra o Cruzeiro, atividades de recebimento e encontro entre membros (em churrascos e confraternizações pré e pós-jogo) ocorrem com diversas facilitações do poder público e órgãos de controle e segurança. A respeito do encontro das torcidas, sobretudo em locais como as sedes, Toledo (1996) nos fala:

> Concretamente nas sedes existe a possibilidade das pessoas se reconhecerem na partilha de valores, visões de mundo, aspirações bastante congruentes. As sedes são espaços vivos de pertencimento a estes grupos e de reconhecimento frente a outros. (Toledo, 1996, p. 51).

É a partir das aspirações congruentes de torcidas simpatizantes que o ritmo da viagem se torna diferente, pois a lógica bélica de dominação dos territórios não encontra lugar no “temor da insegurança” (Haesbaert, 2014) que os conflitos podem vir a ter. Esta questão se deve, com certeza, ao aparato

proporcionado pelas alianças. Ou seja, para exemplificarmos: o que é percebido em jogos entre Flamengo e Cruzeiro se direciona mais para uma perspectiva de amizade e respeito entre as partes – característica que se manifesta para além do recorte dos torcedores organizados, sendo percebida também entre os torcedores comuns, seja no Mineirão ou no Maracanã. É evidente também que as alianças se solidificam para dar o suporte necessário para a chegada dos torcedores em segurança, evitando, dessa forma, qualquer contratempo.

O contrário, por sua vez, não se apresenta quando o jogo é realizado contra o Atlético Mineiro. Os clubes, e consequentemente as torcidas, alimentam uma rivalidade construída desde os anos 80, protagonizando grandes pelejas dentro de campo e nas arquibancadas. Se a condição para a ocorrência da deriva está ligada a pluralidade de situações que podem surgir em seu caminho, as caravanas para jogos entre os dois clubes mobilizam um maior contingente populacional – de torcedores, efetivo de segurança pública e serviços em geral. Há uma estética bélica entre estes dois times. Visando evitar o conflito, e de acordo com nossas experiências de campo, nas partidas contra o Atlético o aparato policial é mais rígido com os torcedores visitantes, assim como nos momentos de revista e escolta até o estádio, o que por um lado, auxilia na segurança dos torcedores e por outro, flerta com possibilidades de repressão policial, problema comum no universo do futebol e das torcidas. Jogos contra o Cruzeiro, novamente pelo caráter da aliança, tendem a ser mais flexíveis, mesmo com a possibilidade de confrontos por "emboscadas" vindas de atleticanos em pontos estratégicos de um território conhecido por eles.

Para a construção do que chamamos de "viajar rubro-negro", a escolha metodológica de acompanhar as partidas na condição de visitante contra os clubes do estado de Minas Gerais se deu por uma questão particular do pesquisador, visto que possui boas relações com torcedores cruzeirenses e, consequentemente, se sente melhor. Dito isso, durante os anos de 2022 até 2024, a pesquisa acompanhou *in loco* 5 partidas contra o Clube Atlético Mineiro em três estádios da capital mineira: Mineirão, Independência e a recém inaugurada Arena MRV (de propriedade do clube). Contra o Cruzeiro, por sua vez, estivemos presentes em três confrontos realizados, sendo dois no Mineirão e um no Independência.

O fator do estádio – menos potente em jogos contra o Cruzeiro pela amizade entre torcidas – também se coloca como um difusor do termômetro que a viagem se desenvolverá. Explico: o itinerário para jogos contra o Atlético aumenta a euforia torcedora à medida que se ultrapassam os limites e fronteiras e se aproxima cada vez mais do estádio. Como dissemos anteriormente, na saída dos torcedores para a estrada, o clima de tensão e a aura do belicismo pouco se manifestam, no entanto, quando se atravessa a fronteira entre os estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, a animosidade torcedora (mesmo

com a escolta fazendo a segurança) é outra. E, por fim, quando se está na porta do estádio – aqui influenciados diretamente pelo calor da partida – o belicismo, apoiado por um *ethos* de masculinidade, se manifesta nas tradicionais palavras de ordem (ao ataque, em grande parte) sobre os adversários.

Poderíamos aqui relatar o momento de saída e retorno dos torcedores ao seu território, porém entendemos que focar nessas características tornaria nossa pesquisa redundante. Um único adendo necessário e que se relaciona diretamente com a deriva diz respeito ao fator do resultado da partida, pois a vitória ou a derrota possibilitam a construção de situações que determinam como a viagem vai terminar. Quando se ganha, a reação emocional dos torcedores tende a ser mais condicionada aos momentos de alegria e descontração, enquanto na derrota tendencialmente momentos de estresse e organizações de protesto contra o clube e sua má exibição.

Haja o que houver, passe o que passar, onde for jogar, sempre vou estar

A dinâmica das viagens apresenta, em sua natureza geográfica, os processos de territorialização das práticas torcedoras em contextos de dominação e apropriação dos espaços em suas relações de poder. Além disso, em um olhar teórico-metodológico, "permitem que se modifique a experiência habitual do campo como um espaço físico fixo. Importam os deslocamentos e as fronteiras; os cenários e as temporalidades; as possibilidades e os limites de um "objeto" itinerante" (Cabrera, 2021, p. 204, tradução nossa). Ou seja, a dimensão da viagem - enquanto categoria nativa ou modo de vida - traz a possibilidade de se espacializar em outros territórios, retratando, dessa maneira a dinâmica de uma experiência urbana variável e, de certa maneira, imprevisível.

Concordando com estudos como os de Cabrera (2021; 2024) e Gil (2006) conseguimos compreender a importância que as viagens tem na construção da identidade torcedora, ainda que ambos estivessem observando as respectivas ocorrências desde o fenômeno das *barras* bravas na Argentina. Dessa maneira, é mister observar que as caravanas – conceituadas pelo autor como *viajes*[6], em virtude da língua nativa do pesquisador e por caravana ser um termo abrasileirado pela cultura das torcidas organizadas – possuem como característica de organização a partir da dinâmica e da produção dos espaços a serem conhecidos, levando em conta fatores como o sistema de alianças e a necessidade de se "copar" o estádio adversário. O caráter transitório de uma torcida se motiva, portanto, por "uma estética

[6] As "viajes" argentinas, são diferentes nas maneiras de se organizar quando comparadas às caravanas brasileiras. Um ponto que as diferencia, por exemplo, diz respeito a quantidade de torcidas que se deslocam para acompanhar seus clubes. Na Argentina, uma *barra* representa a única forma mais organizada de torcer, sendo divididas por níveis hierárquicos de prestígio. Já no Brasil, a pluralidade de torcidas organizadas faz com que cada uma tenha sua própria liberdade para e como se deslocar.

de autoridade que busca apropriar territórios ao mesmo tempo que os ressignifica" (Cabrera, 2021, p. 207, tradução nossa).

Se a estética da autoridade busca se apropriar dos territórios e os ressignificar, em jogos de torcidas-irmãs isso pode ter outra lógica: a das emoções e dos entrelaçamentos de relações, indo de encontro com os escritos de Jacques (2003).

Podemos sintetizar que o nosso olhar para o deslocamento urbano das caravanas de torcida, é repleto de intercorrências e situações que aparecem e desaparecem ao longo dos percursos. Por exemplo, em um dos jogos contra o Atlético no ano de 2024 dois ônibus quebraram, sendo preciso pensar uma solução para os torcedores não ficarem "à deriva". Como alternativa, em espécie de solidariedade entre torcedores do mesmo time, os adeptos foram realocados em diferentes ônibus para poder chegar e assistir à partida, mantendo a integridade e segurança dos demais – ainda que para além da capacidade racional e segura de transporte populacional.

É sobre saber lidar com as situações que aparecem no urbano e construir, em conjunto, soluções rápidas e importantes para o problema. Toda essa situação relembrou um grande lema da Torcida Jovem, "Unidos Venceremos", ou seja, o que importa, independentemente das circunstâncias, é seguir o seu clube e estar presente onde ele estiver.

Considerações finais

Entendendo assim o quão rico foi o pensamento situacionista e os movimentos construídos pela Internacional Situacionista, o presente trabalho buscou relacionar os conceitos de deriva e psicogeografia para entender o universo das viagens realizadas por torcidas organizadas, visto que, respeitando suas características, também é bastante rico. Além disso, enquanto característica da deriva, a relação para com a sociedade se caracterizou na perspectiva da construção de situações. Estas, por sua vez, estão direcionadas as dinâmicas de uma torcida e seus componentes para seguir seu time onde quer que ele esteja.

Notoriamente, a condição de torcedor é algo que permite a possibilidade de se construir vivências, sociabilidades e maneiras de se transpor as barreiras sociais, tal qual Toledo (2000) nos mostra. A condição de torcedor organizado, portanto, proporciona a possibilidade de se experienciar movimentos para além do estádio enquanto forma e estrutura e isso pode ser percebido a partir dos exercícios de deriva. Para além de uma psicogeografia, experienciar as caravanas enquanto forma de se multiterritorializar em suas

vivências e compreensões de emoções em uma relação clube, torcidas e torcedores organizados e suas viagens.

Por tudo isso, o presente trabalho pretendeu explorar as perspectivas da deriva enquanto instrumento de análise prática, compreendendo essas agremiações como ferramentas de construção de dinâmicas urbanas entre estados e estádios. Além disso, as caravanas se constituem como ferramentas importantes para a manutenção destes grupos e suas diferentes maneiras de valorizar arquibancadas e suas vivências urbanas.

Referências

ALABARCES, Pablo. ¿De qué hablamos cuando hablamos de deporte? **Nueva Sociedad**, v. 154, p. 74-86, 1998.

ALABARCES, Pablo. Fútbol, violencia y política en la Argentina: ética, estética y retórica del aguante. **Esporte e sociedade**, n. 02, 2021.

BALE, John. In the shadow of the stadium: football grounds as urban nuisances. **Geography**, p. 325-334, 1990.

CABRERA, Nicolás. Las derivas del viajar: apuntes para un análisis itinerante de una barra del fútbol argentino. **Revista de Antropología y Sociología: Virajes**, v. 23, n. 1, p. 201-221, 2021.

CABRERA, Nicolás. **Que la cuenten como quieran:** pelear, viajar y alentar en una barra del fútbol argentino. Prometeo, 2024.

CARERI, Francesco. **Caminhar e parar**. São Paulo: Gustavo Gil, 2017.

DAMATTA, Roberto. Esporte na sociedade: um ensaio sobre o futebol brasileiro. **Universo do futebol: esporte e sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Pinakotheke**, p. 19-42, 1982.

DAMO, Arlei Sander. **Para o que der e vier**: o pertencimento clubístico no futebol brasileiro a partir do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense e seus torcedores. Dissertação de mestrado. UFRGS, 1998.

DIAS, Juliana Michaello M. “O grande jogo do porvir”: a Internacional Situacionista e a idéia de jogo urbano. **Estudos e pesquisas em psicologia**, v. 7, n. 2, p. 210-222, 2007.

FERNANDES, Rodrigo; FERNANDES, Ulisses. Guy Debord e a internacional situacionista: amparo à geografia na crítica à cidade moderna. **Caminhos de Geografia**, v. 18, n. 62, p. 104-113, 2017.

GIL, Gastón Julián. "Te sigo a todas partes": Pasión y aguante en una hinchada de fútbol de un club del interior. **Intersecciones antropol.**, Olavarría , n. 7, p. 333-348, dic. 2006 . Disponible en <https://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1850-373X2006000100024&lng=es&nrm=iso>. accedido en 06 jun. 2025.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização:** do" fim dos territórios" à multiterritorialidade. 2004. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2020.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite**: Território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Bertrand Brasil, 2014.

HELAL, R. e GORDON, C. A Crise do Futebol Brasileiro: perspectivas para o século XXI. ECOPÒS – Publicação da Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Rio de Janeiro, UFRJ, 2002.

HELAL, Ronaldo George. Futebol, Cultura e Cidade. **Logos**, [S.l.], v. 3, n. 2, p. 5-7, out. 2014. ISSN 1982-2391. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/view/13369/10240>. Acesso em: 10 junho 2024.

HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de. Futebol, arte e política: a catarse e seus efeitos na representação do torcedor. **Organizações & Sociedade**, v. 16, p. 123-140, 2009.

HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de; RODRÍGUEZ AGUILAR, Onésimo Gerardo. **Torcidas organizadas na América Latina: estudos contemporâneos**. 2017.

JACQUES, Paola Berenstein. Breve histórico da Internacional Situacionista–IS. **Arquitextos**, São Paulo, ano, v. 3, 2003.

JACQUES, Paola Berenstein. **Apologia da deriva**. Rio de Janeiro: Casa da palavra, 2003.

LOPES, Felipe Tavares Paes; CORDEIRO, Mariana Prioli. Torcidas organizadas do futebol brasileiro: singularidades e semelhanças com outros grupos de torcedores da América do Sul e da Europa. **Revista espaço acadêmico**, v. 9, n. 104, p. 75-83, 2010.

MASCARENHAS, Gilmar. A geografia e os esportes: uma pequena agenda e amplos horizontes. **Conexões**, v. 1, n. 2, p. 46-46, 1999.

MASCARENHAS, Gilmar. À Geografia dos Esportes: uma introdução. **Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, 1999b.

MASCARENHAS, Gilmar. Do espaço colonial ao espaço da modernidade: os esportes na vida urbana do Rio de Janeiro. **Scripta Nova–revista eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales. Universidade de Barcelona**, n. 45, p. 7, 1999c.

SILVA, Silvio Ricardo da et al. As torcidas organizadas de minas gerais: relações, organização e manifestações. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 13, n. 4, 2010.

SILVA, Sílvio Ricardo da; DE SOUZA NETO, Georgino Jorge. Da Assistência e Pertencimento Clubístico em Belo Horizonte: A construção de um novo hábito em uma nova cidade. **Fronteiras**, v. 12, n. 22, p. 61-88, 2010.

SILVA, Juliana Nascimento da. Representação torcedora e território urbano: debates sobre violência e cidade a partir da torcida organizada Raça Rubro-Negra. **Faces de Clio**, v. 8, n. 15, p. 112-130, 2022.

SIMÕES, Irlan. **A produção do clube:** poder, negócio e comunidade no futebol. Mórula Editorial, 2023.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. Rio de Janeiro, 2013.

AUTOR. Violências no Futebol Brasileiro: Relatório do Observatório Social do Futebol, N.1. Rio de Janeiro, FCS/UERJ, 2024. E-book. Disponível em: https://observatoriosocialfutebol.org/relatorio-violencias-no-futebol-brasileiro/

SPÓSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

TEIXEIRA, Rosana da Câmara. Os perigos da paixão: filosofia e prática das torcidas jovens cariocas. **Rio de Janeiro, PPGSA/IFCS/UFRJ**, 1998.

TOLEDO, Luiz Henrique. **Torcidas organizadas de futebol**. Autores Associados, 1996.

TOLEDO, Luiz Henrique. **Lógicas no futebol**. Tese de Doutorado em Antropologia. Universidade de São Paulo, 2000.